



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE NACIONAL
PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

MÁRCIO MENEZES DO NASCIMENTO

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL: UMA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA NA
IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS ECOSSISTÊMICOS DA COMUNIDADE DA
MARÉ DO APICUM NO BAIRRO COROA DO MEIO - ARACAJU (SE)**

**SÃO CRISTÓVÃO-SE
2023**

MÁRCIO MENEZES DO NASCIMENTO

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL: UMA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA NA
IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS ECOSSISTÊMICOS DA COMUNIDADE DA
MARÉ DO APICUM NO BAIRRO COROA DO MEIO - ARACAJU (SE)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Rede Nacional para ensino das Ciências Ambientais - PROFICIAMB Associada Universidade Federal de Sergipe, como parte do processo de obtenção do título de Mestre em Ensino das Ciências Ambientais na área de concentração: Ambiente e Sociedade.

Orientador: Professor Dr. Saulo Henrique Souza Silva

**São Cristóvão-SE
2023**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

N244p	Nascimento, Márcio Menezes do. Percepção ambiental : uma perspectiva fenomenológica na identificação dos problemas ecossistêmicos da comunidade da Maré do Apicum no bairro Coroa do Meio – Aracaju (SE) / Márcio Menezes do Nascimento ; orientador Saulo Henrique Souza Silva. – São Cristóvão, SE, 2023. 99 f.; il. Dissertação (mestrado em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.
1. Meio ambiente. 2. Fenomenologia. 3. Educação ambiental. I. Silva, Saulo Henrique Souza, orient. II. Título.	
CDU 502: 37.013	



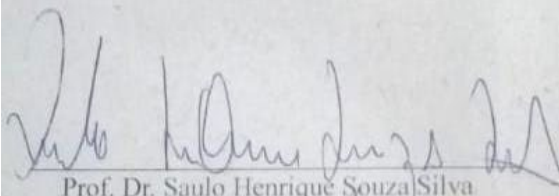
PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROF. JOSÉ ALOÍSIO DE CAMPOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE NACIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS
AMBIENTAIS (PROFCIAMB)

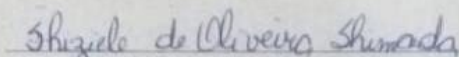


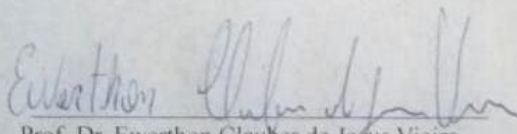
Ata da Sessão de Defesa de Dissertação de
MÁRCIO MENEZES DO NASCIMENTO

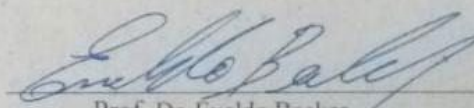
Ao trigésimo dia do mês de agosto de dois mil e vinte e três, com início às 14:00 horas, realizou-se no Laboratório de Ensino, Pesquisa e Formação em Filosofia e Sociologia do CODAP, a sessão pública de defesa de dissertação do aluno Márcio Menezes do Nascimento, sob o título: "PERCEPÇÃO AMBIENTAL: UMA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA NA IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS ECOSSISTÊMICOS DA COMUNIDADE DA MARÉ DO APICUM NO BAIRRO COROA DO MEIO – ARACAJU (SE)", presidida pelo orientador do aluno, o Prof. Dr. Saulo Henrique Souza Silva, que por sua vez passou a palavra ao candidato para proceder à apresentação do seu trabalho. Logo após, a primeira examinadora, a Prof.^a Dr.^a Shiziele de Oliveira Shimada arguiu o candidato que teve igual período para a sua defesa. O mesmo aconteceu com o segundo examinador, o Prof. Dr. Ewerthon Clauber de Jesus Vieira, o fato se repetiu com o terceiro examinador, o Prof. Dr. Evaldo Becker. Em seguida, o Prof. Dr. Saulo Henrique Souza Silva, orientador do aluno, teceu comentários sobre o trabalho apresentado. Encerrados os trabalhos, a banca examinadora retirou-se do recinto para deliberar. A mesma decidiu **APROVAR** o trabalho de dissertação, considerando que o mesmo atende aos requisitos da Instrução Normativa nº 01/2018 do PROFCIAMB/UFS. Nada mais havendo a tratar, eu, Saulo Henrique Souza Silva, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada por mim, pela banca examinadora e pelo aluno.

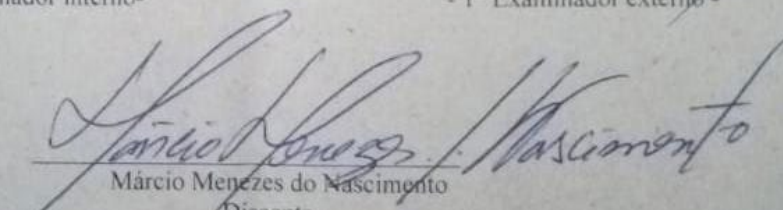
Cidade Universitária "Prof. José Aloisio de Campos", 30 de agosto de 2023.


Prof. Dr. Saulo Henrique Souza Silva
- Orientador/Presidente -


Prof.ª Dr.ª Shiziele de Oliveira Shimada
- 1º Examinadora interna -


Prof. Dr. Ewerthon Clauber de Jesus Vieira
- 2º Examinador interno -


Prof. Dr. Evaldo Becker
- 1º Examinador externo -


Márcio Menezes do Nascimento
- Discente -



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE NACIONAL PARA ENSINO
DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS (PROFICIAMB-UFS)**

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Márcio Menezes do Nascimento, referente ao Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFICIAMB) da Associada Universidade Federal de Sergipe (UFS).



Documento assinado digitalmente

SAULO HENRIQUE SOUZA SILVA

Data: 09/11/2023 00:05:23-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Saulo Henrique Souza Silva
Programa de Pós-graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais
(PROFICIAMB-UFS)

Cidade Universitária Aloísio de Campos
São Cristóvão-SE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE NACIONAL PARA ENSINO
DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS (PROFICIAMB-UFS)**

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFICIAMB) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), cessão de direitos para publicação eletrônica, empréstimo e reprodução desta Dissertação com finalidade de estudos e pesquisas científicas.



Documento assinado digitalmente

MARCIO MENEZES DO NASCIMENTO

Data: 09/11/2023 05:57:02-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Márcio Menezes do Nascimento

Programa de Pós-graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais
(PROFICIAMB-UFS)

Cidade Universitária Aloísio de Campos
São Cristóvão-SE

À minha querida companheira e esposa,
Mari.

AGRADECIMENTOS

Externalizo os meus agradecimentos à minha querida esposa, Mari Alves.

Agradeço à minha mãe, Luzinete Menezes do Nascimento.

Às minhas irmãs, Márcia Menezes do Nascimento, Marcela Menezes do Nascimento, Manoela Menezes do Nascimento, presentes nessa caminhada. Aos demais familiares, como os meus cunhados, Mércia e Carlos, sou grato.

Agradeço ao meu Orientador, Saulo Henrique Souza Silva, que me incentivou a fazer o mestrado e, também, a concluir esse sonho de ter o título de mestre pelo PROFICIAMB.

Agradeço ao PROFICIAMB pela oportunidade de estar aqui, realizando o sonho de obter o título de mestre.

Agradeço, também, ao meu pai, Enock Vieira do Nascimento (*In memoriam*).

RESUMO

Esta pesquisa foi produzida por meio de uma revisão bibliográfica sistemática sobre o uso da percepção ambiental a partir de uma abordagem fenomenológica para os estudos de temas ambientais. É a partir dessa abordagem que analisamos o conjunto das vivências e seus sentidos, destacando a identificação dos problemas socioambientais que envolvem as comunidades da Maré do Apicum, no Bairro Coroa do Meio, em Aracaju (SE). Para dar corpo à pesquisa, foram realizadas leituras publicadas em base de dados, bibliotecas virtuais, repositórios, plataformas, etc. Além disso, fazemos uso de técnicas metodológicas em acordo com a abordagem dos fenômenos da consciência, por isso o uso das fotos, a dimensão comunitária dos problemas. Esses são elementos têm como objetivo fortalecer nossa argumentação e dar destaque à ideia fundamental da Percepção Ambiental, que serve como base para estabelecer uma maneira de compreender a realidade. Ao combinar a coleta de dados com uma abordagem fenomenológica que enfatiza a percepção ambiental, conseguimos criar um *E-book* como um produto técnico educacional. Este produto técnico retrata a realidade vivida na região da Maré do Apicum, com a finalidade de contribuir para o processo do ensino ambiental e patrimonial.

Palavras-chave: Percepção Ambiental; Fenomenologia; Educação Ambiental; Maré do Apicum.

ABSTRACT

This research was produced through a systematic bibliographic review on the use of environmental perception from a phenomenological approach to studies of environmental themes. It is from this approach that we analyze the set of experiences and their meanings, highlighting the identification of socio-environmental problems that involve the communities of Maré do Apicum, in the Coroa do Meio neighborhood, in Aracaju (SE). To flesh out the research, readings published in databases, virtual libraries, repositories, platforms, etc. were carried out. Furthermore, we use methodological techniques in accordance with the approach to the phenomena of consciousness, hence the use of photos, the community dimension of the problems. These elements aim to strengthen our argument and highlight the fundamental idea of Environmental Perception, which serves as a basis for establishing a way of understanding reality. By combining data collection with a phenomenological approach that emphasizes environmental perception, we were able to create an E-book as a technical educational product. This technical product portrays the reality experienced in the Maré do Apicum region, with the aim of contributing to the process of environmental and heritage education.

Keywords: Environmental Perception; Phenomenology; Environmental Education; Maré do Apicum.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa do bairro Coroa do Meio	12
Figura 02 - Localização da área de estudo	14
Figura 03 - Edificações na margem direita do rio Poxim	17
Figura 04 - Paisagem humanizada (entre edifícios e muros, o mangue)	18
Figura 05 - Mapa das unidades de paisagem do bairro Coroa do Meio	22
Figura 06 - Pôr do sol	25
Figura 07 - Barcos de pesca	43
Figura 08 - Manchete sobre a degradação do mangue da Coroa do Meio	45
Figura 09 - Descarte de resíduos sólidos próximo ao mangue	47
Figura 10 - Descarte de resíduos sólidos dentro do mangue	48
Figura 11 - Descarte de resíduos sólidos em via pública	49
Figura 12 - Gráfico da Composição Gravimétrica dos resíduos sólidos	50
Figura 13 - Descarte de resíduos sólidos urbanos e esgoto	51
Figura 14 - Sofá descartado dentro do mangue	52
Figura 15 - Site da PMA/ Anúncio do projeto “Jogando limpo com o mangue”	53
Figura 16 - Site da “poderia implementar”, projeto “Muda Mangue”	54
Figura 17 - Píer de pescadores da Maré do Apicum	61
Figura 18 - Resto de cultura material de uma embarcação	62
Figura 19 - Ruínas do Museu do Mangue	63
Figura 20 - Tentativa de cercamento do manguezal	65

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADEMA	Administração Estadual do Meio Ambiente
BNH	Banco Nacional da Habitação
CMMAD	Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COHAB	Companhia de Habitação
EMURB	Empresa Municipal de Obras e Urbanização
EMSURB	Empresa Municipal de Serviços Urbanos
DESO	Companhia de Saneamento de Sergipe
ONU	Organização das Nações Unidas
ONGs	Organizações Não Governamentais
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PMA	Prefeitura Municipal de Aracaju
PNUMA	Programa das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente
SEMA	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SINIR	Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO COROA DO MEIO	14
1.1. Coroa do meio e Aracaju	15
2. A PAISAGEM SEGUNDO MILTON SANTOS, FENOMENOLOGIA DE HUSSERL, PERCEPÇÃO AMBIENTAL E TOPOFIL	20
2.1 A Paisagem Segundo Milton Santos	20
2.2 Fenomenologia Segundo Husserl	28
2.3 O mundo da vida	33
2.4 Percepção Ambiental	36
2.5 Topofilia	39
3. MEIO AMBIENTE, MEMÓRIA, PATRIMÔNIO NATURAL E O PATRIMÔNIO CULTURAL	42
3.1 Meio Ambiente	42
3.2 Memória	55
3.3 Patrimônio Natural	56
3.4 Patrimônio Cultural	58
4. O DIREITO À CIDADE, CIDADANIA, PRINCIPAIS VERTENTES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	64
4.1 O direito à Cidade	64
4.2 Cidadania	68
4.3 As Principais Vertentes da Educação Ambiental	72
4.3.1 Educação ambiental transformador	72
4.3.2 Educação ambiental conservadora	80
4.3.3 Educação ambiental pragmática	80
4.3.4 Educação ambiental crítica	81
5. PRODUTO TÉCNICO	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS	160

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa realizou um estudo teórico acerca da conceituação de Percepção Ambiental, com a finalidade de compreender sua importância na identificação dos problemas ecossistêmicos das comunidades da Maré do Apicum, no bairro Coroa do Meio, na cidade de Aracaju, Sergipe. Assim, constitui-se uma análise sistemática da evolução do bairro Coroa do Meio, no intuito de atestar o modo como a Percepção Ambiental e a Educação Ambiental podem contribuir para uma análise dos fatores internos – como a sua morfologia geográfica e as relações mais harmônica –, tanto do ponto de vista individual quanto do coletivo, considerando, também, os fatores externos – como elementos naturais, as necessidades econômicas da comunidade e os seus interesses político-sociais.

Assim, a percepção ambiental é um instrumento que pode servir para identificar as principais questões ambientais do bairro Coroa do Meio, abarcando, não somente, a questão ambiental, como também, a questão social. Para isso, é necessário realizar levantamento de campo e vivenciar o lugar. E, por fim, com o uso da percepção ambiental, diagnosticar os problemas sistêmicos do bairro Coroa do Meio, bem como os potenciais problemas ecossistêmicos, expondo, assim, a efetividade da percepção ambiental em corresponder à vocação do espaço livre. Partimos da concepção de “mundo da vida”, de Husserl, aplicando-a ao espaço ambiental mais natural, em que o ecossistema manguezal, integrado com a comunidade do bairro Coroa do Meio, é o mundo da vida comunitária, e também um espaço público urbano cívico. Ainda nesta caracterização, foram elaborados mapas e fotografias de campo, além de referências das boas práticas sobre o uso da Percepção Ambiental, tanto em espaços formais, quanto não-formais.

A pesquisa explora a abordagem fenomenológica no debate ambiental e educacional em ambientes não-formais urbanos, com o objetivo de responder às questões, como: Será que a educação ambiental pode preparar indivíduos capazes de uma percepção ambiental que possibilite selecionar alternativas de ações indispensáveis à cidadania? Com isso, o objetivo geral da pesquisa é analisar assuntos intrínsecos à percepção ambiental em seu emprego no estudo dos problemas socioambientais da Maré do Apicum. Como objetivos específicos, a identificação de problemas ecossistêmicos das comunidades ao longo da Maré do Apicum. Enfatizar a percepção ambiental como instrumento de coleta dos dados do meio ambiente comunitário. Justificar o uso da percepção ambiental em ações educativas em ambientes não-

formais. Elaborar um produto técnico com o propósito de ser um guia básico para possibilitar o entendimento dos diversos modos de concepção do meio ambiente, assim como de ser capaz de diagnosticar, prognosticar e desenvolver potenciais em comunidades carentes de informação. Para tal finalidade e com o objetivo de recolher informações e conhecimentos prévios sobre o tema da Percepção Ambiental nos estudos da Educação Ambiental, com base no levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, websites e repositórios eletrônicos institucionais.

A pesquisa se coaduna também com o alerta planetário da crise ambiental. Na histórica do debate dessa crise, diversos encontros internacionais visaram aprofundar a discussão sobre a problemática do meio ambiente, o marco principal desses debates foi a Conferência de Estocolmo, na Suécia, realizada em 1972. Este foi o primeiro grande encontro organizado pela ONU, que foi especificamente sobre os problemas ambientais que consternou o mundo naquele momento histórico da Guerra Fria. Segundo o Geógrafo Edson Dias (2017, p. 08-09), no seu artigo *Os Desencontros Internacionais sobre Meio Ambiente: Da Conferência de Estocolmo à Rio +92 - Expectativas e contradições*, “os problemas extrapolavam as fronteiras nacionais, situação que demonstrava a necessidade de uma ação conjunta entre os diversos países atingidos para a busca de soluções”. Foi o Governo da Suécia que fez a proposta da realização de uma conferência internacional para a ONU, com o objetivo de procurar conter os altos níveis de degradação ambiental, juntamente com as suas consequências nefastas:

Nesse contexto, no ano de 1969, o governo da Suécia propôs à ONU a realização de uma conferência internacional com o propósito de procurar conter ou diminuir o nível de degradação ambiental e suas consequências. Apesar da urgência quanto aos problemas identificados, esta proposta só encontrou maior receptividade após o desastre ecológico de Mina mata, no Japão, que levou à morte de milhares de pessoas contaminadas pelo mercúrio, lançado ao mar pelas empresas locais. (BARBIERI, 1997, p. 17 *apud* DIAS, 2017, p. 09)

Segundo Dias (2017), podemos refletir que os debates internacionais são impulsionados quando há algumas situações de desastres em curso ou a somatória deles, manifestando assim o caráter predominantemente reativo, por mais preventivo que seja esses encontros. O motivo pela qual a iniciativa da comunidade internacional é tardia “em razão da manifesta resistência que qualquer projeto ou documento oficial internacional voltado para o questionamento do modelo econômico predominante (desdobramento inevitável) seja colocado em debate” (DIAS, 2017, p. 09). Para o autor, o motivo para essa resistência é o protagonismo dos representantes das grandes corporações transnacionais. De acordo com Dias (2017), as contradições nesses

fóruns internacionais dificultam que se chegue ao consenso entre a lógica do capital e da preservação do meio ambiente. Há ainda a resistência dos governos de se aplicar qualquer medida que possa afetar de alguma forma a economia desses países.

[...] a principal delas é procurar conciliar a lógica de desenvolvimento do capital com outra lógica que atenda às necessidades humanas, aí incluso uma relação menos predatória com o meio natural, desde modo, o debate chama a atenção para questões insolúveis dentro da lógica do capital. (DIAS, 2017, p. 09)

Um bom exemplo dessas contradições foi o posicionamento do governo brasileiro na Conferência de Estocolmo, ao resistir às medidas avaliadas pelo governo como ingerência externa, “[...] pois identificava as medidas de proteção ambiental como restritivas ao desenvolvimento econômico do Brasil, alegando tratar-se de uma estratégia dos países desenvolvidos industrializados para limitar o desenvolvimento das nações do Terceiro Mundo” (DIAS, 2017, p. 10). Anterior a esse período da Conferência de Estocolmo, houve outros momentos importantes para o debate ambientalista, o Clube de Roma, a divulgação do relatório “*The limits to growth*”, que foi produzido por um grupo interdisciplinar do Massachusetts Institute of Technology (MIT), “[...] baseando numa perspectiva neomalthusiana alertava para o risco do crescimento populacional intenso como o mais grave fator de comprometimento dos recursos naturais disponíveis” (DIAS, 2017, p. 09).

Ainda, para Dias, esses eventos foram marcos de fundamental importância para o processo de internacionalização do debate e a divulgação dos problemas ambientais, juntamente com o fortalecimento das organizações não governamentais, as ONGs, que impulsionaram essas entidades na direção de um contexto maior na defesa da pauta ambientalista, mesmo que os países participantes fossem motivados pelos seus interesses econômicos. O Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA), foi criada como mecanismo institucionalizado de intervenção concreta, resultado principal da Conferência de Estocolmo, com a sede do PNUMA estabelecido em Nairobi, Quênia, uma decisão que de acordo com diversos ambientalistas, um desses, Ribeiro (2001 *apud* DIAS, 2017, p. 11), “era um mau começo. Longe das atenções [da mídia] e dos recursos, o PNUMA ficaria relegado a um plano secundário. Este fato ficou evidenciado pelo tempo que se passou entre a determinação da sua sede, escolhida em 1973, e a sua instalação definitiva, 11 anos depois”. Foi ainda realizada a inexpressiva Conferência de Nairobi, em 1982, no qual se fez um balanço do programa que foi

proposto em Estocolmo, “assim uma avaliação geral das condições ambientais em nível mundial, chegando-se a um quadro pouco otimista quanto à implementação de ações concretas que tivessem alterado de forma positiva a situação” (*Id., Ibid.*, p. 11). Só apenas nos próximos dez anos depois, que foi realizado outro encontro com os mesmos objetivos gerais, ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro, onde foi aprovada uma série de intenções voltadas para uma melhoria das condições ambientais no planeta. Também se fez um novo balanço dos progressos constatados desde a Conferência de Estocolmo.

É necessário se fazer uma análise do trabalho desenvolvido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que através da confecção do seu relatório “Nosso Futuro Comum” perante a sua influência direta no principal documento oficial resultante da Rio-92, a Agenda 21. Além disso, “[...] a própria Conferência realizada no Rio de Janeiro recebeu contornos prévios das discussões realizadas pela citada comissão” (DIAS, 2017, pp. 11-12). Em 1992, ocorreu outro encontro com os mesmos objetivos gerais, na cidade do Rio de Janeiro, onde foi aprovado pelos participantes um conjunto de intenções pensadas na melhoria das condições ambientais no planeta. Inclusive, se fez um balanço dos progressos constatados desde a Conferência de Estocolmo. E desde então, as conferências e encontros da ONU, que reúnem os mais diversos atores internacionais e seus interesses, põe na agenda internacional a causa ambiental, e alerta para a necessidade de alterarmos nossa forma de apropriação e uso dos recursos naturais.

Além disso, podemos mencionar o relatório mundial das Nações Unidas sobre o desenvolvimento dos recursos hídricos, que destaca a crescente pressão sobre os recursos hídricos devido ao crescimento populacional, a mudança climática e ao uso inadequado da água. Ele também enfatiza a importância de investimentos em infraestrutura, serviços de saneamento básico, além da promoção de práticas agrícolas sustentáveis e dietas mais saudáveis para garantir a disponibilidade, qualidade e uso eficiente da água para o futuro (UNESCO, 2021).

Nesta pesquisa, tentamos explorar a profunda relação entre pessoas que vivem nas proximidades do rio Poxim, localizado no bairro Coroa do Meio, com o manguezal da Maré do Apicum. Sob a perspectiva do método fenomenológico, abordagem essa que, permite revelar as interações complexas e significativas que permeiam as relações sociais em torno do manguezal da Maré do Apicum. No decorrer da pesquisa, houveram diversidades, entre elas o surgimento de uma nova pandemia no mundo. Em decorrência disso, a pesquisa tomou uma

direção inesperada. Apesar das limitações impostas pelo distanciamento social que impediram o envolvimento direto dos moradores, essa situação também abriu uma janela, dando origem a uma pesquisa bibliográfica exploratória.

Figura 01 - Mapa do bairro Coroa do Meio



Fonte: Organizado pelo autor e por Saulo Henrique Souza Silva.

A fenomenologia é uma filosofia, assim como um método (ARANHA, 1989). A noção de intencionalidade é o conceito básico deste método-filosófico. Que oferece uma lente única para a realização desta pesquisa, a relação entre os moradores das comunidades da Maré do

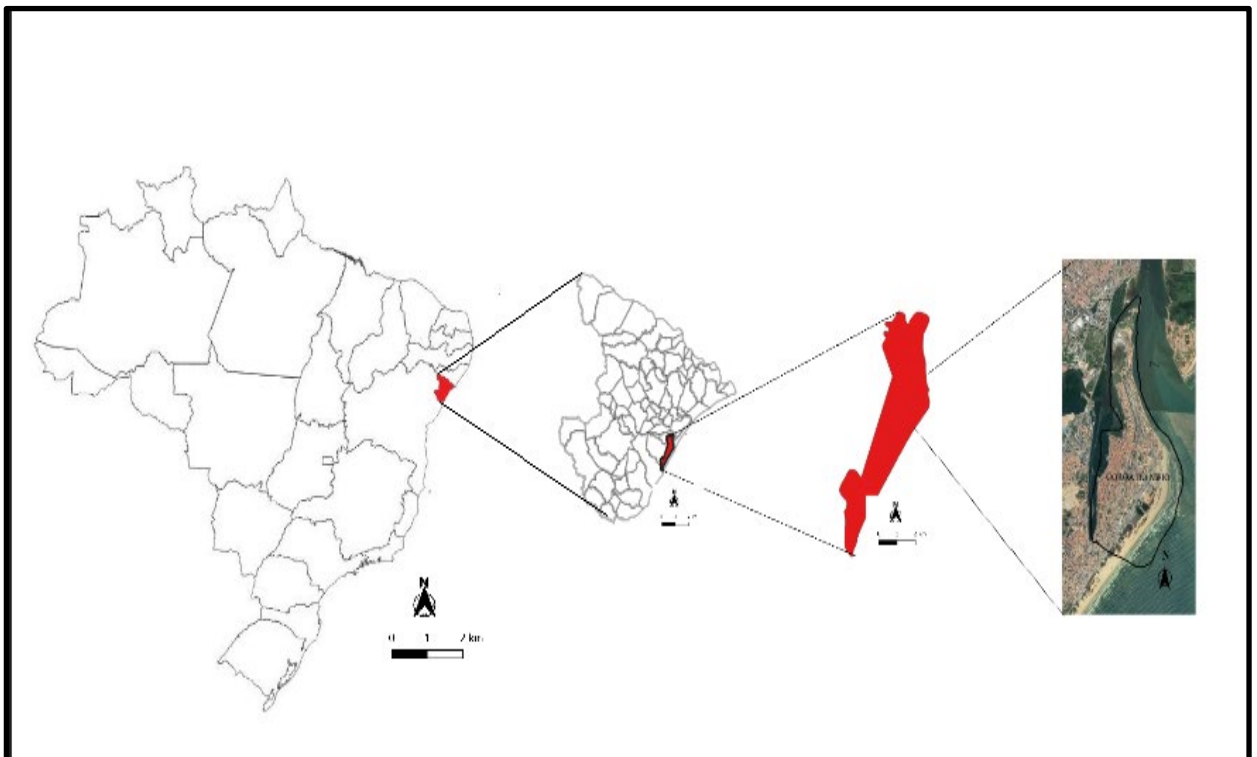
Apicum e o mangue. Ao adotarmos essa abordagem fenomenológica, buscando compreender profundamente as percepções, experiências e significados que os indivíduos atribuem ao espaço que nele habitam. Assim, com efeito para levar a cabo essa pesquisa e desenvolver esta investigação, foi realizado as seguintes etapas:

No Capítulo 1, tratamos da caracterização física e geográfica do bairro Coroa do Meio. No capítulo 2, trabalhamos o conceito de paisagem do geógrafo Milton Santos, adentrado na fenomenologia de Husserl e no conceito de Percepção Ambiental; em seguida, é explorado o conceito de Topofilia, que sustenta a existência das ligações emocionais entre o ser humano e o meio ambiente. No capítulo 3, foi investigado o conceito de memória, patrimônio natural e patrimônio cultural. No capítulo 4, discutimos o direito à cidade, cidadania e as principais vertentes da Educação Ambiental. No capítulo 5, apresentamos o resultado tangível desta pesquisa, o produto: um *e-book* com técnicas participativas, ou seja, uma ferramenta que servirá para toda a comunidade acadêmica. No capítulo 6, em vista de tudo que foi exposto nos capítulos anteriores, sintetizamos as reflexões tecidas ao longo de cada etapa da pesquisa, destacando a importância da abordagem fenomenológica, pois permite uma compreensão aprofundada das complexas relações identificadas, entre a percepção ambiental, a cidadania e a Educação Ambiental, para aguçar a sensibilidade das pessoas e promover atitudes sustentáveis nas comunidades da Maré do Apicum.

1. CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO COROA DO MEIO

A área de estudo da presente pesquisa é o bairro Coroa do Meio, localizado ao sul da capital sergipana, Aracaju. Na figura abaixo (Figura 02), podemos ver o mapa da área estudada, destacando-se um conjunto específico de elementos: a área florestal, o manguezal, a vegetação, em suma, todos os fragmentos verdes que compartilham o mapa. São, estes, testemunhas da resiliência desse ecossistema, que tenta resistir às intervenções humanas. Esse verde não é apenas um mero detalhe geográfico; é quase uma ilha verde cercada de concreto e asfalto por todos os lados. Uma fonte de biodiversidade, uma conexão entre os seus moradores e a natureza.

Figura 02 - Localização da área de estudo



Fonte: Atlas digital sobre recursos hídricos 2011; Imagem Landsat/ Copernicus. Elaborado pelo autor e por Saulo Henrique Souza Silva.

O menor estado do Brasil, com uma área de aproximadamente 21.910 km², a sua área corresponde a 0,26% do território nacional e em relação regional a sua área corresponde a 1,4%. O Estado de Sergipe é banhado pelo Oceano Atlântico e ao norte tem seu limite com o Rio São Francisco, fronteira municipal entre Alagoas e Sergipe, ao Sul e ao Oeste, fazemos fronteira com o Estado da Bahia. Os pontos extremos do Estado de Sergipe são definidos conforme a sua

posição absoluta do Estado em relação a terra, que são: 9031' e 11034' de latitude Sul e entre a longitude Norte de 360 25' e 380 14'. Ao Norte encontramos a barra do Rio Xingó, em Canindé de São Francisco e ao Sul a curva do Rio Real no município de Cristinápolis, ao Leste se encontra a Barra do Rio São Francisco, na Ilha de Arembepe, no município de Brejo Grande, ao Oeste a curva do Rio Real, Povoado Terra Vermelha em Poço verde (SANTOS e ARAÚJO, 2012).

A cidade de Aracaju se tornou a capital do Estado em 1855, por motivos econômicos. A nova capital da capitania de Sergipe Del Rey – a vila de Aracaju – foi, assim, escolhida para facilitar o escoamento do açúcar. Aracaju nasceu através de aterramento dos manguezais e da, consequente, destruição ambiental, desde o início da sua história. Por questões sanitárias, acreditava-se que, a melhor forma de combater a insalubridade, era aterrando os manguezais, cometendo, assim, crimes ambientais, que perduram até hoje – muitas vezes, com o apoio do próprio Estado (ALMEIDA, 2008).

1.1 Coroa do Meio e Aracaju

A antiga capital da província de Sergipe Del Rey, a cidade de São Cristóvão, foi construída no fundo do vale do Rio Vaza-Barris, à margem esquerda do Rio Paramopama, e localizada no topo de um morro, com encostas íngremes. Caracterizava-se como uma cidade forte colonial, segundo a urbanista e professora, Dora Neuza Leal Diniz (2009), em sua dissertação de mestrado *A Construção da Imagem da Cidade*. No século XIX, o país já se encontrava independente e conduzido pela política econômica mercantilista, o que, em Sergipe, fundamentou a substituição do modelo de cidade-forte, por um outro modelo de cidade, de acordo com Diniz (2009, pp. 70-71): “[...] a cidade porto, para favorecer os contatos de importação e exportação da sua hinterlândia, porque o ideal, ainda mais, era que esse centro econômico fosse também a capital da província [...]”.

Conforme Diniz (2009), foi nesse contexto, que surgiu a nova capital, Aracaju, porque o centro administrativo e político tinha que estender o seu domínio para as zonas produtivas, e escoar a produção diretamente pelo porto, localizado no litoral. Anteriormente, esses produtos “[...] eram transportados em etapas, com barcos pequenos e próprios para rios rasos levando-os até próximo ao litoral e, daí, embarcados em navios de grande calado, processo que não permitia eficaz controle das exportações” (DINIZ, 2009, pp. 70-71).

“A cidade tornou-se o centro industrial e comercial mais importante de Sergipe, apoiada pelo transporte fluvial e pelo ferroviário, que se entendia a partir da cidade para o norte e sul, reformulando os eixos de tráfego” (DINIZ, 2009, p. 83). Nos meados de 1910, os antigos centros econômicos perderam o seu lugar de hegemonia, embora continuasse existindo o transporte fluvial, do campo para a capital, sendo essencial para o escoamento da produção (DINIZ, 2009).

De acordo com Diniz (2009), em consequência das novas políticas adotadas pela República Velha, mas o estouro da Segunda Guerra Mundial, trouxeram um maior crescimento econômico. “[...]. O Nordeste era o, fornecedor de matéria-prima para as indústrias do Sul, inclusive as têxteis, e o algodão, nesse período mais uma vez se tornou o segundo produto agrícola mais exportado pelo Estado. Assim, até cerca de 1945” (DINIZ, 2009, p. 83). Na ótica da autora, Aracaju passou por uma fase chamada de “construção da capital”, uma fase de consolidação da cidade-capital republicana e como Centro Hegemônico (DINIZ, 2009, p. 83). Um exemplo mais recente da nossa história de crimes ambientais é a criação do bairro Coroa do Meio, que a partir da expansão da capital e do crescimento populacional, surgiram alguns subcentros em áreas periféricas. Assim, o bairro Coroa do Meio nasceu, através do aterramento dos manguezais, as primeiras moradias que surgiram se caracterizavam por moradias de baixa qualidade e uma infraestrutura quase inexistente em termos de desenvolvimento básico e equipamentos urbanos de lazer (ALMEIDA, 2008).

O bairro da Coroa do Meio é um bairro recente, nasceu da destruição dos seus manguezais e da apropriação do seu ambiente natural, ou seja, da comoditização do ambiente natural, através dos aterros legais e clandestinos. Mas foi em 1975 com a criação da EMURB (Empresa Municipal de Urbanização) através da lei municipal nº 429/ 75, que foram lançadas as primeiras bases para o aforamento da península da Coroa do Meio, que era um terreno da Marinha Brasileira, passando para o município de Aracaju. Os objetivos da EMURB, fazer operações de créditos em projetos de urbanização; dispor sobre as verbas orçamentárias; o recebimento de doações e legados; contribuições públicas e de particulares; administrar as receitas de suas finanças; dotações estaduais e federais que for destinadas ao desenvolvimento urbanístico da cidade; dos valores de áreas de imóveis resultantes de desapropriações e investidas ou aforamentos; e de outros recursos sejam quais forem a natureza destes (ALMEIDA, 2008).

Figura 03 - Edificações na margem direita do rio Poxim



Fonte: Registro fotográfico do pesquisador.

Observa-se, na (Figura 03), a famosa maré do Apicum e a sua planície de maré, onde o manguezal é mais rarefeita e as suas margens são bastantes antropomorfizada, nas suas margens, com bares, como o famoso bar da Draga, alguns botecos, uma lan house, loja de capinhas de celulares, mercadinhos, casas residências e pequenas vilas. Para a doutora em história Fernanda Cordeiro de Almeida (2008), na sua dissertação sobre *A história da devastação dos manguezais aracajuanos*, ela comenta: “Um grande paradoxo foi, também, o conjunto de ações empreendidas pela EMURB com relação à Coroa do Meio. A atuação do

órgão municipal oscilou entre a cumplicidade e a repressão aos aterros de manguezal no bairro [...]” (ALMEIDA, 2008, p. 140).

De acordo com Santos (2009), o crescimento da malha urbana em direção ao sul resultou na valorização dos terrenos da Coroa do Meio, isso se deu graças ao seu posicionamento geográfico que gerou uma grande expectativa econômica para a sua ocupação. Ainda de acordo com Santos (2009), em 1976, a prefeitura buscava uma solução para o grande déficit habitacional, como era crescente a ocupação ilegal, por parte de pessoas que principalmente tiravam o seu sustento com a pesca, a prefeitura temendo novas ondas de invasões na área resolveu iniciar o planejamento naquele ano.

Figura 04 - Paisagem humanizada (entre edifícios e muros, o mangue)



Fonte: Registro fotográfico do pesquisador.

O pôr do sol (Figura 04) entre muros e edifícios, no bairro Coroa do Meio, uma parte do bairro onde o mangue é exprimido pela urbanização, a paisagem natural cada vez mais é suprimida e espremida entre o concreto e asfalto. Os antigos habitantes do bairro, aqueles mais velhos, acompanham a transformação do seu ambiente no ritmo alucinante, mas aqueles que chegaram depois, nem imaginam como era o bairro, com paisagens ainda de mangues e restingas. Em concordância com o geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan (1980, p.), para alguém da classe média, o lar vai até o jardim ou a sua calçada, no qual ele paga os impostos, mas para um homem da classe trabalhadora esse limite é bastante impermeável, assim: “Todos os meios de comunicação entre o morador e o meio ambiente, como as janelas abertas, as janelas fechadas, os corredores e até os muros e o chão servem como ponte entre o interior e o exterior”.

Em resumo, o geógrafo Yi-Fu Tuan (1988), acrescenta uma dimensão teórica à discussão, destacando como a relação entre uma pessoa e seu ambiente varia de acordo com sua classe social. A citação de Tuan enfatiza a importância dos meios de comunicação entre os moradores e o mundo exterior, destacando como janelas, corredores e até mesmo muros servem como conexões entre o espaço interno e o espaço urbano. Isso nos lembra da complexidade da experiência urbana e de como a paisagem urbana influencia a vida e as percepções das pessoas que ali residem. Esse autor oferece uma visão perspicaz da interação entre urbanização e natureza, bem como das diferentes perspectivas dos habitantes em relação a essas mudanças.

2. A PAISAGEM SEGUNDO MILTON SANTOS, FENOMENOLOGIA DE HUSSERL, PERCEPÇÃO AMBIENTAL E TOPOFILIA

2.1 A paisagem segundo Milton Santos

Na concepção do geógrafo, Milton Santos¹, autor do livro *Metamorfose do Espaço habitado, fundamentos teóricos e metodológico*, a paisagem é percebida através da visão, um órgão da percepção que nos ajuda na localização em que estamos, se estamos em cima ou embaixo, ou nas diferentes escalas que se assomam aos nossos olhos, ampliando-se nas alturas, atenuando ou desaparecendo os obstáculos da visão. Logo, a dimensão da paisagem para Milton Santos é a dimensão da percepção, é o que chega aos nossos sentidos, portanto, o aparelho cognitivo tem uma importância significativa na apreensão do mundo, seja na educação formal ou informal, se seletiva, diferentes pessoas terão diversas versões do mesmo fato. “Tudo aquilo que nós vemos, o que a nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.” (SANTOS, 1988, p. 22).

A percepção é um processo seletivo da apreensão da realidade. Para o autor, se a realidade é apenas uma, cada pessoa vê de uma forma diferenciada, com isso, a visão que o homem tem das coisas materiais será sempre deformada. De acordo com o autor, temos a tarefa de ultrapassar a paisagem como aspecto, para podermos chegar ao seu significado. Corroborando esse ponto de vista, Milton Santos (1988, p. 22), nos dá um exemplo: “[...] coisas que um arquiteto, um artista vê, outros não podem ver ou o fazem de maneira distinta. Isso é válido, também, para profissionais com diferente formação e para o homem comum.”

Conforme Milton Santos (1988) que citando o pai da geografia cultural, Carl Sauer, propõe dois tipos de paisagem, a natural e a artificial, como argumento de que à medida que o

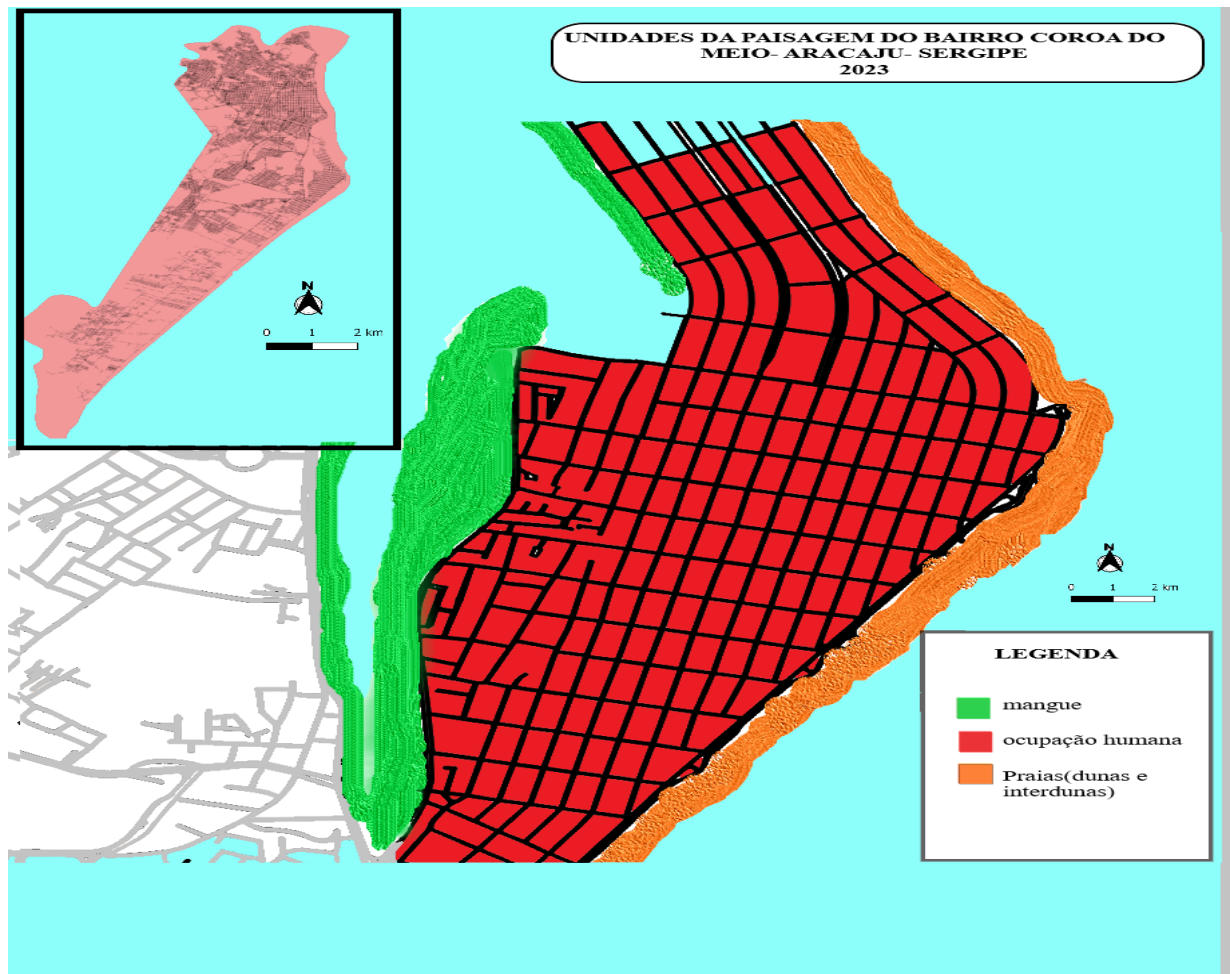
¹O geógrafo Milton Santos foi o único estudioso fora do mundo anglo-saxão a receber o que pode ser considerado o Nobel da Geografia pelo conjunto de sua obra: o prêmio Vautrin Lud. Seus esforços foram dedicados a dissecar a globalização da economia, enfatizando seu efeito devastador no Brasil, e propor saídas para que a população pobre não seja mais parte desse jogo apenas como vítima. Milton Santos publicou mais de 40 livros e 300 artigos. Doutor em Geografia pela Universidade de Estrasburgo e professor visitante em Stanford, atuou como consultor da ONU, da OIT, da OEA e da Unesco. Por causa de sua posição política, foi perseguido e preso, passando dois meses num quartel de Salvador, BA. Libertado, partiu para a França. Graças ao exílio forçado projetou-se internacionalmente. Nasceu em Brotas de Macaúbas, Bahia, em 3 de maio de 1926. Bacharel em direito pela UFBA. Diplomado, não chegou a exercer a profissão; prestou concurso público para professor secundário e foi lecionar Geografia em Ilhéus. Estudou e ministrou aulas na Europa, Américas e África. Foi professor das universidades de Paris, Columbia, Toronto e Dar Assalaam (Tanzânia). Faleceu em 24/06/2001 em São Paulo. Disponível em: http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/milton_santos.html. Acesso em 05/01/2023, às 13h

homem se defronta com a natureza, há entre os dois uma relação cultural, assim, como uma relação política, técnica etc. Em suma, é a marca do homem sobre a natureza, que para Marx, de acordo com Milton Santos, é chamada de socialização. Por consequência, a produção humana é a produção do espaço. Através de objetos, naturais e artificiais. Portanto, cada paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, com o conhecimento fazendo parte do rol das forças produtivas.

De acordo com Milton Santos, a paisagem artificial é aquela construída pelos humanos, enquanto a paisagem natural é aquela não tocada e nem modificada por estes. Todavia, se a paisagem não foi fisicamente tocada pelo esforço humano, podemos denominar uma paisagem natural. Entretanto, para Milton Santos, “hoje essa modalidade praticamente não existe mais” (SANTOS, 1988, p. 23). Pois, há uma relação entre os instrumentos de trabalho e a paisagem, havendo uma grande quantidade desses instrumentos que, para Milton Santos (1988) não são materiais, contudo, se elaboram como elementos necessários à produção. “Em eras bastante remotas, os instrumentos de trabalho eram um prolongamento do homem, mas, à medida que o tempo passa, vão transformando-se em prolongamento da terra, próteses ou acréscimos à própria natureza, duráveis ou não” (SANTOS, 1988, p. 23).

Assim, os instrumentos de trabalho imóveis que Milton Santos se refere tendem a predominar sobre os móveis e a serem de uso destes. Os instrumentos imóveis são; estradas, edifícios, pontes, portos, depósitos, etc., “são acréscimos à natureza sem os quais a produção é impossível. A cidade é o melhor exemplo dessas adições ao natural” (SANTOS, 1988, p. 23).

Milton Santos firma que paisagem e produção se relacionam, pois, cada forma produtiva necessita de um tipo de instrumento de trabalho. A organização da paisagem segue os níveis da relação de produção, dado que as exigências de espaço podem variar em função dos processos próprios de cada produção e do nível de capital, tecnologia e organização. Por isso que a paisagem urbana é heterogênea, porque a cidade abarca os diversos tipos e níveis de produção. Portanto, cada instrumento de trabalho tem uma localização específica, obedecendo à lógica da produção. O que resulta num espaço desordenado. “Se os instrumentos de trabalho estão ligados ao processo direto de produção, isto é, à produção propriamente dita, também o estão à circulação, distribuição e consumo” (SANTOS, 1988, p. 23).



Fonte: Organizado pelo pesquisador.

Podemos identificar na figura 05, as seguintes unidades de paisagem: Planície de Maré, Terraço fluviomarinho, Praia, Dunas/internas e Ocupações Humanas (SANTOS, 2012). A Coroa do Meio ainda possui algumas das suas características naturais no qual se deu a sua origem, a planície de Maré e a Praia. A primeira é colonizada pelo ecossistema manguezal, que ocupa uma extensão da zona entre marés e tem o seu limite à Avenida Des. José Antônio de Andrade Góes (antiga Av. Perimetral).

A ocupação antrópica transformou essa unidade de paisagem através de construções como da Praça de Eventos da Orla e a região dos lagos, que resultaram numa redução das áreas de Dunas e Interdunas. Enquanto na faixa de areia da Praia da Coroa do Meio e a Praia dos Artistas, podemos encontrar ocupações humanas e estruturas como barracas e mesas dos estabelecimentos comerciais, restaurantes e bares, chegando a intensificar o movimento das pessoas nos finais de semana. Conforme Milton Santos (2012), a paisagem não emerge de uma única erupção criativa, mas sim de uma sucessão de acréscimos e substituições. O autor argumenta que a lógica que molda um objeto no presente é, na verdade, uma herança de

múltiplos momentos históricos passados. A partir dessa premissa, ele identifica uma fonte de desordem nas cidades capitalistas: a coexistência de elementos de eras distintas, como se fossem camadas de um palimpsesto urbano, onde todos esses elementos coabitam, atendendo a demandas que variam ao longo de diferentes épocas (SANTOS, 2012).

Diante disso, a cidade é uma heterogeneidade de formas, que está subordinada a um movimento global. A desordem que vemos na paisagem urbana é apenas uma ordem do possível, e que só uma parte dos objetos geográficos não atendem aos fins de quando foram construídos. Aparente desordem nas cidades grandes é apenas uma ordem, pois para o autor, nada é desordenado (SANTOS, 1988). Na concepção do autor, no começo da história humana, os seus instrumentos de trabalho eram separados, mas hoje esses instrumentos são indivisíveis. Como as estradas de ferro, pontes, rodovias, portos, aeroportos etc. Conforme o autor, historicamente os instrumentos de trabalho vão dá divisibilidade à indivisibilidade e do dado isolado ao sistema. É o que sucede com a energia elétrica, água, telefone, etc.

Os centros urbanos mais antigos vão se remodelando, adaptando-se e se transformando, às vezes, lentamente; enquanto, os novos centros urbanos já nascem assim, prontos (SANTOS, 1988). Uma outra tendência atual é que os instrumentos de trabalho vão do diminuto ao imenso, a exemplo dos circuitos integrados e dos hipermercados, segundo o autor, pois cada um desses instrumentos é um sistema em si mesmo, que se relaciona com um sistema global. Portanto, existe uma sistematicidade do objeto moderno que se relaciona com um sistema maior, como nos *shopping centers*, que têm seu próprio sistema de crédito, seus estacionamento, sua lógica organizacional e seu sistema funcional. Desse modo, os objetos que eram isolados geograficamente passam a ser agrupados sistematicamente. Conforme Milton Santos, cada conjunto de técnicas é caracterizado pelo seu contexto histórico, visto que cada período tem determinadas e distintas especificidades. Pode-se observar, no entanto, que a transição entre tais períodos históricos é marcada pela mescla de elementos pertencentes aos dois períodos, mas, é a inovação que determina a ruptura entre eles, ou seja, os novos elementos que surgem e assumem o lugar triunfante. A inovação, portanto, gera a modificação da paisagem, porque atende a novos objetivos, condizentes com períodos históricos distintos (SANTOS, 1988).

Para Milton Santos (1988), a paisagem não é estática, mas objeto de mudanças contínuas, composta por elementos naturais e artificiais, com adições e subtrações, isto é, a marca resultante da história das técnicas e do trabalho. Faz-se mister enfatizar que “a natureza não é trabalho. Já o seu oposto, a natureza artificial, resulta de trabalho vivo sobre trabalho morto” (SANTOS, 1988, p. 24). O trabalho se dá sobre o trabalho e não se confunde com a

natureza, o que pode ser inferido a partir da grande quantidade de técnica usada sobre a natureza, a exemplo das cidades, especialmente as cidades grandes. O que observamos nas cidades, como as casas, as ruas, os rios canalizados, metrô, avenidas, é o resultado do trabalho vivo sobre o trabalho morto, que transforma natureza em objetos/produtos culturais. Para além dessa compreensão, as mudanças irregulares ao longo do tempo formam, ainda, paisagens heterogêneas, compostas pela mescla de diferentes idades, “pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, construir o espaço” (*Ibidem*, 1988, p. 24).

De acordo com Milton Santos, os objetos são passíveis de datação, assim, podemos reconhecer a sua idade, apesar de que nem sempre pode ser possível, pois os objetos antigos são suscetíveis de serem suprimidos da paisagem. Diferentemente do continente Europeu, que os traços do passado são ainda visíveis. Contudo, em São Paulo, para o autor, um passageiro que desembarca pode até reconhecer a história dos objetos presentes, mas não a história da cidade (SANTOS, 1988). Portanto, não existe uma paisagem indiferenciada em um ponto de vista histórico, a não ser que uma cidade seja inaugurada recentemente, pois a paisagem tem um movimento que pode ser mais ou menos rápido, de modo que “as formas não nascem apenas das possibilidades técnicas de uma época, mas dependem, também, das condições econômicas, políticas, culturais, etc.” (SANTOS, 1988, p. 24). Para o autor, apesar da técnica ter um papel importante, ela não tem uma existência histórica fora das relações sociais.

Convém lembrar que para Milton Santos, a paisagem deve ser pensada paralelamente às condições culturais, econômicas e políticas. Uma vez que a dinâmica social é fundamental. Segundo o autor, “as paisagens nos restituem todo cabedal histórico de técnicas, cujo era revela: mas ela não mostra todos os dados, que nem sempre são visíveis” (*Ibid*, p. 24). Assim, as mudanças da paisagem podem ser estruturais ou funcionais. Conforme passamos numa grande avenida, por exemplo, seja de dia ou à noite, podemos contemplar paisagens diferentes, isso acontece, de acordo com o autor, graças ao seu movimento funcional. A razão é a divisão territorial do trabalho, que se transforma em paisagens funcionalmente distintas: “a rua, a praça, o logradouro funcionam de modo diferente segundo as horas do dia, os dias da semana, as épocas do ano” (*Ibidem*, 1988, p. 24).



Foto: Registro fotográfico do pesquisador (2023).

A sociedade urbana é uma, mas ao mesmo tempo, se dá por meio de formas-lugares diferentes. É o que Milton Santos chama de princípio da diferenciação funcional dos subespaços. “A sociedade não mudou, permaneceu a mesma, mas se dá de acordo com ritmos distintos, segundo os lugares, cada ritmo correspondendo a uma aparência, uma forma de parecer” (SANTOS, 1988, p. 24). Mas, a mudança estrutural pode dá-se pela mudança das formas: “[...] quando se constroem prédios de quarenta, em lugar de vinte ou trinta e dois andares, é, via de regra, sinal de que outros também poderão ser construídos, de que temos atividades e gente para enchê-los, e justificar a sua construção” (SANTOS, 1988, p. 24). Há, dessarte, uma relação entre a estrutura socioeconômica e a estrutura socioeconômica e política, as alterações de velhas formas para se adequarem às novas funções também são mudanças estruturais.

Nessas circunstâncias, podemos analisar o envelhecimento das formas, tanto como o envelhecimento físico como o social. Todavia, as formas envelhecem por inadequação física e também por desgaste dos materiais. Mas o envelhecimento social tem a ver com o desuso ou a

desvalorização, como pela preferência social a outras formas (SANTOS, 1988). Pode acontecer uma mudança na moda, um exemplo dado, é a construção de suítes nas habitações. Também pode existir um envelhecimento moral. O envelhecimento das formas para o autor permite uma mudança brutal de seu uso, como os casarões dos ricos que mudam para moradias de pessoas pobres, é o caso dos cortiços. “O envelhecimento físico das formas é previsível pela durabilidade dos materiais, o envelhecimento moral, não é tão previsível, muda de acordo com o quadro político, econômico, social e cultural” (*Ibidem*, 1988, p. 24). Para Milton Santos, “A paisagem é um palimpsesto, um mosaico, mas que tem um funcionamento unitário. Pode conter formas viúvas e formas virgens. As primeiras estão à espera de uma reutilização, que pode até acontecer: às segundas adrede criadas para novas funções, para receber inovações [...]” (*Ibidem*, 1988, p. 24), como se fosse uma colcha de retalhos, onde formas velhas e novas coexistem, podendo conter ainda formas velhas reutilizadas, ou formas novas abandonadas.

As funções que têm maior probabilidade de gerar novas configurações incluem bancos, hipermercados, o Estado e Shopping Centers, entre outras funções públicas. São limitadas as funções capazes de originar novas configurações, o que frequentemente leva à adaptação de formas preexistentes por meio de ajustes. Esse fenômeno pode ser observado em casos como escolas, instalações de saúde, pequenas fábricas e galpões, que frequentemente são reutilizados após modificações em suas estruturas originais (SANTOS, 1988).

Como o termo paisagem, a palavra espaço também é empregada em uma ampla gama de contextos, pode referir-se ao espaço dentro de uma sala, ao espaço verde, ao espaço de um país, e assim por diante. A palavra espaço possui múltiplos significados documentados em dicionários, abrangendo diversos sentidos. Diferentemente de palavras como vermelho, duro ou sólido, que tendem a manter significados estáveis devido à sua relação com experiências primárias, a palavra espaço é constantemente submetida a diferentes interpretações (SANTOS, 1988).

Conforme observado por Milton Santos (1988), a palavra é frequentemente utilizada como um substantivo, como no caso do ser humano, do migrante, do sedentário e assim por diante. Além disso, a própria palavra paisagem é reiteradamente empregada para descrever o espaço, sendo um termo comum na caracterização do ambiente, inclusive em comunidades como a Maré do Apicum.

O espaço pode ser entendido como um conjunto de objetos e conexões que desenvolvem em torno desses objetos, não necessariamente entre eles, mas utilizando-os como

intermediários. Além disso, esses objetos desempenham um papel fundamental na concretização de diversas conexões. Em resumo, o espaço é o resultado da intervenção humana em seu ambiente, influenciado tanto por elementos naturais quanto por construções artificiais (SANTOS, 1988).

A paisagem não é algo estático, ela surge da interação entre elementos naturais e materiais. Para o autor, a paisagem não é, indiscutivelmente, uma manifestação tangível. A vida está intrinsecamente ligada às relações sociais, e essas relações não podem existir sem uma base material que preserve as relações sociais do passado. Portanto, as estruturas físicas construídas podem ser cenário de diversas relações sociais: uma rua ou uma praça, por exemplo, podem desempenhar funções variadas dependendo do contexto em que se encontram.

Diferentemente do espaço, a paisagem é a materialização de um instante da sociedade. “Seria, numa comparação ousada, a realidade de homens fixos, parados como numa fotografia. O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento” (SANTOS, 1988, p. 25). De acordo com o autor, o que existe é um par dialético, que se complementam e se contrapõem. Dedevidemos fazer nos nossos esforços analíticos uma separação dessas categorias diferentes, para não correremos o risco de não reconhecermos o movimento da sociedade: “É a maneira com que se dá a produção, e o intercâmbio entre os homens que dá um aspecto à paisagem” (*Ibidem*, p.). É a relação do trabalho morto (acumulado) e a vida que se dão juntos, contudo, de maneiras diferenciadas. Dessa forma, o trabalho morto seria a paisagem. O espaço seria o conjunto do trabalho morto (formas geográficas) e do trabalho vivo (o contexto social) (SANTOS, 1988).

Constantemente, a sociedade se torna mais especializada. No entanto, é importante ressaltar que a especialização não equivale ao conceito de espaço. A especialização representa apenas um estágio na incorporação dos processos sociais ao território. O espaço transcende essa definição, pois constitui um elemento intrínseco aos próprios processos sociais (SANTOS, 1988). Dessa forma, para Milton Santos, a espacialidade é uma ocorrência da sociedade numa determinada disposição espacial.

No seu movimento permanente, em busca incessante de sociais, a sociedade está subordinada à lei do espaço preexistente. Sua subordinação não é à paisagem, que, tomada isoladamente, é um vetor passivo. É o valor atribuído à cada fração da paisagem pela vida – que metamorfoseia a paisagem em espaço – que permite a seletividade da espacialização. Este não é um processo autônomo, porque, na origem, depende das relações sociais e na chegada não é independente do espaço, nem o seu conceito substitui o conceito de espaço.

A espacialização também não é apenas o resultado do movimento da sociedade, porque depende do espaço. (*Ibidem*, p. 25)

Em suma, apesar das cidades estarem em movimentos constantes, elas estão subordinadas à lei do espaço preexistente, contudo, não é subordinada à paisagem, que por si só é um vetor passivo. Mas, o valor dado a cada fração da paisagem pela vida, que modifica a paisagem de um espaço, admitindo a seletividade da espacialização, num processo que não é autônomo, pois não depende das relações sociais. No fim, independentemente do espaço, a espacialização não substitui o conceito do espaço. A espacialização é a interação entre o espaço e o movimento da sociedade e as diversas interações produzidas no espaço (SANTOS, 1988).

2.2 Fenomenologia segundo Husserl

filósofo alemão, Edmund Husserl², concebeu sua fenomenologia a partir dos conceitos de percepção externa e percepção interna. A percepção externa abarca as coisas exteriores ao indivíduo, assim como as características e relações que as definem, modificações e ações recíprocas. Enquanto, a percepção interna, ou, “A percepção de si é a percepção que cada um pode ter do seu próprio eu, bem como das propriedades, estados e atividades deste eu [...]” (HUSSERL, 1988, p. 167). Para o autor, ao interrogar uma pessoa normal sem ter algum entendimento da filosofia, o que aqui considera como um ‘homem ingênuo’. Se ao perguntar se tudo isso é Co-percebido de si, provavelmente ele responderia “[...] que o par eu percebido

² Filósofo alemão nascido em Prossnitz, morávia, então parte do império austro-húngaro, hoje Prostějov, na República Checa, fundador da Fenomenologia, um método para a descrição e análise da consciência através do qual a filosofia tenta obter um caráter estritamente científico, ou seja, um sistema que pretende conferir à filosofia o caráter de disciplina científica que toma por objeto o fenômeno tal como aparece na consciência. Judeu de origem rica, completou os primeiros estudos em um ginásio público alemão, na cidade próxima Olmütz (1876), e estudou física, matemática, astronomia e filosofia nas universidades de Leipzig, Berlim e Viena. Em Viena defendeu sua tese de doutorado em filosofia (1882), com o tema *Beiträge zur Theorie der Variationsrechnung*. No outono seguinte (1883). Ainda em Viena, estudou com o filósofo e psicólogo Franz Brentano, um dos renovadores do pensamento aristotélico em seus elementos essenciais, que influenciou fortemente sua formação filosófica, converteu-se protestantismo luterano (1886) e casou-se (1887) com Malvine Steinschneider, a filha de um professor do ensino secundário de Prossnitz, que enérgica e competente, se tornaria em um indispensável apoio para o resto de sua vida. Passou em um concurso para professor na universidade de Halle (1887) e após ensinar também na Universidade de Göttingen, foi nomeado professor titular (1916) da Universidade de Freiburg, na Alemanha, onde permaneceu até se aposentar. Aposentado (1928) continuou morando na cidade até falecer nesta cidade, Freiburg im Breisgau. Suas principais obras foram *Logische Untersuchungen* (1900-1901), *Ideen zu einer reinen Phänomenologie* (1913) e *Formale und transzendente Logik: Versuch einer kritik der logischen Vernunft* (1929). Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/edmund-husserl.htm>. Acesso: 06/01/2023, às 14:42.

vale o correspondente de que vale para coisa externa percebida, a qual tem muitas propriedades e, no curso de suas modificações, já teve muitas outras, que no momento não entram na percepção” (*Ibidem*, p. 167). De acordo com Husserl, os diversos atos da percepção de si, adentram nas circunstâncias das representações do eu, ou seja, de seus sentimentos, como nos desejos e atividades corporais, entre outros; assim, as percepções externas, ora entram no interior, ora entram no exterior, ora tal parte, ora outra. “Como vemos num dos casos o objeto percebido é o eu, no outro, é a casa” (*Ibidem*, p. 167).

Segundo Husserl (1988, p. 168), “Descartes separou mens e corpus, enquanto Locke introduziu na filosofia moderna com o título *sensation e reflexion*”. Para John Locke, segundo Husserl (1988, p. 168), “a percepção interna é aquela que o nosso “espírito” ou nossa “alma” possui das suas próprias atividades (cogitationes, no sentido cartesiano). Assim fica determinada uma divisão das percepções por divisão dos objetivos de percepção [...]”. Acrescentando uma diferença na maneira pela qual as percepções são originadas, para Locke (*Opt. cit.*), “a maneira que a percepção se origina dependerá da divisão dos objetos de percepção, [...] ao mesmo tempo acrescenta-se a isto uma diferença quanto à maneira pela qual as percepções se originam”. Ou a percepção nasce das ações que as coisas físicas exercem sobre o espírito por meio dos órgãos dos sentidos, ou nascem pelas reflexões sobre as atividades que o espírito produz (HUSSERL, 1988).

Para Husserl, foram feitos esforços para o aprofundamento e a modificação das definições arcaicas de Locke. Principalmente as motivações epistemológicas e psicológicas se aprofundaram na distinção dessas definições. Segundo o filósofo, os interesses epistemológicos gerais impulsionaram o aprofundamento e apreciação do valor epistemológico relativo das duas espécies de percepção, ou seja, a percepção externa e a percepção interna. “[...] a percepção externa é enganosa, a interna, evidente. Nessa evidência está um dos pilares do conhecimento, que o ceticismo não pode abalar. A percepção interna é, além disso, a única em que o objeto corresponde verdadeiramente ao ato de percepção [...]” (HUSSERL, 1988, p. 168). Para Husserl, os interesses psicológicos entravam no jogo, pois, “Tratava-se da fixação do domínio muito debatido da psicologia empírica, e principalmente da legitimação da sua esfera de fenômenos que lhe fosse peculiar [...]” (*Opt. cit.*). Conforme Husserl, a importância de um posicionamento epistemológico que costumavam atribuir para a psicologia, como uma ciência filosófica fundamental e descomprometida para realidades tão transcendentais e ao mesmo tempo tão controvertidas como alma e corpo, não podia ser interpretada como dados evidentes.

“A classificação das percepções de Locke fazia exatamente essa pressuposição, e, portanto, não estava apta de imediato, a servir de fundamento para uma definição da psicologia e a satisfazer os interesses mencionados” (*Opt. cit.*). Conforme a distinção entre as percepções, de acordo o autor “[...] conseguimos encontrar características puramente descritivas para diferenciar os fenômenos corpóreos e psíquicos a elas correspondentes; ou seja, características que não exigissem nenhuma espécie de pressuposto epistemológico” (*Ibid*, pp. 168-169). Para o autor, se partirmos da análise que os objetos da percepção interna é o que o eu estou sentindo, julgando, portanto, é o que está sendo representado, mesmo que esse eu duvidasse, que para o autor seria um contrassenso, mesmo assim, teremos claramente a “vidência” da existência dos objetos da percepção interna (HUSSERL, 1988).

Por mais que eu estenda a dúvida da crítica do conhecimento, não posso duvidar de que eu sou e duvido, e mais, de que eu represento, julgo, sinto ou seja como for que possam ainda ser chamadas as aparições internamente percebidas -, delas não posso duvidar durante a vivência mesma em que as tenho; uma dúvida nesses casos seria evidentemente um contra-senso. Portanto, temos “evidência” da existência dos objetos da percepção interna. Temos o mais claro dos conhecimentos, aquela certeza inabalável que distingue o saber, no sentido mais estrito. (HUSSERL, 1988, p. 169)

Contudo, o que acontece com a percepção externa é completamente diferente conforme Husserl (1988), por simplesmente faltar evidências e haver uma série de contradições nos enunciados nela confiados, indicando assim que a percepção externa nos induz a erros e ilusões. Assim, para Husserl (1988):

De antemão, não temos, portanto, o direito de acreditar que os objetos da percepção externa existam efetivamente e verdadeiramente tais como eles nos aparecem. Temos, isso sim, muitas razões para aceitar que, na realidade, eles simplesmente não existem e que, portanto, só podem pretender a uma existência fenomenal ou “intencional”. (*Ibidem*, 1988, p. 169)

Ainda segundo o autor, se incluirmos no conceito de percepção o ser-efetivamente do objeto percebido, no sentido mais estrito, para Husserl (1988, p. ,169) “a percepção externa simplesmente não é percepção[...]”. Portanto, o caráter da evidência externa, que,

[...] Em todo caso, o caráter da evidência já nos oferece uma característica descritiva que distingue as percepções uma das outras e quem vem dado, ele próprio, juntamente com a vivência da percepção, ou que, respectivamente, falta a essa última; e isso é suficiente para determinar a distinção. (HUSSERL, 1988, p. 169)

Afirma, Husserl, que observando-se os fenômenos que nos são fornecidos em qualquer uma das percepções, reconheceremos que eles constituem classes, que, na sua essência são diversas. Ainda de acordo com o autor, não que seja com ou sem razão, supondo-se que esses fenômenos, sejam na sua essência diversos, mas, “quando concedermos esses fenômenos do ponto de vista puramente descritivo, fazendo abstração de qualquer transcendência constatamos uma diferença intransponível entre eles” (HUSSERL, 1988, p. 169).

Se por um lado, podemos encontrar qualidades que sejam sensíveis, por outro lado, já formam unidade fechada, no ponto de vista descritivo. Assim, “independentemente de serem dados os sentidos, os órgãos sensoriais ou algo dessa espécie” (1988, p. 170). Trata-se de um gênero, no mais estrito sentido aristotélico”. Unindo os momentos que são vinculados, seja por qualidades sensíveis em geral, ou em círculos singulares de qualidades, ou pelo contrário, momentos que são pressupostos de qualidades e que só quando estão unidos a elas podem tornar-se um ente concreto. Assim, as proposições vistas,

[...] tais como na intuição nada de espacial é sem qualidade; não há qualidades sem algo espacial. Outros admitem que só valem aqui certas particularidades: não há cor, não há qualidade tátil sem algo espacial, etc. [...]. Outras proposições que se filiarão aqui são: não há qualidade de som sem intensidade, não há timbre sem qualidade de som e assim por diante. (HUSSERL, 1988, p. 170)

Sobre determinados fenômenos, como julgar, presumir, desejar, esperar, “encontramos, por assim dizer, num outro mundo. Esses fenômenos podem ter relações com o sensível, mas eles próprios são ‘incomparáveis’ com sensível: mais precisamente, eles não são do mesmo e único (genuíno) gênero” (*Ibidem*, p. 170). Doravante que se tenha esclarecido a unidade da classe descritiva de fenômenos que, segundo o autor, “[...] encontremos também, se prestarmos a devida atenção, uma característica positiva que os distingue: a saber, a característica da “inexistência intencional” (*Ibidem*, p. 170). Para o filósofo, certamente que a diferença descritiva das percepções anteriormente descritas pode servir para uma distinção análoga entre as duas classes de fenômenos, e “Estaremos dando uma boa definição ao dizer agora: os fenômenos psíquicos são fenômenos da percepção interna e os físicos são os da percepção externa” (*Ibidem*, p. 170). Para o autor, uma análise mais precisa das duas espécies de percepções assemelha-se a uma caracterização descritiva e epistemologicamente pertinente dessas duas espécies, entretanto, ainda a uma divisão fundamental, “[...] também descritiva,

desses fenômenos em duas classes, a classe dos fenômenos físicos e a dos fenômenos psíquicos” (*Ibidem*, p. 170). Concomitantemente, alcançada a meta de uma definição da psicologia e da ciência natural, “[...] definição esta que é metafisicamente descomprometida, orientada não por presumíveis dados do mundo transcendental, mas pelos verdadeiros dados dos fenômenos”. (*Ibidem*, p. 170).

Tanto os fenômenos físicos, quanto os fenômenos psíquicos, não são definidos em termos de aparições que provêm da ação dos corpos sobre nossa alma por meio dos órgãos dos sentidos, e nem dos fenômenos psíquicos, como também não são definidos pelas aparições que são encontrados nas percepções da alma, “[...] o que é decisivo agora é a unicamente o caráter descritivo dos fenômenos tais como vivemos. Por conseguinte, a psicologia pode agora ser definida como ciência das aparições psíquicas, e a ciência natural, como a ciência das aparições físicas” (1988, p. 171). As definições dadas precisam ser submetidas a certas restrições, remetendo-se a elas enquanto apenas hipóteses explicativas, à medida em que os fenômenos doravante passam a surgir nas suas diferenças descritivas como genuínos objetos a serem explicados.

Para exprimir a tarefa científica da ciência natural, poderíamos dizer, por exemplo: a ciência natural é a ciência que pretende explicar a sequência dos fenômenos físicos das sensações normais e puras (não influenciadas por nenhum estado ou processo psíquico peculiar), fundando-se na hipótese da ação exercida sobre os nossos órgãos dos sentidos por um mundo que, como o espaço, se estende em três dimensões e, como o tempo, transcorre em uma dimensão. Sem se pronunciar definitivamente sobre a constituição absoluta desse mundo, ela se contenta em atribuir-lhe forças que produzam sensações e se influenciam mutuamente na ação e em estabelecer para essas forças leis de coexistência e de sucessão. (*Ibidem*, 1988, p. 171)

O conceito de fenômeno psíquico, ao invés de ser restrito, pudesse ser ampliado, visto que os fenômenos físicos da fantasia, possam ser objetos de interesse, tanto quanto os psíquicos, “[...] e o que os mesmos fenômenos que surgem na sensação não podem ser ignorados numa teoria que trate desta última” (HUSSERL, 1988, p. 171). Além disso, ressalta que devemos nos lembrar que o objeto da própria psicologia é considerado os fenômenos psíquicos apenas no sentido de estados reais:

[...] Porém, é óbvio que é só a título de conteúdos de fenômenos psíquicos que eles entram em consideração na descrição da sua peculiaridade. O mesmo vale para todos os fenômenos psíquicos que têm uma existência exclusivamente fenomenal. Como objeto próprio da psicologia teremos que considerar os fenômenos psíquicos apenas no sentido de estados reais. E é exclusivamente

com respeito a eles que dizemos que a psicologia é a ciência dos fenômenos psíquicos. (*Ibidem*, p. 171)

De acordo com Husserl, é só a título de conteúdos de fenômenos psíquicos que eles entram em consideração na descrição das suas características. Valendo para todos os fenômenos psíquicos existentes, tão somente, fenomenal. O objeto da psicologia é considerar os fenômenos psíquicos no sentido de estado reais. E, é por isso, que podemos dizer que a psicologia é a ciência dos fenômenos psíquicos (HUSSERL, 1988, p. 171).

2.3 O “mundo da vida”

O conceito do mundo da vida ou *Lebenswelt*, necessariamente o oposto de *Lebenswelt*, ou mundo das ciências, no qual, tenta-se fundamentar o último pelo primeiro, ou seja, no mundo pré-científico. Segundo o Husserl, “a própria ciência emerge de algo anterior a ela mesma, do campo das experiências pré-científicas e pré-categoriais, ou seja, de um a priori concreto, que chama de *Lebenswelt* ou *Lebensumwelt*” (HUSSERL, 2002, p. 31). Ou seja, as condições a priori de possibilidades das ciências ao nível histórico e existencial. Nas obras deste autor, o *Lebenswelt* é um tema que está presente no pensamento Husserl desde o início.

Em Göttingen denomina-o *Erfahrungswelt* ou mundo da experiência. A recondução da ciência a sua origem no mundo da vida, como a crítica da psicologia científica, exige a constituição da ciência do mundo da vida e uma psicologia fenomenológica. O mundo da vida é a fonte do sentido dos conceitos científicos. Se esses não puderem referir-se ao mesmo carecem de sentido. (HUSSERL, 2002, pp. 31-32)

Nas ciências objetivas, Husserl refere-se ao mundo da vida como origem em sueco *Ursprung* e fundamento em alemão *Boden*. Husserl (2002, p. 31), “[...] Se o mundo da vida, por um lado, era a origem das ciências objetivas, por outro, era-lhe claro que tinham esquecido essa origem [...]”. Para o autor, este era um momento de crise das ciências. O autor, considerava que o mundo da vida como um novo ponto de partida que caminha para a fenomenologia transcendental, “[...] sobretudo para a subjetividade transcendental, da qual brotam, em última análise, não só as ciências objetivas, mas o próprio mundo da vida” (HUSSERL, 2002, p. 31). Desse modo, no prisma da fenomenologia husserliana, “o mundo da vida exerce uma dupla função: a) a função de fundamento (*Bodenfunktion*) em relação às ciências e b) a função do fio

condutor (Leitfadenfunktion) para o retorno da fenomenologia à subjetividade constitutiva do mundo” (HUSSERL, 2002, pp. 31-32).

Para Husserl, *Lebenswelt* é a redução ao mundo da vida, no que tange a ele. “[...]. Entretanto a epoque não é o recurso de um realista escrupuloso, mas o método para o acesso à experiência transcendental por vocação rigorosamente filosófica” (HUSSERL, 2002, p.32). Para Husserl (2002, p. 32), “[...] Por mundo da vida Husserl não entende, pois, o mundo de nossa atitude natural, na qual todos os nossos interesses teóricos e práticos são dirigidos aos entes do mundo”. Para a fenomenologia, devemos nos ocupar-nos exclusivamente com o próprio mundo, palco da vida, das manifestações do cotidiano, ou seja, do trivial, “[...] como todo lugar para nós a permanente consciência da existência universal, do horizonte universal de objetos reais, efetivamente existentes” (HUSSERL, 2002, p. 32).

De acordo com o autor, o objeto da investigação fenomenológica sobre o mundo não é somente o ser do mundo quanto seu sentido, mas a atitude fenomenológica direcionado ao universo da subjetividade que se insere no mundo existente. “A ciência do mundo da vida é a ciência da subjetividade, a ciência do universal como da preexistência (*Vorgegebenheit*) do mundo como fundamento de toda e qualquer objetividade” (HUSSERL, 2002, p.32). Assim, para o autor, o interesse teórico é da atitude fenomenológica é aquela que se dirige unicamente ao universo subjetivo em que nos dá o mundo existente (HUSSERL, 2002).

De acordo com Husserl, “A ciência do mundo da vida é a ciência da subjetividade, a ciência do universal como da preexistência (*Vorgegebenheit*) do mundo como fundamento de toda e qualquer objetividade” (HUSSERL, 2002, p. 32). Observar o mundo no prisma da fenomenologia para Husserl “[...] vê-lo pura e exclusivamente do modo como adquire sentido e validade existencial em nossa vida de exclusivamente do modo como adquire sentido e validade existencial em nossa vida de consciência e em configurações sempre novas” (2002, p. 32). Para Husserl, o objeto da ciência do mundo da vida é o estudo da vida transcendental e de sua atividade constituinte. Ainda de acordo com Husserl (2002, p. 32) “O erro do objetivismo foi esquecê-lo ou desvalorizá-lo como subjetivo. As teorias lógico-matemáticas substituíram o mundo da vida pela natureza idealizada na linguagem dos símbolos”. A fenomenologia, então, recupera e tira do anonimato, colocando-o no universo dos fatos objetivos: “[...] enquanto pessoas, enquanto eu, os homens têm fins, perseguem metas, referem-se às normas da tradição, às normas da verdade e normas eternas” (*Opt. cit.*).

Nessa etapa da fenomenologia, Husserl (2002), expõe a questão do mundo da vida e na experiência pura, ou seja, não a priori pé-categorial, mantendo o sujeito transcendental como

centro do polo de referência. Na crise, Husserl vincula o eu e o *Lebenswelt* na correlação consciência-mundo, “Com isso consegue novas perspectivas para a intencionalidade e a intersubjetividade. Pois agora aplica ambos os conceitos ao mundo como história e como teleologia (*Opt. cit.*). Para recuperar o mundo da vida, das experiências pré-científicas originárias que são historicamente constituídas as próprias ciências, ou seja, a própria raiz das evidências lógico-matemáticas que se encontram no mundo da vida. Será preciso recolocar a subjetividade transcendental no centro da reflexão. “O universo de idealidade das ciências modernas nasce no próprio mundo da vida, pois é constituído a partir das formas sensíveis das coisas na experiência cotidiana” (*Opt. cit.*). É a partir da imaginação que se desenham as formas geométricas ideais puras, que com o tempo, erroneamente, passou-se de formas não reais e idealizadas para serem consideradas como objetivas. Para Husserl,

[...] foi a tal pretensão ontológica que lá atrás, desde Galileu, nos primórdios da ciência [...] que desconhece o caráter metodológico de sua atividade com a pretensão de captar com os seus instrumentos o mundo tal como é na verdade, por detrás do véu de nossa experiência cotidiana subjetiva e relativa. (*Opt. cit.*)

Essas consequências, de acordo com o autor, foram o que gerou equívocos no racionalismo clássico e no empirismo. O mundo da vida, para Husserl, é o mundo experimentado, ou seja, vivenciado, rico e complexo. Constituído pela materialidade histórica, pela cultura, é o que autor chama de *Lebenswelt*:

O mundo da vida, no sentido de mundo experimentado pelo homem, significa uma realidade rica, polivalente e complexa, que o próprio homem constrói. Mas, ao mesmo tempo, o *Lebenswelt* é constituído pela história, linguagem, cultura, valores... Quando se fala de experiência é ingênuo querer reduzi-la à empina sensível do mundo físico. (HUSSERL, 2002, p. 33)

Em suma, esse mundo rico, vivente, complexo e polivalente, ou seja, “o mundo da vida”, que o homem constrói, enquanto ao mesmo tempo, vivencia, tudo que se pode ver e abarcar com o sentido da visão, são cores, texturas, paisagens, movimentos e até mesmo o olfato, enquanto o *Lebenswelt* de Husserl, é aquele constituído de cultura, linguagem, valores e história.

2.4 Percepção Ambiental

Para a psicóloga, mestre em sociologia política e doutora em interdisciplinaridade, Ariane Kuhnen³, no seu artigo *Meio Ambiente e Vulnerabilidade A Percepção Ambiental de Risco e o Comportamento Humano*, “A percepção é a captação, seleção e organização das informações ambientais, orientada para a tomada de decisão que torna possível uma ação inteligente (i.é dirigida a um fim) e que se expressa por ela. A percepção do ambiente permite atuar” (KUHNEN, 2009, p. 47). De acordo com a autora, a percepção ambiental é aprendida e aparece nas escolhas e julgamentos que formamos no meio ambiente, transformando e modificando a nossa realidade. O impacto resultante tanto das condições reais dos indivíduos como da maneira que a sociedade intervém no meio ambiente e os valores culturais que nela agem na sua vivência compõem a percepção ambiental dos indivíduos (KUHNEN, 2009).

Para Andreia Aparecida Marin – doutora em Ecologia e em Recursos Naturais e docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro –, o termo percepção é derivado do latim *perception*, no qual a maioria dos dicionários da língua portuguesa define como “ato ou efeito de perceber; combinação dos sentidos no reconhecimento de um objeto; recepção de um estímulo; faculdade de conhecer independentemente dos sentidos; sensação; intuição; idéia [sic]; imagem; representação intelectual” (MARIN, 2008, p. 206). Não encontraremos dificuldades de identificar a amplitude, de certa forma, volumosa, a partir dos possíveis significados dessas definições, que vão da recepção de estímulos à intuição, ou a ideia e a imagem. Dessa forma, essas categorias são distintas no discurso filosófico (MARIN, 2008). Para a autora essa complexidade do termo pode refletir numa nebulosidade no entendimento do fenômeno, ou seja, “[...] responsável por uma insistência permanente na busca por elucidações em toda a história do pensamento humano, cuja expressão primeira é a existência de distintas teorias, como os idealismos, os empirismos, o realismo e o materialismo” (MARIN, 2008, p. 206). O plural dessas duas primeiras denominações é de forma propositiva, pois há diferentes formas na composição dessas visões. Essa complexidade do termo pode refletir numa nebulosidade no entendimento do fenômeno, ou seja, “[...] responsável por uma insistência permanente na busca por elucidações em toda a história do pensamento humano, cuja expressão primeira é a existência de distintas teorias, como os idealismos, os empirismos, o realismo e o

³ Psicóloga, mestre em sociologia política, doutora em interdisciplinar em ciências humanas, professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Campus universitário (fonte: própria autora)

materialismo” (*Ibidem*, 2008, p. 206). Segundo Marin (2008), o plural dessas duas primeiras denominações foi de forma intencional, pois há diferentes formas na composição dessas visões.

De acordo com o psicólogo Hochberg (1973, p. 11 *apud* MARIN, 2008, p. 206), “a percepção é um dos mais antigos temas de especulação e pesquisa no estudo do homem [...]. Estudamos a percepção numa tentativa de explicar nossas observações do mundo que nos rodeia”. Hochberg (1973, p. 11 *apud* MARIN, 2008, p. 206) enfatiza que, embora o estudo da percepção tenha se iniciado muito antes do surgimento da Psicologia, no qual as primeiras pesquisas foram elaboradas por fisiologistas e físicos, é possível notar que o enfoque dos estudos estava voltado para o entendimento dos mecanismos físicos, “que definiam o mundo, e biológicos do fenômeno, sendo que se justificavam pela necessidade de correção dos dados da percepção com o rigor da ciência [...]”. De outro modo, Yi-Fu Thuan (1980) – geógrafo – afirma que a percepção ambiental é a resposta que o indivíduo dá aos estímulos externos, e que a partir desses estímulos o sujeito toma certos posicionamentos frente ao mundo, submetido à razão (cognição). Para o professor e geógrafo, Guilherme Coelho Melazo (2005, p. 03), “O ambiente natural assim como os ambientes construídos são percebidos de acordo com os valores e as experiências individuais dos homens onde são atribuídos valores e significados em um determinado grau de importância em suas vidas”. De acordo com Melazo (2005), é através dos órgãos dos sentidos juntamente com as atividades cerebrais que a percepção individual ocorre. Essas diferentes percepções do mundo estão relacionadas à diferentes personalidades, como também à idade, às experiências, aos aspectos socioambientais, à educação e à herança biológica. Assim, “[...] os estímulos sensoriais, os sentimentos relacionados ao espaço e a paisagem originam-se de experiências comuns voltadas para o exterior. A percepção do ambiente, as imagens, seus significados, as impressões absorvidas e os laços afetivos são unos em cada ser humano [...]” (MELAZO, 2005, p. 03). Entretanto, o cognitivismo, a personalidade e o ambiente social e físico são determinantes na influência direta no processo de percepção do ambiente. De acordo com o autor, essa tarefa de estudar a percepção não é de um único campo do conhecimento, “Teorias diferentes sobre percepção são encontradas em várias áreas com diferentes enfoques. As sensações é que nos dão as qualidades, as impressões dos objetos e consequentemente os significados e valores atribuídos por nós” (*Opt. cit.*).

“Essa variedade de significados e valores atribuídos aos lugares e ambientes acabam tornando a tarefa de identificação das percepções extremamente difíceis, porque cada pessoa atribui lugares valores distintos, sejam eles ecológicos, econômicos ou estéticos [...]” (*Opt. cit.*), tais sensações advindas dos órgãos dos sentidos formam as nossas imagens, ideias e a

compreensão do mundo que nos cerca. Dessarte, existe um grande desafio na sustentabilidade urbana, que é a capacidade de tratar as cidades e o seu meio natural em sua especificidade, ou seja, em toda a sua complexidade, numa abordagem, como diz o autor, “multidimensional e interdisciplinar que permita a superação dos desequilíbrios resultantes dessas trocas desiguais, sejam elas internas ou externas à cidade” (*Ibidem*, p. 04). A substituição do meio ambiente natural por espaços urbanos, é ao mesmo tempo cenário e palco das relações existentes entre a comunidade humana e o seu entorno, as transformações antrópicas colocaram em xeque a postura que temos frente às questões ambientais.

“A ideia que se tem das cidades como um espaço do caos, deve ser substituída por uma nova perspectiva buscando novas formas de administrar os processos sociais, que as produzem e as modificam [...]” (MELAZO, 2005, p. 04). As ações e procedimentos devem compreender tanto as especificidades do espaço, como as relações espaciais de seu entorno, como as dinâmicas sociais, econômicas e culturais que apareceram, de forma que seja menos predatória possível. Os objetivos da Educação Ambiental só serão alcançados com a percepção e o engajamento do cidadão em relação à importância dos elementos naturais e aos problemas ambientais locais.

Para que isso ocorra, há necessidade de uma sintonia entre as diferentes realidades políticas, econômicas, sociais e culturais, bem como questões ecológicas. [...] a principal função da Educação Ambiental é a formação de cidadãos conscientes, preparados para a tomada de decisões e atuando na realidade socioambiental, com um comprometimento com a vida, o bem estar de cada um e da sociedade, tanto a nível global como local. (*Ibidem*, p. 04)

Essa abordagem é totalmente interdisciplinar, como as disciplinas parceiras, tendo como exemplo: Ciências Naturais, História e Geografia, estas podem promover discussões e debates que possam proporcionar uma maior participação ativa da comunidade, “[...] devem-se valorizar as ações pedagógicas, as atividades relacionadas à criatividade, instigando a construção de uma visão mais consciente do homem em relação ao meio ambiente, aos aspectos culturais e sociais, auxiliando-o na formação da cidadania” (MELAZO, 2005, p. 04).

2.5 Topofilia

De acordo com o geógrafo chinês Yi-Fu Tuan⁴, que no seu livro clássico *Topofilia, um Estudo da Percepção, Atitudes, e Valores do Meio Ambiente*, define topofilia no seu sentido mais amplo, todo aquele sentimento e laços afetivos dos seres humanos com o seu meio ambiente material, diferindo em intensidade, sutileza e modo de expressão. “A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada” (TUAN, 1980, p. 107).

Essas respostas ao meio ambiente, de acordo com Tuan, podem ser através dos sentidos da percepção humana, “A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida” (*Ibidem*, p. 107). De acordo com Kennet Clark, citado por Tuan (1980), o que diz sobre apreciação da arte é da mesma forma para a apreciação do cenário. “Esta, não importa quão intensa, é efêmera, a não ser que, nossos olhos, fiquem presos ao cenário por alguma outra razão, quer pela lembrança de sua subjacente realidade geológica e estrutural. Sobre a importância da associação histórica [...]”. Além disso, a mais intensa experiência estética da natureza pode possivelmente nos tomar de surpresa. Como resultado de um contato repentino, a beleza é sentida, como um deslumbre fugaz com um aspecto da realidade que até o momento é desconhecido, “[...] é a antítese do agostinho desenvolvido por certas paisagens ou sentido afetivo por lugares que se conhecem bem. Alguns exemplos esclareceram a natureza desta experiência” (*Ibidem*, p. 107).

O prazer visual que a natureza nos provoca pode variar em intensidade, como também pode ser um pouco mais do que a aceitação de uma convenção social. Diversos pontos turísticos são famosos pela sua exuberância, tanto pelo desejo de colecionar o máximo de experiências possíveis. Não é à toa que a máquina fotográfica, ou o mais comumente, o celular, se tornaram indispensáveis, principalmente porque pode-se produzir provas que esteve em tão circuito para se exibir para as suas relações sociais.

O turismo tem uma utilidade e beneficia a economia, porém não une o homem à natureza. A apreciação da paisagem é mais pessoal e duradoura quando está mesclada com lembranças de incidentes humanos. Também perdura além do

⁴ Yi-Fu Tuan, geógrafo, nasceu na China em 1930 e tem sido professor de Geografia em várias Universidades Ocidentais (TUAN, 1980).

efêmero, quando se combinam o prazer estético com a curiosidade científica. (*Ibidem*, p. 109)

De acordo com o geógrafo chinês, mesmo que a economia esteja se beneficiando muito com o turismo, não traz laços à natureza. Pois a apreciação da paisagem é mais individual e só é duradoura quando se mescla com lembranças, incidentes e afetos humanos. Se perpetuando, mesmo se fosse a combinação do prazer estético com a curiosidade científica (TUAN, 1980). Geralmente o despertar profundo para a beleza ambiental, acontece numa revelação inesperada, não dependendo das opiniões externas. Contudo, é de grande parte independente do caráter do meio ambiente. Como se as cenas simples e paisagens monótonas podem ser aos poucos atrativas, como se revelando aos aspectos que antes eram despercebidos e um novo insight na realidade, é tomado por uma experiência promovida pela beleza desvelada (TUAN, 1980).

Yi-Fu Tuan nos estimula a questionar sobre como percebemos o mundo, e nos predispomos a examinar as percepções com o meio ambiente. Por outro lado, a vida moderna, por si só, não oferece muito contato com a natureza. Distanciamos cada vez mais das interações humanas com a natureza, salvo algumas exceções, sejam elas uns com os outros, ou com os lugares, paisagens, enfim, o mundo natural, e ao mesmo tempo o mundo moderno nos aproxima para um mundo cada vez mais virtual e tecnológico.

Na vida moderna, o contato físico com o próprio meio ambiente natural é cada vez mais indireto e limitado a ocasiões especiais. Fora da decrescente população rural, o envolvimento do homem tecnológico com a natureza é mais recreacional do que vocacional. O circuito turístico, atrás das janelas de vidro raiban, separa o homem da natureza. De outro lado, em certos esportes como o esqui aquático e alpinismo, o homem entra em contato violento com a natureza. O que falta às pessoas nas sociedades avançadas (e os grupos hippies parecem procurar) é o envolvimento suave, inconsciente com o mundo físico, que prevaleceu no passado, quando o ritmo da vida era mais lento e do qual as crianças ainda desfrutavam. (TUAN, 1980, p. 110)

Segundo o geógrafo sino-americano, falamos das interações com a natureza, e que essas interações, algumas dessas, são formas violentas, o exemplo que o autor citou, foram os esportes radicais, como o esqui aquático e o alpinismo. A sociedade deveria praticar uma conduta mais suave com a natureza, e por que não dizer: mais inconsciente com o mundo físico? Para Yi-Fu Tuan, são os laços emotivos, e poder desfrutar uma vida desacelerada. A topofilia pode aparecer advindo de certas emoções, como por exemplo, do amor e ódio que o ser tem pela terra. O sentimento topofílico entre os agricultores, por exemplo, pode se diferenciar notadamente, variando de acordo com o seu status socioeconômico. “O trabalhador rural trabalha junto às

terras; sua relação com a natureza é um misto de amor e ódio” (1980, p. 110). Se deixarmos a racionalidade de lado, o sentimento topofílico dessas pessoas, podem não ser racionais, mas, claramente, manifestações emotivas. Mostrando a construção de valores pertencentes ao meio ambiente. O autor demonstra que os ocupantes daquelas terras têm um sentimento topofílico, que difere de acordo com o seu status socioeconômico (TUAN, 1980).

O apego a um lugar também pode, paradoxalmente, aparecer da experiência com a intransigência da natureza. Nos Estados Unidos, os fazendeiros das propriedades situadas nas frêntias das Grandes Planícies, constantemente, têm que lutar contra a ameaça de seca e das tempestades de poeira. Os que podem suportar as privações, deixam a região; os que ficam, parecem desenvolver um estranho orgulho em sua habilidade de levar a vida. (TUAN, 1980, p. 112)

Para o autor, se vivermos neste mundo temos que ver algum valor nele, é o caso dos agricultores, uma vida que se baseia nos Ciclos da natureza, quer queira ou não, se criam raízes. Essa observação dos ciclos de vida, confere ao homem do campo um aparato de responsabilidade e de seriedade. Apesar do fato de que o meio ambiente é um produtor de imagens para a topofilia, “[...] não significa que o mesmo os tenha determinado, nem necessitamos acreditar que certos meios ambientes possuem o irresistível poder de despertar sentimentos topofílicos” (TUAN, 1980, p. 129).

3 MEIO AMBIENTE, MEMÓRIA, PATRIMÔNIO NATURAL E O PATRIMÔNIO CULTURAL

3.1 Meio Ambiente

Para Milton Santos (2005, p. 141), “Uma indispensável premissa de base é que não existe meio ambiente diferente de meio”. Segundo sua ótica, o que existe na realidade é o dano ao meio ambiente, é o que o geógrafo brasileiro diz, que é o agravo ao meio de vida de nós humanos. “Esses agravos ao meio devem ser considerados dentro do processo evolutivo pelo qual se dá o confronto entre a dinâmica da história e a vida do planeta” (*Opt. cit.*).

De acordo com Tuan (1980), existem vários tipos de meio ambientes que atraem os humanos desde os tempos imemoráveis, como meios ambientes lacustres, litorâneos ou próximo de rios, desde a pré-história o homem procura lugares como esse, pois são lugares de fácil obtenção de alimentos, como peixes, mariscos e crustáceos. Santos (2005) afirma que a história da humanidade é a história dessa ruptura paulatinamente entre o homem e o seu entorno, que vai se acelerando com o tempo, mais pra frente ser humano inicia a mecanização do nosso planeta, que acelera ainda mais esse processo da artificialização do meio natural, marcando uma grande mudança na história da humanidade e do meio natural.

Quando abordamos o tema do meio ambiente, é crucial compreender, em primeiro lugar, como se constitui esse ambiente moldado pela tecnologia, que hoje pode ser compreendido na interação entre um local específico e o mundo. Isso ocorre porque a técnica desempenha um papel fundamental na concretização da globalidade como uma totalidade observável, e essa globalidade só pode ser compreendida por meio dos lugares, uma vez que os lugares refletem a adaptação do mundo (SANTOS, 1994, 2005).

Quando hoje em dia falamos em meio-ambiente, devemos entender que estamos falando também em meio técnico. A relação do lugar e com o mundo é cada vez mais estreita, o meio-técnico está encurtando cada vez mais esse espaço, pois é a base técnica de realização da globalização ou mundialidade como Milton Santos gostava de chamar. É o lugar que na medida está se expressando na funcionalidade do mundo global (SANTOS, 1994).

Figura 07- Barcos de pesca



Fonte: Registro fotográfico de Saulo Henrique Souza Silva (2023).

Milton Santos (1980), ao falarmos em meio ambiente deveremos entender que, a formação do meio técnico, hoje é passível de ser apreendido na relação do lugar com o mundo, por que a técnica é a base de realização da mundialidade na sua totalidade empírica, somente alcançada, portanto, nos lugares na medida que expressão a funcionalização do mundo (SANTOS, 1995; 2005). Em seu livro *Espaço & Método*⁵, a expressão “meio ecológico” não tem a mesma significância que é dada à natureza selvagem, pois, o meio ecológico já é um

⁵ SANTOS, Milton; **ESPAÇO & MÉTODO**/ Milton Santos. -São Paulo: Nobel, 1985.

espaço modificado e, cada vez mais, um meio técnico. “A natureza primeira, como sinônimo de “natureza natural”, só existiu até o momento imediatamente anterior àquele em que o homem se transformou em homem social, através da produção social” (SANTOS, 1985, p. 08). De acordo com Tuan (1980), os meios ambientes de atração permanente, para a humanidade, são bastante diversificados, agradando a todos os gostos, “Na complexa sociedade moderna, os gostos individuais por ambientes naturais podem variar enormemente. Algumas pessoas preferem viver no deserto e nas planícies varridas pelo vento, do que simplesmente visitar esses lugares” (TUAN, 1980, p. 131). A falta de cuidado com o meio ambiente é uma preocupação constante com o futuro da humanidade neste planeta. Leonardo Boff⁶ (1999), escritor e teólogo, em seu livro *Saber é Cuidar: Ética do humano-compaixão*, afirma que podemos ficar conectados com milhões de pessoas sem, ao menos, encontrar com alguém; ou comprar qualquer coisa pela internet, pagar as contas, trabalhar por *home office* e assistir filmes, sem fazer contato real com qualquer pessoa. Hoje, graças a tecnologia, “Tudo vem à nossa casa via *online*” (BOFF, 1999, p. 01).

Para as Professoras da Universidade Federal de Sergipe, Carla Alessandra da Silva Nunes e Yanne Angelim, elas partem do pressuposto de que o desenvolvimento das forças produtivas no modelo capitalista não tem nenhum respeito aos limites naturais, “[...] e avança destrutivamente sobre a natureza, resultando no fenômeno que estudiosos do capitalismo contemporâneo reconhecem como um dos mais graves problemas que desafiam a reprodução social, que é a destrutividade ambiental ou ‘questão ambiental’”. Segundo as autoras:

[...] é que a crise contemporânea do capital é uma determinação central para a compreensão do atual estágio de destrutividade das forças produtivas (trabalho e natureza), tendo em vista que mais intensamente o capital atualiza os movimentos em direção à produção e apropriação privada da riqueza, em sua forma mercadoria. (NUNES & ANGELIM, 2020, p. 78)

⁶ Leonardo Boff nasceu em Concórdia, Santa Catarina, aos 14 de dezembro de 1938. É neto de imigrantes italianos da região do Veneto, vindos para o Rio Grande do Sul no final do século XIX. Fez seus estudos primários e secundários em Concórdia-SC, Rio Negro-PR e Agudos-SP. Cursou Filosofia em Curitiba-PR e Teologia em Petrópolis-RJ. Doutou-se em Teologia e Filosofia na Universidade de Munique-Alemanha, em 1970. Ingressou na Ordem dos Frades Menores, franciscanos, em 1959. Durante 22 anos, foi professor de Teologia Sistemática e Ecumênica em Petrópolis, no Instituto Teológico Franciscano. Professor de Teologia e Espiritualidade em vários centros de estudo e universidades no Brasil e no exterior, além de professor-visitante nas universidades de Lisboa (Portugal), Salamanca (Espanha), Harvard (EUA), Basel (Suíça) e Heidelberg (Alemanha). É doutor honoris causa em Política pela universidade de Turim (Itália) e em Teologia pela universidade de Lund (Suécia), tendo ainda sido agraciado com vários prêmios no Brasil e no exterior, por causa de sua luta em 1993 prestou concurso e foi aprovado como professor de Ética, Filosofia da Religião e Ecologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Em 8 de Dezembro de 2001 foi agraciado com o prêmio Nobel alternativo em Estocolmo (Right Livelihood Award). É autor de mais de 60 livros nas áreas de Teologia, Espiritualidade, Filosofia, Antropologia e Mística. A maioria de sua obra está traduzida nos principais idiomas modernos. Disponível em, <https://leonardoboff.org/biografia/>. Acesso em 28/01/2023 às 12:54.

De acordo com Nunes e Angelim (2022), o caráter destrutivo da natureza e as suas consequências não atingem igualmente as classes sociais, como tampouco são enfrentadas sob as mesmas condições. Mas, é a classe trabalhadora que tem a sua reprodução física ameaçada pela “crise ambiental” neste atual tempo histórico, afetando as suas necessidades essenciais do ser humano, pois os recursos naturais são cada vez mais limitados e mercantilizados (NUNES & ANGELIM, 2020).

Figura 08 - Manchete sobre a degradação do mangue da Coroa do Meio



Fonte: F5 News (<https://www.f5news.com.br/cotidiano/degradacao-ambiental-e-visivel-em-mangue-da-coroa-do-meio-.html>).

Na figura 08, a reportagem do Portal F5 News é notícia um acidente aéreo que ocorreu no dia 6 de maio de 2021 no bairro Coroa do Meio, no qual uma pequena aeronave caiu dentro do manguezal, para resgatar o corpo do piloto e os restos da aeronave o corpo de bombeiros foi solicitado. Durante o resgate do pequeno avião vários bombeiros que tiveram contato com a lama do mangue tiveram algumas reações e passaram mal. Esse fato é uma evidência bastante sólida importantíssima da degradação ambiental do manguezal da maré do Apicum. Esse acontecimento é um exemplo de como se encontra o estado de degradação do manguezal da

maré do Apicum, não é à toa que os impactos socioeconômicos sofridas pela comunidade que tinham uma atividade econômica na captura do caranguejo Uçá (*Ucides cordatus*) foram bastantes significativos. Segundo os pesquisadores e professores Thiago Lima Santana Duarte e Viviane Almeida Rezende que publicaram o artigo; *Degradação dos manguezais de Aracaju/SE (Brasil): impactos socioeconômicos na atividade de catador de caranguejo-Uçá (Ucildes cordatus)*, “Embora a catação do caranguejo-uçá seja considerada uma atividade difícil pelos catadores, ainda realizada de maneira tradicional e auxiliada por artefatos artesanais, a mesma representa a dignidade deles, pois é um meio de se obter o sustento da família” (DUARTE & REZENDE, 2019, p. 95). Ainda segundo Duarte & Rezende (*Ibidem*, p. 95), “Diante dessa realidade, há um agravante que aponta para diminuição dos caranguejos ao longo dos últimos anos como consequência da degradação dos manguezais, motivada pela especulação imobiliária, poluição, criação de viveiros de camarão, dentre outros”.

A cultura do descaso com a natureza é frequente, e a população, incluindo aqueles que não necessariamente pertencem à comunidade do Apicum na Maré, muitas vezes enfrenta as consequências do descarte inadequado de resíduos sólidos urbano, como observado na (Figura 09), ocorrendo nas ruas, calçadas, mangues e em diversos locais do bairro Coroa do Meio. A população frequentemente se torna vítima do descarte inadequado de resíduos sólidos urbanos, muitas vezes sem ser a responsável por essa prática prejudicial à natureza. Nesse contexto, torna-se imperativa a necessidade de educação ambiental contínua promovida pelo Estado, através de canais como comerciais de TV, rádio, internet e outros meios de comunicação, para conscientizar a sociedade sobre a importância de práticas sustentáveis e responsáveis em relação ao meio ambiente.

Figura 09 - Descarte de resíduos sólidos próximo ao mangue



Foto: Registro fotográfico do pesquisador (2023).

Nas Figuras 09 e 11, resíduos sólidos nas margens do mangue e dentro, a falta de cuidado com o seu meio ambiente é evidente na comunidade. Segundo Leonardo Boff (1999, p. 03) “A Terra em sua biografia conheceu cataclismos inimagináveis, mas sempre sobreviveu. Sempre salvaguardando o princípio da vida e de sua diversidade”. Para Leonardo Boff (1999), imaginamos que ainda temos ainda chance de salvamento. “Mas para isso devemos percorrer um longo caminho de conversão de nossos hábitos cotidianos e políticos, privados e públicos, culturais e espirituais” (BOFF, 1999, p. 03). Se a degradação que não para de crescer é uma característica da nossa adolescência. O importante então seria entrarmos na idade madura e mostrar algum sinal de sabedoria, para pelo menos podermos garantir algum futuro.

Figura 10 - Descarte de resíduos sólidos dentro do mangue



Fonte: Registro fotográfico do pesquisador (2023).

Na Figura 10, descarte de resíduos sólidos urbanos, é algo bastante recorrente na margem do manguezal e nos terrenos baldios do bairro Coroa do Meios, infelizmente alguns cidadãos insistem em jogar lixo na rua, talvez contando com a impunidade, a falta de fiscalização da (SEMA) Secretaria Municipal do Meio Ambiente, ou qualquer outro órgão ambiental do estado ou do município. Segundo Boff (1999), o que estamos presenciando são sintomas da crise civilizacional “O sintoma mais doloroso, já constatado há décadas por sérios analistas e pensadores contemporâneos, é um difuso mal-estar da civilização. Aparece sob o

fenômeno do cuidado, do descaso e do abandono, numa palavra, da falta de cuidado” (BOFF, 1999, p. 04).

Figura 11 - Descarte de resíduos sólidos em via pública



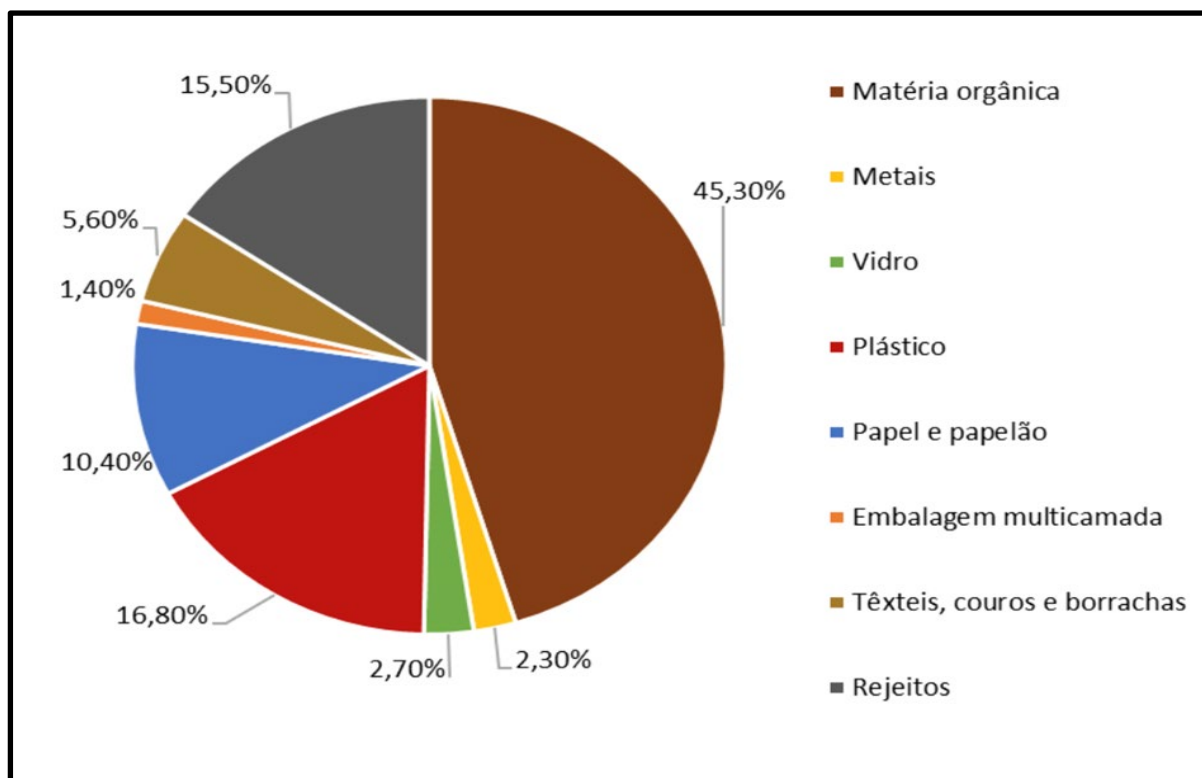
Fonte: Registro fotográfico do pesquisador (2023).

Esse descaso é observado em alguns pontos do bairro do bairro Coroa do Meio, como vemos na (Figura 11), mas não somente no perímetro do mangue ou dentro, em plena rua e em terrenos baldios, nos rio, no mangue, que tem uma importância fundamental na biodiversidade, tanto marinha como uma série de animais que dependem do mangue para encontrar alimentos. “A continuar esse processo, até meados do século XXI terão desaparecido definitivamente, mais da metade das espécies animais e vegetais atualmente existentes” (BOFF, 1999, p. 05). O relatório norte-americano citado por Boff (1999), sobre o estado da Terra (*The State of Enviroment Atlas*), é aterrador, “Com eles desaparece uma biblioteca de conhecimentos

acumulados pelo universo no curso de 15 milhões de anos de penoso trabalho evolutivo” (BOFF, 1999, p. 50).

Segundo o gráfico que podemos observar logo abaixo (Figura 12), disponível no site do SINIR do Ministério do Meio Ambiente, a fração orgânica, que abrange sobras e perdas de alimentos, resíduos verdes e madeiras, são componentes principais dos RSU a nível nacional, com 45,3%. Os resíduos recicláveis secos somam 33,6% no qual são compostos pelos resíduos plásticos, papel e papelão 10,4%, vidros 2,7%, metais 2,3% e embalagens multicamadas 1,4%. Outros resíduos somam 21,1%, dentre estes os resíduos têxteis, couros e borrachas representam 5,6% e os rejeitos, que são os compostos sanitários, somam 15,5%.

Figura 12 - Gráfico da Composição Gravimétrica dos resíduos sólidos



Fonte: ABRELPE⁷ (2020).

De acordo com o SINIR (Sistema Nacional de informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos) do Ministério do Meio Ambiente (2020), “A caracterização e a análise dos

⁷ A ABRELPE é uma associação voltada à criação, à ampliação, ao desenvolvimento e ao fortalecimento do mercado de gestão de resíduos, em colaboração com os setores público e privado, em busca de condições adequadas à atuação das empresas. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/>. Acesso em 01/02/2023.

componentes dos resíduos sólidos urbanos pelos municípios são fundamentais para adequada gestão e para o gerenciamento dos RSU”. Ainda de acordo com SENIR esses dados podem variar dependendo da fonte e metodologia aplicada.

Figura 13 - Descarte de resíduos sólidos urbanos e esgoto



Fonte: Registro fotográfico do pesquisador.

Figura 14 - Sofá descartado dentro do mangue



Fonte: Registro fotográfico do pesquisador.

Segundo as Professoras Clesley Maria Tavares Nascimento e Maria Lúcia Brito da Cruz autoras do artigo: *Resíduos sólidos: presença e ameaça no espaço geográfico*. “É pertinente destacar que as transformações ocorridas na natureza não se restringem apenas àquelas visivelmente detectadas, possuidoras de uma exterioridade imediata. Sua capacidade de alcance é bem mais ampla e complexa, chega a atingir a existência dos seres orgânicos e inorgânicos que a compõem” (NASCIMENTO & CRUZ, 2017, pp. 184-185).

Desse modo as Professoras Doutoras, Clesley Maria Tavares Nascimento e Maria Lúcia Brito da Cruz, “A destinação final inadequada, dada aos resíduos sólidos, coloca em risco a conservação dos recursos ambientais (solo, água, ar, vegetação) e, por conseguinte, a qualidade

de vida da população, principalmente a de baixa renda, que costuma ocupar áreas próximas aos aterros sanitários e lixões [...]” (NASCIMENTO & CRUZ, 2017, p. 204).

Figura 15 - Site da PMA/ Anúncio do projeto “Jogando limpo com o mangue”



Fonte: Prefeitura de Aracaju, 2014

(https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/58556/emsurb_participa_do_projeto_%E2%80%98jogando_limpom_o_mangue%E2%80%99.html).

A iniciativa da Prefeitura Municipal de Aracaju, conforme ilustrada nas Figuras 15 e 16, representa um esforço importante para abordar a questão dos resíduos sólidos nos manguezais de Aracaju e ao mesmo tempo sensibilizar a população sobre os impactos negativos decorrentes do descarte inadequado desses resíduos. No entanto, a eficácia dessa conscientização depende de vários fatores. Primeiramente, a conscientização ambiental é um processo que leva tempo.

A mudança de hábitos arraigados e a tentativa de promover uma compreensão profunda das questões ambientais é desafiador e requer esforços contínuos. Além disso, é fundamental que as ações da PMA sejam acompanhadas por programas educacionais sólidos e de longo prazo, que envolvam a comunidade e forneça informações claras sobre os problemas associados ao descarte de resíduos sólidos nos manguezais.

Também é importante considerar a abordagem utilizada. A PMA poderia implementar medidas físicas, como a colocação de lixeiras e a restauração dos manguezais, mas a eficácia dessas medidas pode depender da forma como são comunicadas à população. A conscientização eficaz não se limita apenas à apresentação visual, mas também à criação de um diálogo aberto e à educação ambiental que explique os benefícios de conservar os manguezais. Além disso, é fundamental que o poder público seja consistente em suas ações e políticas relacionadas ao meio ambiente. Isso inclui a aplicação de leis e regulamentos relacionados ao descarte adequado de resíduos e a proteção dos manguezais. A confiança da população no compromisso do governo desempenha um papel significativo na eficácia das iniciativas de sensibilização da comunidade da Maré do Apicum.

Figura 16 - Site da “poderia implementar”, projeto “Muda Manguê”



Fonte: Prefeitura de Aracaju, 2018

(https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/77671/muda_manguê_prefeitura_trabalha_para_conservar_manguezais_de_aracaju.html).

O Projeto Muda Mangue é uma parceria da Prefeitura da cidade de Aracaju, Riomar Shopping, Universidade Federal de Sergipe e do Instituto Canto Vivo. O objetivo desse projeto é fazer um trabalho de reflorestamento dos manguezais da cidade e sensibilização da importância da manutenção dos manguezais. A primeira ação do projeto Muda Mangue foi o plantio de mudas de árvores do manguezal nas margens do rio Poxim, onde foram plantadas 400 mudas, nos quais 200 foram advindas do Viveiro Florestal do Shopping Riomar e as outras 200 mudas vieram do Instituto Canto Vivo (PMA, 2018).

Em suma, embora as iniciativas do poder público representem um passo importante na sensibilização da população sobre a importância de proteger os manguezais e abordar o problema dos resíduos sólidos, o sucesso a longo prazo dependerá de uma abordagem abrangente, consistente e educativa, que envolva a comunidade e promova uma mudança cultural da comunidade da Maré do Apicum em relação ao meio ambiente.

3.2 Memória

Para o geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan, em seu livro "*Espaço e lugar*", a compreensão da experiência humana é composta de sensações e pensamentos. Esse autor destaca que as sensações humanas não são sensações circunspectas, porém a memória tem a capacidade de previsão que propicia o controle dos impactos sensoriais, como se fossem numa espécie de corrente alternada de experiências de uma forma que podemos falar de uma vida de sensações assim como falamos de uma vida de pensamentos (TUAN, 1983).

A memória é uma riqueza que registramos em partes fragmentadas, que repetidas vezes, afloram e outras vezes esquecemos. Enquanto registramos muitos acontecimentos, outros não foram registrados, ainda há outros que são esquecidos (BOSI, 1979). Para a filósofa Marilena Chauí, em um texto de apresentação do livro Ecléa Bosi (1979), "A memória das sociedades antigas se apoiavam na estabilidade espacial e na confiança em que os seres de nossa convivência não se perderiam, não se afastaram" (BOSI, 1979, p. 08).

Segundo a psicóloga brasileira Ecléa Bosi, no seu livro *Memória e Sociedade lembranças de velhos*, essa é uma tarefa e ao mesmo tempo um autoaperfeiçoamento, é uma reconquista. Bosi (1979, p. 03), citando Bergson, "Na realidade não há percepção que não esteja impregnado de lembranças".

A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vivas recordações afloravam depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida no portão. Muitas passagens não foram registradas, foram contadas em confiança, como confidências. Continuando a escutar ouviríamos outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito. (BOSI, 1979, p. 03)

3.3 Patrimônio Natural

De acordo com Iphan (2004), justificam-se duas posturas para a preservação do patrimônio natural. A primeira é de cunho ético, pois fundamenta-se no imprescindível valor humano, pois o respeito e a solidariedade do homem, a única criatura que é capaz de conhecer e compreender os fenômenos materiais e imateriais do universo. Assim, devendo a todos os seres que o cerca, principalmente às formas de vida que compartilha o espaço habitado e o tempo (IPHAN, 2004). Ainda de acordo com o Iphan, a segunda justificativa tem um cunho pragmático, pois é originário do interesse e da dependência do homem pelos recursos naturais sem a qual não poderia subsistir. Tais recursos asseguram à sociedade uma possível fruição desses bens, ainda que não tenha conhecimento das possíveis formas de sua utilização. Assim, a preservação do patrimônio natural torna-se um excelente exercício de integração dos elementos físicos e biológicos da natureza, estabelecendo entre si os sistemas com as ações humanas. Provendo assim uma chave para a proteção harmônica de sítios e formações naturais consideráveis. Coabitando sistemas humanos e biótico, “sobretudo com a cultura que cada grupo estabelece em relação à natureza, aos significados religiosos, místicos, legendários, históricos, artísticos, simbólicos, afetivos e tantos outros que podem ser conferidos pelo homem ao mundo natural” (IPHAN, 2004, p. 04).

“É na natureza que se encontram todas as fontes materiais e imateriais da produção cultural. É na natureza que fornece a matéria prima e a inspiração para a arte, literatura, música e outras formas de expressão cultural” (*Ibidem*, p. 04). Uma vez que esse patrimônio natural é perdido, prejudicaria e muito as operações de preservação do patrimônio cultura, como a da restauração de bens móveis e edificados, que dependem da matéria prima encontrado na natureza, ou o restauro, da arte plumária, pois o desaparecimento de espécies animais, dificultaria no futuro, que possam a ser restaurados. Para a Simone Scifoni, Doutora em Geografia e geógrafa do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), mesmo

tendo um debate profícuo no Brasil nos anos 1980, que fomentou iniciativas pioneiras de tombamento do patrimônio natural, refletido pela Serra do Mar, que abrange os estados de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo, ela constata que, no plano da pesquisa científica ou na esfera institucional há um vazio em relação ao patrimônio natural (SCIFONI, 2006). Para a Scifoni (2006), é algo raro encontrar pesquisas que tratem do tema, sobre tema, especialmente sobre questões que envolvem a sua gestão pública. A respeito da prática institucional, “[...] patrimônio natural aparece nos órgãos públicos hoje como uma questão secundária e até mesmo marginal: com o passar dos anos, ele foi colocado à parte, como um setor de menor importância” (SCIFONI, 2006, p. 57).

Segundo Scifoni (2006, p. 57-58), “O patrimônio natural é considerado uma área especialmente protegida, porém não tem o status de uma unidade de conservação; é, portanto, um instrumento de proteção ambiental *sui generis*, gestado no âmbito das políticas culturais e fora da esfera do controle ambiental”. De acordo com Scifoni (2006), nesse contexto de dificuldades ilustrada, a uma urgência de se retomar a discussão sobre a temática do patrimônio natural, gestada no âmbito de sua tutela de proteção institucional. A ideia de patrimônio natural é um fato relativamente contemporâneo, que somente na década de 1970, uma vez que, foi a Unesco “através da Convenção do Patrimônio Mundial, que está se consagrou internacionalmente. O patrimônio natural apareceu historicamente como produto de um universo das políticas culturais que se devem buscar os elementos para compreender sua evolução e seus significados” (*Ibidem*, p. 58). Para a autora, é possível se perceber duas direções no sentido da construção da ideia de um patrimônio natural; no plano mundial, “firmou-se como expressão de grandiosidade e beleza que, por sua vez, advém de um sentido de monumentalidade como preocupação estética. Pressupõe, também, intocabilidade, ou seja, os grandes testemunhos da natureza foram poupados da intervenção humana” (SCIFONI, 2006, p. 58). De acordo com Scifoni (2006), um outro significado que surge no Brasil é a partir de algumas experiências regionais, sendo entendido como uma conquista da sociedade, “com um significado ligado às práticas sociais e à memória coletiva; portanto, um patrimônio natural que, antes de tudo, faz parte da vida humana e não algo que a ela se opõe” (*Ibidem*, p. 58).

Segundo Scifoni (2006), a monumentalidade fundamenta-se numa historiografia oficial e numa visão de um passado histórico nacional, privilegiando os fundadores e heróis. Um passado sagrado e absoluto. A monumentalidade é a expressão da tradição dos feitos e dos protagonistas oficiais da história que se revela na grandiosidade e no valor estético das edificações. Assim, “Do ponto de vista do patrimônio natural, a monumentalidade reflete uma

natureza espetacular, grandiosa, quase sempre ausente de condição humana, intocável e disponível apenas para a fruição visual” (*Ibidem*, 2006, p. 59). Conforme Scifoni, o discurso do cotidiano prioriza outros valores, “como a experiência pessoal e coletiva dos diversos grupos sociais, constituindo o patrimônio como a representação da diversidade cultural presente em uma sociedade nacional”. No ponto de vista do patrimônio natural, outras naturezas são evidenciadas, como apropriadas socialmente e vividas intensamente, “a natureza como parte da memória coletiva, das histórias de vida e a natureza como componente das práticas socioespaciais” (SCIFONI, 2006, p. 59).

Foi nos finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, que a palavra monumento ganhou uma nova adjetivação e um outro derivado para além do valor histórico. Aparecendo assim o *monumento natural*, que foi inserido dentro das questões culturais. Essa nova perspectiva, aparece nas primeiras legislações federais, que tratavam do assunto. Para Scifoni (2006), são países como a Suíça, o Japão, a França e o Brasil, são exemplos a serem destacados e, “[...] em que pese ao fato de que na Europa e nos EUA já existia nesse momento uma legislação de proteção da natureza, esses países introduziram pioneiramente uma nova abordagem ao situar natureza, de maneira indissociável, à preocupação com o monumento histórico” (SCIFONI, 2006, p. 60).

De acordo com Kersten, citado por Scifoni (2006, p. 61), “aponta que os primeiros esforços primeiros esforços para institucionalizar a questão no Brasil vieram com a Constituição de 1934, na qual, pela primeira vez, apareceu definido o dever do Estado para com a proteção desses bens”.

3.4 Patrimônio Cultural

Para a Professora e Doutora em História pela USP, Sandra Cássia Araújo Pelegrini, no seu livro *Patrimônio cultural: consciência e preservação*. Sobre o entendimento desse conceito, o Patrimônio foi construído gradualmente no mundo ocidental. Na Antiguidade, certos objetos de arte foram preservados mediante ao significado cultural ou religioso. Mas, no entanto, a consolidação desse conceito se tornou clara no final do século XVIII, principalmente após a Revolução Francesa (PELEGRINI, 2009, p. 19).

Durante os motins e uma série de destruições e saques ocorridos na Revolução Francesa de 1789, algumas dessas ações comprometeram a integridade dos monumentos que representavam o passado da monarquia francesa, suscitando a necessidade de proteger e

conservar os testemunhos históricos desse período. A partir daí, no século XIX, diversos países europeus criaram instituições públicas e privadas para salvaguardar, catalogar e selecionar os bens considerados patrimônios nacionais (*Ibidem*, p. 19). Contudo, para Peligrini “[...], o entendimento que essas entidades tinham de patrimônio se restringia às edificações, aos monumentos e objetos de arte, vistos como exemplares autênticos e geniais das riquezas nacionais” (*Ibidem*, 2009, p. 19). Ainda assim, o país pioneiro que institucionalizou, inicialmente, foi a França, em 1830, com a criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos, que tinha como função apenas de “*recenseamento*” do patrimônio (*Ibidem*, 2009, p. 19). No ano de 1913, foi promulgada em 31 de dezembro a lei que implementada, como um dos primeiros instrumentos legais de proteção ao patrimônio, um *classement*, que foi difundida entre alguns países ocidentais. Passando-se dezessete anos, diversas autoridades se mobilizaram nos congressos internacionais, buscando soluções para cada vez mais a resolução dos impasses gerados pelo crescimento econômico, da qualidade de vida nas cidades e a necessidade da preservação de determinados patrimônios históricos, artísticos e paisagísticos da Humanidade (PELEGRINI, 2009, p. 19).

As cartas patrimoniais, são o resultado da mobilização de diversos setores da esfera pública mundial, como políticos, diplomatas e historiadores, que buscavam soluções para esses impasses. O objetivo fundamentava-se nas sugestões de diretrizes capazes de resolver os principais problemas das grandes metrópoles, que estavam em franca expansão nas décadas de 1930 e 1940, “sem comprometer os monumentos ou edificações arquitetônicas consideradas portadoras de excepcionais valores artísticos ou históricos” (PELEGRINI, 2009, p. 20). Entretanto, essas iniciativas foram drasticamente interrompidas pela Segunda Guerra Mundial. De acordo com Pelegrini (2009, p. 20), “A consternação e o choque causados pelo envolvimento de tantas nações ao mesmo tempo assustaram a população e as mais diversas lideranças políticas mundiais”. Fatores esses, que se somaram à constatação da capacidade bélica e destrutiva utilizado na Segunda Guerra Mundial, além das crueldades expressas como um demonstrativo de força das diversas nações envolvidas, que a criação de entidades que pudessem mediar às relações internacionais se tornou prioritário (*Ibidem*, 2009, p. 20).

Foi na perspectiva de estabelecer compromissos na defesa da paz no planeta e da integridade humana, que se demonstrou a necessidade da criação de órgãos devotados à institucionalização de pactos com o objetivo final de estimular experiências educacionais e o desenvolvimento das ciências e da tecnologia com fins construtivos e humanitários. que nesse contexto mundial, “[...] foi fundada a Unesco, que encampou, inclusive, as ações em prol dos

direitos humanos e do patrimônio histórico e passou a catalisar ações direcionadas a estimular a implantação de políticas favoráveis à conservação dos bens culturais em várias partes do globo terrestre “. A Carta de Atenas(1931) teve como proposta : “A proposição voltada à difusão dos conhecimentos e obras representativas da genialidade humana passou a ser incentivada na década de 1930, a partir da formulação da Carta de Atenas (1931)” (*Ibidem*, p. 20). Um propositivo que recomenda aos educadores da infância e juventude, a pedirem aos seus alunos a evitarem de danificar os monumentos artísticos de modo que aumente o interesse dos alunos para a “proteção *dos testemunhos de toda a civilização*. [...] Nessa mesma linha interpretativa, a Declaração de Amsterdã (1975) sugeria a [...]” educação dos jovens e seu envolvimento nas tarefas “relacionadas à defesa do patrimônio”. Todavia, essa proposição de educação nesse campo foi defendida na “Carta Internacional para salvaguarda das cidades históricas”. Elaborada pelo Icomos, no ano de 1987. Tem como proposição a adoção de programas de informação e divulgados desde a idade escolar (PELEGRINI, 2009, p. 20).

Em suma, para a autora, deve-se destacar a relevância atribuída aos bens de natureza imaterial, a bem dizer, algo novo na civilização ocidental. “[...] Nestes últimos, a preservação das tradições incidiu, principalmente, sobre a valorização da transmissão dos ‘saberes’ referentes aos processos de produção artesanal, mais do que acerca dos objetos resultantes de tais conhecimentos [...]” (PELEGRINI, 2009, p. 20). Para Pelegrini, desse ponto de vista, há uma integração maior entre os elementos da tradição e as práticas coletivas presentes no presente. Conforme Pelegrini, apenas para dar uma maior compreensão do conceito, a autora cita um exemplo da primeira lei implantada no Japão, no ano de 1950, “com o objetivo de apoiar “pessoas e grupos que mantêm as tradições cênicas, plásticas, ritualísticas e técnicas que compõem esse patrimônio. A partir disso, percebemos que a compreensão de patrimônio das civilizações orientais e ocidentais é diferenciada” (*Ibidem*, p. 22). Para se ter uma valorização do patrimônio cultural dependerá do grau de conhecimento das diversas formas de utilização “Sua consciência e do orgulho com que os grupos sociais o amparam e aguardam como elemento da própria identidade” (IPHAN, 2004, p. 04).

Figura 17 - Píer de pescadores da Maré do Apicum



Foto: Registro fotográfico do pesquisador.

Na figura 17, um pequeno píer feito de madeira, usado por pescadores locais, podemos ver que ainda há na comunidade pessoas que tentam sobreviver à pesca de peixes e crustáceos. Observa-se os apicuns que deram o nome do local 'Maré do Apicum', uma área de transição. O grau de conhecimento dos grupos sociais com o seu meio ambiente resulta numa sinergia que é representada na sua cultura. Essa consciência e orgulho destes grupos sociais se relacionam harmonicamente com a cultura natural, o protegendo e identificando-se como pertencentes desse meio (IPHAN, 2004).

Figura 18 - Resto de cultura material de uma embarcação



Fonte: Registro fotográfico do pesquisador.

Na Figura 18, temos restos materiais de uma pequena embarcação abandonada no apicum e sendo colonizada pelo mangue, onde era o seu espaço natural. Transformando-se num possível artefato arqueológico, que daqui alguns anos poderá ser estudado por algum arqueólogo de ambientes aquáticos. Para o Professor e arqueólogo Rambelli (2002), no seu livro *Arqueologia até debaixo d'água*, os restos de atividades humanas em áreas de ambientes aquáticos, ou seja, os restos de cultura material, também são caracterizados como sítios arqueológicos.

Figura 19 - Ruínas do Museu do Mangue



Fonte: Registro fotográfico de Saulo Henrique Souza Silva (2023).

Na figura 19, ruínas do museu do mangue, uma equipamento turístico que iria dá visibilidade a comunidade da maré do Apicum, promovendo a educação ambiental e cultural para a comunidade no entorno do mangue da maré do Apicum, uma possibilidade de alavancar o turismo, ofertando cursos profissionais para os moradores e empregos diretos e indiretamente, movimentando o comércio da região, além de poder provocar um sentimento de pertencimento, mas infelizmente a estrutura gasto com dinheiro público está abandonada a muitos anos. Pode-se dizer que virou um verdadeiro indicador para a população do nível de interesse, ou melhor, desinteresse do poder público para a comunidade.

4 O DIREITO À CIDADE, CIDADANIA, PRINCIPAIS VERTENTES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

4.1 O Direito à Cidade

O sociólogo e filósofo francês, Henri Lefebvre (1901-1991), deixou uma notável contribuição para o conceito do “Direito à Cidade”. Ele argumentava que o espaço urbano não deve ser apenas um produto do capitalismo, mas também um direito fundamental dos cidadãos. Sua teoria enfatizava a necessidade de participação democrática na tomada de decisões sobre o desenvolvimento urbano, a importância de espaços públicos inclusivos e a valorização da vivência cotidiana na cidade para a qualidade de vida das pessoas (LEFEBVRE, 2001).

As ideias deste autor, podem ser aplicadas ao estudo realizado no contexto da comunidade da Maré do Apicum, especialmente na tentativa mal sucedida da Prefeitura Municipal de Aracaju de cercar parte do manguezal (Figura 20), naquela área. A abordagem de Lefebvre ressalta a importância da participação da comunidade na formulação de políticas públicas urbanas, o que implica consultar os moradores antes de tomar decisões que afetam seu ambiente.

No caso da Maré do Apicum, a tentativa de cercar o manguezal (figura 20), sem o envolvimento da comunidade, pode ser vista como uma violação desse “Direito à Cidade” defendida pelo autor. A comunidade local deveria ter tido a oportunidade de participar ativamente das discussões sobre o uso do espaço, garantindo que suas necessidades e preocupações fossem consideradas. Assim sendo, a contribuição de Henri Lefebvre (1901-1991), para o estudo da pesquisa na Maré do Apicum, que destaca a importância da inclusão da comunidade no planejamento urbano e na proteção de recursos naturais, como o manguezal da Maré do Apicum, promovendo um desenvolvimento urbano mais justo e sustentável.

Figura 20 - Tentativa de cercamento do manguezal



Fonte: Registro fotográfico do pesquisador (2022).

Em uma democracia, os poderes públicos não podem declarar abertamente a segregação. Portanto, muitas vezes optam por adotar uma ideologia humanista, que por vezes se transforma em uma utopia no sentido mais amplo ou até mesmo em demagogia. A segregação continua a existir, infiltrando-se em diferentes aspectos da vida social, às vezes de forma mais sutil, outras de maneira mais evidente, mas nunca deixando de estar presente (LEFEBVRE, 2001).

Segundo a professora e arquiteta Ermínia Maricato, no seu artigo, *Metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente*, as cidades brasileiras eram vistas nas primeiras décadas do século XX, como promissoras, para o avanço da modernidade em relação ao meio rural, que naquele momento representava o Brasil arcaico, com a hegemonia agrária-exportadora ainda

para serem superadas. O que só aconteceria só em 1930, após a Revolução de 1930, no qual as políticas oficiais foram dando um novo tom no processo de urbanização (industrialização).

Para Maricato (2001), não está certo afirmar que as cidades brasileiras não tinham importância no período colonial ou imperial, as primeiras cidades tinham importância especial como o *locus* de financiamento e comercialização dos bens primários que são exigidos pelo mercado europeu. De acordo com a Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CEDU, 1978 *apud* MARICATO, 2001, p. 216), “Salvador, em 1780, tinha mais de 50 mil habitantes, somando os moradores do centro e de 21 freguesias, que incluíam os subúrbios”. Segundo Maricato (*Ibidem*, 2001, p. 216), “[...] Apesar dos grandes e importantes polos que representavam o Brasil urbano até o final do século XIX, a grande maioria da população permaneceu no campo. A julgar pelas fontes disponíveis, a população urbana totalizava entre 6,8% e 10% em 1890”.

A emergência da mão-de-obra livre, em 1888, define o início de um processo no qual urbanização e industrialização caminham juntas, sob o lema positivista da ordem e do progresso. O rumo tomado parecia representar um caminho certo para a independência de séculos de dominação das elites oligárquicas ligadas à exportação de produtos primários. (MARICATO, 2001, p. 216)

O Brasil naquela época, final do século XIX, parecia estar tomando um rumo certo, o processo de urbanização e industrialização, mesmo incipientes estavam em curso. E os tempos de dominação das elites agrárias que viviam da exportação de produtos primários estavam prestes a chegar ao fim, tudo sob o lema da filosofia positivista da época, ordem e progresso (MARICATO, 2001).

Não foi só o governo. A sociedade brasileira em peso embriagou-se, desde os tempos de abolição e da República Velha, com as idealizações sobre o progresso e modernização. A salvação parecia estar nas cidades, onde o futuro já havia chegado. Então era só vir para elas e desfrutar de fantasias como emprego pleno, assistência social providenciada pelo Estado, lazer, novas oportunidades para os seus filhos... Não aconteceu nada disso, é claro, e, aos poucos, os sonhos viraram em pesadelos. (SANTOS, 1986, p. 02 *apud* MARICATO, 2001, p. 216)

O otimismo com o progresso e a modernização eram grandes, não foi somente o governo, mas toda sociedade, depois da abolição e da República Velha, os ideais dos novos tempos, como ordem e progresso, juntamente com a fantasia de se desfrutar das novas oportunidades nas cidades, o emprego pleno, lazer e assistência social providenciada pelo

Estado, mas isso não aconteceu (MARICATO, 2001). Contudo, no final do século XX, as manchetes jornalísticas vieram recheadas de imagens das cidades brasileiras, com notícias que associam à violência, à poluição, enchentes, abandono de crianças, tráfego caótico, enchentes e etc. (MARICATO, 2000). “A evolução dos acontecimentos mostrou que, ao lado de intenso crescimento econômico, o processo de urbanização com crescimento da desigualdade resultou numa inédita e gigantesca concentração espacial da pobreza” (MARICATO, 2001, pp. 216-217). Pode-se observar que de fato existiam as oportunidades, logo nas primeiras décadas do século XX, também houve algum grau de inserção econômica e melhoria de vida para os imigrantes e depois para os migrantes, que logo depois foram desaparecendo.

Mas a expressão mais concreta na segregação espacial é a exclusão social, que de acordo com Maricato, se configuraram nos pontos de concentração de pobreza à semelhança de guetos ou de imensas regiões no qual a pobreza é homogênea e disseminada. Segundo Maricato, é a primeira vez na história do país que se registram extensas áreas de concentração de pobreza, a exclusão social, a densidade de ocupação do solo e as promessas não concretizadas de modernização representou uma situação inédita na nossa história. De acordo com Maricato (2001), a segregação ambiental é uma das fases mais importantes da exclusão social e uma parte ativa dela própria. Para Maricato a segregação ambiental se expressa na dificuldade de acessos aos serviços de infraestrutura, como água, esgoto, drenagem, saúde, educação, creches. Além da falta de acesso à Justiça oficial e oportunidades de profissionalização e de emprego formal, com também uma maior exposição a enchentes e a violência urbana.

Conforme a Professora Ermínia Maricato (2001, p. 217), “Padrões urbanistas modernos registrados em leis de zoneamento, códigos de obras, leis de parcelamento do solo, entre outras, convivem com a gigantesca cidade ilegal em que a contravenção é a regra [...]”. Para a autora, a produção do ambiente construído, e em especial o ambiente urbano, revela uma simbiose entre a modernização e o desenvolvimento do atraso. De acordo com Schwarz e Arantes, citado por Maricato. Assim como: “a exceção é a regra e a regra é exceção numa sociedade em que a maioria não alcança a condição de cidadania”.(MARICATO, 2001, p. 217)

A divisão repartida (externa e interna) do excedente econômico, continuidade de privilégios senhoriais na formação da mentalidade burguesa e, portanto, a adaptação de heranças coloniais no processo de modernização, e a exclusão das classes “baixas” dos processos históricos e sociais (negando até sua existência como classe com direitos a serem respeitados, como ocorreu no capitalismo “maduro”) são características às quais se soma um decorrente complexo de padrão de *mercantilização do trabalho* [...]. (MARICATO, 2001, p. 218)

Para a autora, esses problemas são decorrentes de processos históricos muito mais profundos, como a exclusão das classes “baixas” na participação dos excedentes econômicos, nos processos históricos e sociais, nas adaptações de heranças coloniais dentro do processo de modernização e a continuidade de privilégios senhoriais na formação da mentalidade burguesa, somando a tudo isso a mercantilização do trabalho.

Portanto, o Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Paolo Colosso, lembra que, o cerne do direito a Direito à Cidade, não é apenas decorrente da luta social, que ao grosso modo, é o direito à segurança e propriedade, mas na exigência do direito ao uso da técnica de acordo com as necessidades sociais, como na participação autogestionária junto a coletividade, e por excelência o autor ainda comenta: “[...] à liberdade na forma da reapropriação. Estas são, justamente, as relações sociais que rompem com as dinâmicas de privatização do e alienação no urbano, nas quais sujeitos se tornam objeto de dominação e exploração uns dos outros” (COLOSSO, 2019, p. 262).

4.2 Cidadania

“Cabem, pelo menos, duas perguntas em um país onde a figura do cidadão é tão esquecida. Quantos habitantes, no Brasil, são cidadãos? Quantos nem sequer sabem que não são?” (SANTOS, 2007, p. 19). Segundo Milton Santos no seu livro póstumo *O Espaço do Cidadão*, só o simples nascer investe ao indivíduo uma soma inalienável de direitos, “[...] apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana. Viver, tornar-se um ser no mundo, é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz de cada qual um portador de prerrogativas sociais” (*Ibidem*, p. 19). De acordo com o geógrafo Milton Santos, essas prerrogativas sociais são, “[...] Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva, as intempéries; direito a trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna”. Ainda segundo Milton Santos, “O respeito ao indivíduo é a consagração da cidadania, pela qual uma lista de princípios gerais e abstratos se impõe como um corpo de direitos concretos individualizados”. Segundo Milton Santos, (*Ibidem*, p. 19), “[...] A cidadania é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância”.

Para Milton Santos a cidadania se aprende. Assim, “[...] é dessa forma que ela se torna um estado de espírito, que fica enraizado na cultura. Tanto que Milton Santos cita um dizer popular [...]. A liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, uma conquista a se manter

[...]” (*Ibidem*, p. 19). De acordo com Milton Santos, “A cidadania pode começar por definições abstratas, cabíveis em qualquer tempo e lugar, mas para ser válida deve poder ser reclamada”. Para Milton Santos, as condições positivas para o estabelecimento da cidadania dependem de certas condições, como o grau de combatividade e consciência da sociedade civil, a natureza do Estado e do regime.

Em um belo ensaio, Tereza Haguetti (1981-1982) descreve a evolução que começa com a aquisição do status de cidadão, membro de uma sociedade civil reconhecida como tal, isto é, a conquista de direitos políticos individuais, prossegue com o reconhecimento de direitos coletivos, pertinentes aos grupos que constituem a coletividade nacional e autorizados a forma associações representativas legitimadas, até que um terceiro conjunto de direitos – os direitos sociais – garantiriam ao indivíduo um padrão de vida decente, uma proteção mínima contra a pobreza e a doença, assim como uma participação na herança social. (SANTOS, 2007, p. 21)

Pode-se notar que o status de cidadão é um processo, não é adquirido de mãos facilmente, mas ao contrário, esse processo é feito de muitas lutas na sociedade civil, por isso que a conscientização da sociedade desses direitos são quando o Estado tenta se esquivar em ouvir tal clamor da sociedade. A evolução da aquisição do status de cidadão, membro de uma sociedade civil e reconhecida indubitavelmente, por exemplo, abre espaço para o reconhecimento dos direitos coletivos como também os direitos sociais. Segundo a socióloga Teresa Maria Frota Haguette, no seu livro *Os Direitos De Cidadania No Nordeste Brasileiro*, de acordo com autora, o desenvolvimento da cidadania no Brasil, como em outros países da América Latina, esteve associado a políticas populistas que demonstrou serem desastrosos para o Estado, pois a implementação dos direitos dos cidadãos não foi realmente garantidos pelo seu exercício efetivo desses mesmos direitos (HAGUETTE, 1981;1982, p. 125). De acordo com Haguette (*Ibidem*, p. 125), “[...] A política de manutenção da consciência sócio-política das massas a um nível baixo pode ter propiciado o caminho de regimes autoritários”. Ainda de acordo com a autora, de modo paradoxo, alguns países em desenvolvimento se acham no estágio alto no que se diz respeito aos direitos de júri e de cidadania, todavia, concomitantemente são incapazes de assegurar o exercício destes direitos legais.

Existindo assim, ao mesmo tempo, os direitos legais e a opressão. Segundo Haguette, “Por direitos civis, entende-se a liberdade da palavra e da imprensa, ou seja, o direito dos indivíduos de criticar o Governo sem interferência ou coerção política”. Conforme Teresa Maria Haguette, comportam os direitos políticos: “a) o acesso ao processo de decisão no país através do sistema eleitoral; b) o direito de associação, que será analisado tendo-se por base os dados sobre o sistema sindical e c) o direito de oposição, onde o sistema partidário será discutido” (*Ibidem*, p. 126). De acordo com a autora, “Ao contrário da Europa Ocidental, o Brasil não lutou contra os males do sistema feudal. A ideologia do liberalismo que tornou possível a emergência da burguesia na Europa desempenhou um papel inteiramente diverso no Brasil do século passado” (*Ibidem*, p. 126). Segundo a socióloga Teresa Maria Haguette, como em outros países da América Latina, o liberalismo não foi uma ideologia libertadora, mas uma doutrina dos grupos dominantes. Em suma, para a socióloga Teresa Maria Haguette, o liberalismo tornou-se uma ideologia de independência nacional e do livre comércio como política externa, “[...] assim como a doutrina do aparato político criado pelas classes agro-exportadores para consolidar sua supremacia sobre a estrutura econômica nacional na sociedade e no poder” (*Ibidem*, 1981;1982, p. 126). Desde do século XVIII, na Europa, a liberdade de imprensa já fazia parte na formação dos direitos civis e ela já se encontrava no esteio da expansão dos ideais da Revolução Francesa, e esses ideais liberais que desde logo desembarcaram na América Latina. A liberdade de imprensa tinha uma firme tradição no Brasil. Contudo, essa tradição foi interrompida duas vezes na nossa história, “de novembro de 1937 a fevereiro de 1945 e de dezembro de 1968 a dezembro de 1979” (HAGUETTE, 1981; 1982, p. 127).

Segundo o educador, pedagogo e filósofo Paulo Freire⁸ (2001, p. 25), no seu livro *Política e educação: ensaios*, “[...] se faz necessário, neste exercício, lembrar que cidadão significa indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado e que cidadania tem que ver com a condição de cidadão, quer dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão”. De acordo com Paulo Freire, ao falar do tópico sobre a Educação permanente e as cidades educativas, a relações entre a educação como um processo permanente e a vida das cidades, para Paulo Freire, contextos esses que não apenas acolhem a prática educativa, mas a prática social, portanto, são através de suas múltiplas atividades, no contexto educativos intrínsecas. Paulo Freire quer dizer, que a compreensão do mundo é intrínseca ao tentar esmiuçar o seu significado mais íntimo, revelando-se, “[...] a opção política, a posição pedagógica, a inteligência da vida na cidade, o sonho em torno desta vida, tudo isso grávida de preferências políticas, estéticas, urbanísticas e ecológicas de quem o faz [...]” (FREIRE, 2001, p. 11). Para Paulo Freire, seria uma frase fortemente construída seria se disséssemos: “a alfabetização como formação da cidadania ou a alfabetização como formadora da cidadania”, visto que, a cidadania perpassa em primeiro lugar na formação do cidadão. Paulo Freire nos faz lembrar o que cidadão significa “[...] indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado e que cidadania tem que ver com a condição de cidadão, quer dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão” (*Ibidem*, p. 25).

Logo, para Paulo Freire, é de necessidade fundamental que o educador tenha uma compreensão das formas de resistência das classes populares, das suas festas, danças, folguedos, lendas, devoções, medos, semântica, sintaxe e religiosidade. Pois essas são formas de resistência, de certo modo, das classes trabalhadoras, que oculta e se expressa em diferentes formas de resistência ao poder das classes dominantes. “[...] Não me parece possível organizar programas de ação político-pedagógica sem levar seriamente em conta as resistências das classes populares [...]” (*Ibidem*, 2001, p. 25). Conforme Paulo Freire, se o educador não conseguir entender a dimensão concreta do medo e, “[...] discursando numa linguagem já em si

⁸ Paulo Reglus Neves Freire (Recife, 19 de setembro de 1921 — São Paulo, 2 de maio de 1997) foi um educador, pedagogo e filósofo brasileiro. É considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica. É também o Patrono da Educação Brasileira. Disponível em, <https://unifei.edu.br/personalidades-do-muro/extensao/paulo-freire/>. Acesso em 20.01.2023 às 18:21.

difícil, propõe ações que ultrapassam demasiado as fronteiras da resistência, obviamente será recusado. Pior ainda, pode intensificar o medo dos grupos populares [...]” (*Ibidem*, 2001, p. 25). Contudo, não significa que o educador não deva ousar. Mas, entender que a ousadia tem seu limite real (FREIRE, 2001).

4.3 Principais Vertentes da Educação Ambiental

4.3.1 Educação ambiental transformadora

Para o educador, pedagogo e filósofo Paulo Freire (1967, p. 55), “[...] o que se sente, dia a dia, como mais força aqui, menos ali, em qualquer dos mundos em que o mundo se divide, é o homem simples esmagado, diminuído e acomodado, convertido em espectador, dirigido pelo poder dos mitos que forças sociais poderosas criam para ele [...]”. Ainda segundo Paulo Freire (1967), esses Mitos que se voltam contra ele, que rebaixa e o destroem, que o deixa tragicamente assustado, mas ao mesmo tempo, se agrega e se envolve no *medo da liberdade*, que se sobrepõem a falta de um vínculo que de acordo com o autor, tem que ser crítico e amoroso, transcendendo a unidade cooperadora, do que seria a convivência autêntica (FREIRE, 1967).

Para o Professor e Doutor Miguel Arroyo⁹ (2019), o pensamento pedagógico ocidental tem se debatido a muito tempo, “[...] desde suas origens, defronta-se com uma dúvida: a que grupos sociais e políticos reconhecer como humanos, educáveis, humanizáveis? A Paideia¹⁰

⁹ Miguel Arroyo é doutor em Educação pela Stanford University e pós-doutor pela Universidade Complutense de Madri. Professor titular emérito da Faculdade de Educação da UFMG. Doutor Honoris Causa da Universidade Federal Fluminense. Foi secretário-adjunto de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte. Publicou pela Editora Vozes os livros: *Ofício de mestre: imagens e autoimagens* (2000); *Imagens quebradas – Trajetórias e tempos de alunos e mestres* (2004); *Currículo, território em disputa* (2011); *Outros sujeitos, outras pedagogias* (2012); *Vidas ameaçadas – Exigências-respostas éticas da educação e da docência* (2019). Organizador de: *Da escola carente à escola possível* (Loyola, 1986). Co-organizador de: *Corpo-infância: exercícios tensos de ser criança* (Vozes, 2012); *Trabalho-infância: exercícios tensos de ser criança* (Vozes, 2015) Disponível em, <https://vozes.com.br/dica-de-autor-miguel-arroyo/>. Acesso em 31/01/2023, 10: 30.

¹⁰ A origem grega do conceito de paideia, entendida como a busca do sentido de uma teoria consciente da educação e do agir do homem em sociedade, permanece como um ideal arquetípico para a Filosofia. Em sua constituição histórica a Filosofia tematiza de diversas maneiras e em diferentes tradições sistêmicas esta problemática fundante. Este tema emerge como uma questão central no mundo constituído pela prática social dos homens e dele recebe um fundamento racional a partir do século IV a.C. Platão e Aristóteles debruçam-se sobre a tarefa de justificar racionalmente a existência social do homem. Os Sofistas foram considerados os fundadores da ciência da educação. A transformação da ciência numa técnica esteve sempre presente na tensão histórica deste campo de investigação. A própria política é uma *téchné*, para os gregos, que se traduz numa prática de núcleo espiritual que conserva unidas a comunidade e a civilização humanas. A educação ética e política é o traço fundamental da

reconhece somente os homens livres, pensantes, dirigentes da Polis” (ARROYO, 2019, p. 05). De acordo com essa origem, não era qualquer pessoa que podia ser educada, ou ser considerada como humanos, não é aplicado às mulheres, os escravos e outros trabalhadores manuais. Era assim uma educação excludente. “[...] A pedagogia ilustrada só identifica como humanos pelo bem pensar. Os homens são de bem porque são bem pensantes” (*Ibidem*, p. 05). Para Arroyo (2015), é uma marca que persiste no paradigma pedagógico hegemônico, [...], distinguir e acompanhar os processos de formação humana dos grupos sociais, políticos, culturais reconhecidos como humanos, educáveis humanizáveis. Para o autor, essa concepção tem uma crença segregadora, pois nem todos vão merecer, pois nem todos são racionais, éticos, educáveis, humanizados a tal ponto de merecerem o reconhecimento da Pedagogia. Conforme Arroyo, Paulo Freire confronta esse pensamento pedagógico segregador, se identificando como educador, na defesa da formação humana na sua práxis. “[...] Não pensa os oprimidos como não humanizáveis, mas como humanos já. Por que tanta dificuldade de Paulo Freire ser reconhecido nas análises do pensamento Pedagógico? Porque ele se contrapõe a essa marca tão persistente do paradigma humanizáveis [...]” (*Ibidem*, p. 05).

Para este autor, Paulo Freire discorda dessa ideia de segregação dos outros grupos sociais, como trabalhadores, deixando-os como seres sem leitura do mundo, nem de si, sem consciência política, no estágio de sub-humanidade, ineducáveis e in-humanizáveis (ARROYO, 2019). Segundo a doutora e professora Maria Lúcia de Arruda Aranha no seu livro *Filosofia da Educação*, “O homem é um ser cultural, capaz de transformar a natureza a partir das suas necessidades existenciais. Sua ação sobre o mundo é intencional, planejada, e, portanto, é o resultado de uma priorização das necessidades a serem atendidas” (ARANHA, 1989, p. 62). A autora pontua que: Se a cultura é constante criação de valores, a educação é por excelência o local de sua transmissão e fermentação. Dentre eles vamos privilegiar os valores morais, pelos quais os homens assumem livre e conscientemente as regras que tornam possível a vida na comunidade. Ora o homem não nasce moral, torna-se moral [...]. (*Ibidem*, 1989, p. 62). Segundo esta autora, se a cultura é uma criação de valores constante, por excelência, a educação é o local de sua transmissão e fomentação. Para esta autora, dentre esses valores os valores morais, a educação desempenha um papel importantíssimo na formação humana, “o que não é

essência da *paideia*. A educação é assumida como ação consciente. A educação para os gregos é a manifestação do esforço constante da *poiésis* e do pensamento grego, *logos*, para conseguirem uma expressão normativa da forma do homem. *Poiésis* e *episteme* se fundem na *paideia*. Disponível em, <https://www.paideia.fe.unicamp.br/sobre-o-paideia/o-que-e-paideia>. Acesso em 31/01/2023, às 14:13.

feito em separado, por “meio de aulas de moral”, mas pelo processo mesmo da educação [...]” (*Ibidem*, p. 64).

Os valores transmitidos nem sempre são claramente percebidos, para a autora, a educação terá mais eficácia e maior coerência se o professor for capaz de explicitá-los, isto é, ter em mente a necessidade de se fazer um trabalho reflexivo que possa esclarecer as bases axiológicas da educação. Um bom exemplo que a autora cita no seu livro é que a educação tradicional apreciadora da transmissão da cultura geral, valorizando apenas o intelecto do homem e, portanto, centralizando as atividades escolares na figura do mestre, na proposta da *escola nova*, o ensino é voltado para a existência, para a vida, para o dia-a-dia, para as atividades do aluno, passando este a ser o centro do processo de ensino. Para a Maria Lúcia de Arruda Aranha, é evidente que essas duas posições têm expectativas diferentes na transformação do homem no que, teoricamente, ele deveria ser. “São priorizados valores que determinam a escolha dos conteúdos a ser transmitidos, a maneira de transmiti-los a partir dos objetivos propostos: que tipo de homem se quer formar?” (*Ibidem*, p. 64). Segundo a autora, “[...] a teoria progressista parte do pressuposto de que não existe educação neutra. Não estarmos atentos a esse fato pode nos levar a sucumbir à ideologia” (*Ibidem*, p. 143). A aparente neutralidade de uma educação, ou seja, apolítica, esconde o fato de que em certo modo, é uma escolha política da educação. Portanto, se queremos uma educação vivida, sem o isolamento dos contextos sociais e políticos que está inserido, devemos incluir a educação e a política como indissociáveis.

De acordo com Aranha, temos que tomarmos o cuidado de não dar um demasiada ênfase na necessidade de ação política, para não gerar algumas distorções: “Uma delas é descuidar do próprio trabalho pedagógico, tornando mais importante a ação política, o que afinal termina por ‘ideologizar’ a educação. O que se pretende é a compreensão da ação pedagógica como dependente da política, [...]” (*Ibidem*, p. 144). Conforme a autora, não se quer a ação política seja identificada nem sequer subordinada ao processo pedagógico, “O professor tem um trabalho especificamente pedagógico a desenvolver, só que este não pode ser desligado da compreensão do processo político onde se acha inserido, justamente para não sucumbir à ideologia” (*Ibidem*, p. 144).

“Outra distorção ocorre devido às dificuldades encontradas pelas camadas populares no acesso à cultura dominante, muitas vezes decorrentes de suas deficiências nas áreas de saúde, nutrição e psicomotricidade [...]” (ARANHA, 1989, p. 144). Para a autora, diante de tais

precariedades, a tendência é pensar na “*educação compensatória*”. A tentativa de que a própria escola suprir as deficiências, seja através de apoio alimentar, ou seja, na merenda escolar, no atendimento médico e dentário, assistência psicológica e inclusive no rebaixamento do nível de exigência de estudo. Este não é o papel da escola, que acaba assumindo papel que não é seu, mas do Estado, em decorrência disso, a escola deixa de executar projetos especificamente pedagógicos. Assim, “[...] pois cabe à escola tornar acessível aos pobres os conhecimentos que só a elite alcança, a fim de evitar maior disparidade entre as diversas camadas da população” (*Ibidem*, p. 144).

Aranha afirma: “As propostas progressivas orientam-se não só em direção a uma democratização das oportunidades de ensino como também supõem que o próprio trabalho exercido na escola não deva ser autoritário” (*Ibidem*, p. 144). O professor deve se preocupar em sempre partir de onde o aluno se encontra, ser sensível e não menosprezar a visão de mundo do aluno e as suas necessidades fundamentais. Sobre outro enfoque, o professor tem que buscar a superação do individualismo, além de dar um maior estímulo aos trabalhos em grupo e as decisões coletivas, fundamentando-se no diálogo e na co-responsabilidade.

O papel do professor de organizador, mesmo que se encontre de uma forma assimétrica à do aluno, não pode ser dispensado, mesmo com a justificativa da desigualdade entre ambos. O conteúdo se torna mais claro quando temos um professor competente, “[...] a democracia como possibilidade no ponto de partida e a democracia como realidade no ponto de chegada” (SAVIAN *apud* ARANHA, 1989, p. 144). Segundo Aranha (1989, p.) e Lima (2014, p. 27), “A Educação Ambiental surgiu no contexto de uma crise ambiental reconhecida no século XX, e estruturou-se como fruto da demanda para que o ser humano adotasse uma visão de mundo e uma prática social capazes de minimizar os impactos ambientais [...]”. De acordo com Layrargues e Lima, essa constatação de que a Educação Ambiental compreende um universo pedagógico pluridimensional, que ao redor envolvia-se em relações estabelecidas entre o indivíduo, a sociedade, a educação e a natureza. Resultando em sucessivas análises que se desdobram em consecutivos aportes teóricos com uma crescente sofisticação, tornando-se essa prática bastante complexa.

Conforme Layrargues e Lima (2014, p. 28), “Com o tempo, os educadores ambientais perceberam que, da mesma maneira que existem diferentes concepções de natureza. Meio ambiente, sociedade e educação, também existem diferentes concepções de Educação Ambiental”. Deixando assim de ser vista como uma prática pedagógica inseparável e homogênea, e sendo entendida como diversa e plural, assumindo assim diversas expressões.

Para Layrargues e Lima, essa constatação plural do campo o conduziu naturalmente a novos esforços de diferenciação desse universo de conhecimentos, das práticas e posições pedagógicas, epistemológicas e políticas e interpretativa em relação à educação, sociedade, ambiente natural e a construção de uma sustentabilidade. Fica claro hoje a impossibilidade de se formular um conceito de Educação Ambiental que seja abrangente para abarcar essas diferentes concepções. Essas diferentes concepções lutam por uma hegemonia interpretativa e política do universo socioeducativo. A multiplicidade de propostas conceituais só poderia ser percebida na sua consolidação, além de podendo depois serem compreendidas. De acordo com Layrargues e Lima, “A Educação Ambiental no Brasil ilustra esse processo na medida em que aparece ao grande público não especializado, como se fosse um objeto único, apesar de se constituir como um campo de saber e de práticas diversificados” (*Ibidem*, p. 28). Segundo os autores, ao homogeneizá-lo, restringe-se a diversidades pedagógicas, como também as características políticas, éticas e epistemológicas que definem as concepções e as práticas da Educação Ambiental. No outro lado, os profissionais que já são pertencentes às primeiras gerações de educadores ambientais são reconhecidos como multifacetados, exercendo uma gama de variável de política-pedagógicas (LAYRARGUES e LIMA, 2014).

O Professor Loureiro (2004), em seu artigo *Educação Ambiental Transformadora*¹¹, escreve que a educação ambiental é definida no Brasil a partir de uma matriz que podemos enxergar a educação ambiental como elemento de transformação social, “[...] inspirada no fortalecimento dos sujeitos no exercício da cidadania, para a superação das formas de dominação capitalistas, compreendendo o mundo em sua complexidade como totalidade” (LOUREIRO, 2004, pp. 65-66). Vista disso, o autor traz aqui uma educação ambiental que se origina no escopo das pedagogias críticas e emancipatórias, principalmente dialéticas, nas suas interfaces com a dita teoria da complexidade, propondo-se a ser um novo paradigma para uma nova sociedade. “Falo de um campo amplo que se mostra adequado à educação ambiental pelo tratamento consistente de nossa especificidade como seres biológicos, sociais e históricos, de nossa complexidade como espécie e da dialética natureza/ sociedade como unidade dinâmica” (*Ibidem*, 2004, p. 66). A vertente transformadora da educação ambiental, no Brasil, inicia-se

¹¹ Movimento integrado de mudança de valores e de padrões cognitivos com ação política democrática e reestruturação das relações econômicas (LOUREIRO, 2004).

nos começos dos anos 1980, com aproximação de educadores, sobretudo os educadores envolvidos com a educação popular e instituições públicas de educação, juntamente com militantes de movimentos sociais e ambientalistas que tinham foco na transformação da sociedade, um questionamento radical dos padrões industriais e consumo alicerçados no capitalismo. Vista disso, “[...] articulado ao avanço do conhecimento e aos instrumentos legais disponíveis no país, propiciou condições de objetivas para a consolidação de novas práticas e teorias inseridas no escopo da educação ambiental” (*Ibidem*, p. 66). De acordo com Loureiro (p. 70), “‘A questão ambiental’ é complexa, trans e interdisciplinar. Posto que nada se definir em si, mas em relações em contextos espaço-temporais”. Segundo o autor, dentre todas as correntes é a que se busca pensar no enredamento do ambiente e que se propõe a teorizar e também agir em processos que estão conexos e integrados, com a matéria e o pensamento, teoria e prática, mente e corpo, subjetividades e a objetividade.

Para Loureiro, o exercício que totaliza e que nos permite apreender as sínteses das determinações múltiplas que conformam a unidade é a dialética.

O modo de pensar dialógico, genericamente, consiste em que quaisquer pares podem estar em contradição e/ou serem complementares. Permite entender a unidade na diversidade, a superação do contraditório pela síntese que estabelece outras contradições, num contínuo movimento de transformação. (2004, p. 70)

Ainda segundo Loureiro é uma contribuição de Hegel em relação à dialética antiga, que depois foi adotada de uma forma crítica por Karl Marx. “Como princípio metodológico, não significa um estudo de tudo de uma só vez, visto que a realidade é inesgotável, o que seria uma premissa totalitária ou a crença de que o todo é igual a um “tudo estático e absoluto” (*Ibidem*, p. 71). A metodologia dialética facilita o diálogo crítico com outras abordagens do campo ambiental, ela pode se utilizar de alguns pressupostos comuns na formulação de visões de mundo. Valendo-se também para a teoria da complexidade, que se utiliza da metodologia diretamente, inserindo duas grandes formulações no campo holístico, posto que não-diálogo é, na teoria de sistemas e cibernética, para a hermenêutica. “Nesse diálogo é possível a construção de novas sínteses teórico-metodológicas, sem recairmos no idealismo ou no materialismo estrito, na generalidade abstrata de poucos efeitos práticos, no reducionismo e no dualismo” (*Ibidem*, p. 71).

“Em termos de apresentação dos procedimentos metodológicos que permitem trabalhar com tal método, considerando, para isso, o fato dos documentos nacionais e internacionais sobre

educação ambiental destacarem a participação como um dos seus pressupostos indissociáveis [...]” (LOUREIRO, 2004, p. 71). As metodologias participativas são mais propícias quando se faz um trabalho em educação ambiental. A participação é um processo que gera a interação entre os diferentes atores sociais na definição do destino coletivo e do espaço comum. Assim, as interações ocorrem nas relações de poder que recai e se apresenta em níveis distintos em função dos diversos interesses, valores e percepções dos envolvidos. “[...] Participar, aqui, é promover a cidadania, entendida como realização do ‘sujeito histórico’ oprimido [...]” (*Ibidem*, p. 71). No sentido rousseauiano, as metodologias participativas é o centro do processo educativo, porque se desenvolve a capacidade do indivíduo ser senhor de si mesmo, e para acontecer isso, é necessário que o indivíduo-cidadão se liberte dos condicionantes políticos, como o econômico.

As metodologias participativas, inauguradas nas ações políticas e de pesquisas sociais em finais do século XIX, ampliadas no decorrer do século XX, no campo da educação, com as práticas de educação popular e o uso da pesquisa-ação e da pesquisa participante, compuseram-se em uma variedade de estilos de difícil enunciação. Contudo, no geral, posso indicar que há premissas que garantem a identidade do campo:

Segundo Loureiro (2004), as metodologias participativas foram inauguradas, tanto em ações políticas, quanto em ações de pesquisas sociais nos meados do final do século XIX, foram sendo ampliadas no século XX. Alguns desses princípios são:

- A realidade é a síntese entre sujeito e objeto e não algo externo cuja dinâmica é independente de nossa inserção nesta;
- A verdade se explicita na aplicação prática da teoria e na capacidade de atuarmos reflexivamente em sociedade;
- A transformação das condições materiais é a norma para a transformação subjetiva – uma sem a outra significa mudanças pontuais e não revoluções substantivas;
- O sentido da construção do conhecimento e da atuação no mundo é propiciar a emancipação humana e a superação das formas de dissociação sociedade/natureza. (LOUREIRO, 2004, p. 72)

Os objetivos norteadores das metodologias participativas em educação são:

- Conduzir os problemas da educação de maneira integrada, em processo participativo das forças sociais locais, numa perspectiva de educação permanente, a partir da formação de consciência crítica;

- Conduzir a ação educativa de modo a apoiar e estimular a manifestação de indivíduos e grupos na transmissão e recriação do patrimônio cultural;
- Vincular os processos educativos com outras práticas sociais, particularmente com as atividades econômicas e políticas. Em suma, a educação ambiental entendida a partir da perspectiva adotada, deve metodologicamente ser realizada pela articulação dos espaços formais e não-formais de educação; pela aproximação da escola à comunidade em que se insere e atende; pelo planejamento integrado de atividades curriculares e extracurriculares; pela construção coletiva e democrática do projeto político-pedagógico e pela vinculação das atividades de cunho cognitivo com as mudanças das condições objetivas de vida. (LOUREIRO, 2004, p. 72)

Conforme Loureiro, metodologicamente a educação ambiental deve ser realizada e articulada nos espaços formais e não-formais de educação, seja pela aproximação da escola com a comunidade que está inserida, por causa do planejamento integrado de atividades curriculares e extracurriculares, pela construção coletiva e democrática do projeto político-pedagógico e por causa da vinculação das atividades de cunho cognitivo e das mudanças dessas condições objetivas de vida. De acordo com Loureiro, “Como princípio metodológico, não significa um estudo de tudo de uma só vez, visto que a realidade é inesgotável, o que seria uma premissa totalitária ou a crença de que o todo é igual a um ‘tudo estático e absoluto’” (*Ibidem*, p. 71). A compreensão de que a realidade pode não ser entendida de uma forma fragmentada, mas em relação ao todo, ou seja, ao conjunto. Para Loureiro, a “transformadora” da educação ambiental é a tentativa de revolucionar os indivíduos em suas subjetividades e práticas nas estruturas sociais-naturais presentes. Portanto, ajustar processos educativos que favoreçam a realização do movimento sempre de constante formação do nosso ser na dinâmica da vida na sua totalidade e de uma forma emancipada.

Em suma, o exemplo que Loureiro (2004) apresenta é que podemos nos educar para os novos modos de consumo, contudo, temos que se conectar com a um novo modo de produção, que no capitalismo, essas atividades estão em uma escala mundial praticamente impossível de ser modificada, a não ser em termos globais. O autor firma que devemos ter uma noção clara de que atuação educativa corre dentro do conjunto das relações em que estamos inseridos, dessa forma se define e se condiciona, se altera, precisando ser combinado com outros locais, agentes, saberes e outros poderes.

4.3.2 Educação ambiental conservadora

É comum entre aqueles que não são educadores ambientais e não estão ligados na Educação Ambiental, ou mesmo os que não se identificam, de considerar que a educação ambiental seja um processo linear de desenvolvimento na história, “[...] um desdobramento direto de modalidades educacionais focadas na conservação da natureza, já existentes nos anos de 1950, para uma educação que pensa o ambiente em sua integralidade” (*Ibidem*, p. 74). Para Loureiro, é uma demonstração de um equívoco, por duas razões: uma é que qualquer atividade social modifica a qualidade do conjunto complexo de relações e interações no tempo, não apenas por um acúmulo de conhecimentos. Outra é que a Educação Ambiental é a expressão concreta e precisa de diferentes abordagens ambientalistas e pedagógicas, se configurando nas quatro décadas passadas, mas de um modo plural e rígido (LOUREIRO, 2004, p. 74).

A macrotendência conservadora foi estabelecida devido a uma lógica de sensibilidade humana em relação à natureza, a preocupação da destruição do meio ambiente natural, mas não compreende as questões sociais, a sua institucionalização são fruto de sistemas ambientais em detrimento dos educacionais. Ainda hoje ocorrem cientistas conservacionistas do que profissionais das ciências humanas no âmbito do campo Educação Ambiental (LOUREIRO E LAYRARGUES, 2012). A Educação Ambiental conservacionista é ligada à “pauta verde” atuando como trilhas interpretativas e dinâmicas agroecológicas e de senso percepção, se expressa frequentemente nas unidades de conservação e nas atividades de ecoturismo. Com uma forte relação com o público infanto-juvenil em idade escolar, apresenta-se com o objetivo do amor pela natureza. Nos aspectos ecológicos o ser humano é visto como destruidor da natureza, não existindo nenhuma relação com questões socioambientais.

4.3.3 Educação ambiental pragmática

Segundo Loureiro (2004), é oportuno lembrarmos que a “questão ambiental”, chegou no Brasil em plena ditadura militar, com os movimentos sociais esfacelados e a educação sobre repressão fortíssima, de modo que se evitava a politização dos espaços educativos. Dessa forma, o resultado foi que em termos de educação ambiental, “[...] uma ação governamental que primava pela dissociação entre ambiente e o educativo/político, favorecendo a proliferação dos discursos ingênuos e naturalistas e a prática focada na sensibilização do ‘humano’ perante o

‘meio natural’” (LOUREIRO, 2004, pp. 75-76), dessa forma se reproduzia uma educação ambiental desvinculado dos debates sobre modelos societários.

A educação ambiental ficou sendo enxergada como instrumento exclusivamente pragmático. Os programas e projetos eram voltados para a resolução de problemas enquadrados como ambientais. Houve uma adequação comportamental no que se chama de “ecologicamente correto”. Por esse motivo, “[...] que o senso comum muitas vezes acaba vendo a, ainda hoje, como mero meio de apoio em projetos denominados ‘ambientais’, e não como uma perspectiva paradigmática em educação” (*Ibidem*, pp. 75-76). Essa vertente está fortemente presente na mídia, torna-se eficaz na reprodução dos seus propósitos, é focada na ideia do individualismo, sempre expressando a noção de que cada um deve cumprir a sua parte. A macrotendência Pragmática é percebida na Educação Ambiental Formal e não Formal, “[...] mas é na formal que se encontra em plenitude e com altíssima capacidade de crescimento e renovação. A mídia tem se constituído numa ferramenta bastante eficiente para reproduzir seus valores no tecido social [...]” (LAYRARGUES, 2012, p. 399).

Em resumo, A educação Ambiental Pragmática, é presente tanto em programas empresariais, à comunidade vizinha ou público consumidor, A mídia joga a responsabilidade para toso como existisse uma *ação de responsabilidade social* irradiando-se para outros espaços institucionais como escolas, universidades, órgão públicos e organizações não organizações não governamentais.

4.3.4 Educação Ambiental Crítica

O Professor e Doutor, Carlos Frederico B. Loureiro (2017), entende que o âmago da educação ambiental crítica é a problematização da realidade, como de nossos valores, atitudes e comportamentos em práticas dialógicas. Assim dizendo, aqui conscientizar só pode valer alguma coisa, se for no sentido posto por Paulo Freire de “conscientização” de processo mútuo e duas mãos na aprendizagem pelo diálogo, reflexão e ação (LOUREIRO, 2007). Para Loureiro (2009) a perspectiva crítica entende que não existe leis imutáveis ou verdades absolutas, concepções sem história, educação sem a participação da sociedade, mas que as relações estão sempre em movimento constante e que são características próprias na formação social, questionando e superando para focar numa sociedade sustentável.

Conforme Freire (1967), o ponto de partida para o trabalho de alfabetização é o círculo de cultura, e assim, assumir a liberdade e a crítica como modo de ser do homem. Para Freire,

“só pode efetiva-se no contexto livre e crítico das relações que se estabelecem entre os educandos e, e entre estes coordenadores” (FREIRE, 1967, p. 07). Para Paulo Freire, o círculo se constitui em um grupo de trabalho e debate, os interesses centrais do círculo é o debate e a contextualização da linguagem, uma prática social livre e crítica. Não limitando apenas a liberdade e crítica às relações internas do grupo, mas com o objetivo de uma tomada de consciência que este realiza e da sua situação social.

A corrente Crítica social é uma corrente que faz análises das dinâmicas sociais, nos quais estão na sua base das realidades e problemáticas ambientais, “[...] análise de intenções, de posições, de argumentos, de valores explícitos e implícitos, de decisões e de ações dos diferentes protagonistas de uma situação. Existe coerência entre os fundamentos anunciados e os projetos empreendidos? Há ruptura entre a palavra e a ação? [...]” (SAUVÉ, 2005, p. 30).

A professora e pesquisadora Lucie Sauvé¹², reconhecida internacionalmente como uma das pioneiras da educação ambiental, afirma que as perguntas são formuladas a propósito das realidades e problemáticas educacionais e a dinâmica social. Como, por exemplo, perguntas críticas, tais como: “por que a integração da educação ambiental no meio escolar apresenta problemas? Em que a educação ambiental pode contribuir para desconstruir a herança nefasta do colonialismo em certos países em desenvolvimento?” (*Ibidem*, 2005, p. 30).

Conforme Loureiro e A Educação (2013), no artigo *Ecologia Política, Justiça e Educação Ambiental Crítica: Aliança contra-hegemônica*, esses autores explicam muito bem a educação ambiental crítica como aquela que busca a realização de três situações:

a) efetuar uma consistente análise da conjuntura complexa da realidade a fim de ter os fundamentos necessários para questionar os condicionantes sociais historicamente produzidos que implicam a reprodução social e geram a desigualdade social e os conflitos ambientais; b) trabalhar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais antes as relações de expropriação, opressão e dominação próprios da modernidade capitalista; c) implantar a transformação mais radical possível do padrão societário dominante, no qual se definem a situação de degradação intensiva da natureza e em seu interior, da condição humana. (LOUREIRO & LAYRARGUES, 2013, p. 64)

¹² Professora e pesquisadora de Quebec reconhecido internacionalmente como um dos pioneiros da educação ambiental (ERE). Ajudou a estruturar o campo teórico e prático da educação ambiental e inspirou pesquisas e treinamentos em Quebec, na Francofonia e na América Latina. Ela também é uma cidadã ativamente envolvida em várias causas ambientais em Quebec(wikipedia).

A educação ambiental procura mudar essa realidade de desleixo que a sociedade tem com o meio ambiente, mas não somente isso, procura questionar o sistema e os seus condicionantes sociais e históricos, além disso, promover a justiça social, a diminuição das desigualdades sociais e a liberdade dos agentes sociais que são oprimidos pelo capital. Dessa forma, na mudança de mentalidade da sociedade, mais justa e igualitária, podemos conviver com a natureza e em harmonia.

De acordo com os Loureiro e Layrargues (2013), autores¹³, a sua origem foi a partir da redemocratização da sociedade brasileira, nas décadas de 1980 e 1990, momento que favorece o surgimento dos movimentos sociais de cunho emancipatório. Favorecendo o diálogo entre os movimentos sociais, sindicatos dos trabalhadores em Educação. “[...] ao se dar destaque à práxis educativa, crítica e dialógica, é preciso estruturar processos participativos que favoreçam a superação das relações de poder consolidadas e garantir o exercício da cidadania [...]” (LOUREIRO & LAYRARGUES, 2013, p. 65). Em suma, para Loureiro e Layrargues (2013, p. 65): “E isso significa dizer que não só a participação é fundamental, mas que a participação popular é determinante [...]”. Para os autores, a formação de processos em que tanto os grupos despossuídos e discriminados possam adquirir condições para que as discrepâncias, contradições e os conflitos da sociedade possam ser expostos, confrontados e superados.

¹³ LOUREIRO, Carlos Frederico B; LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Ecologia Política, Justiça e Educação Ambiental Crítica: Aliança contra-hegemônica**. Trab.Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v.II, n.1, p.53-71, jan./abr. 2013.

5. PRODUTO TÉCNICO

PERCEÇÃO & MUNDO DA VIDA COMPARTILHADO:

A maré do Apicum do bairro
Coroa do Meio em Aracaju-SE

Márcio Menezes do Nascimento
Saulo Henrique Souza Silva



Criação Editora

Título:

Percepção Ambiental & Mundo Compartilhado:
o mundo da vida Maré do Apicum no Bairro Coroa do Meio

Autor:

Márcio Menezes do Nascimento

Co-autor

Prof. Dr. Saulo Henrique Souza Silva

ISBN:

978-85-8413-403-8

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes

Fábio Alves dos Santos

Jorge Carvalho do Nascimento

José Afonso do Nascimento

José Eduardo Franco

José Rodorval Ramalho

Justino Alves Lima

Luiz Eduardo Oliveira Menezes

Maria Inêz Oliveira Araújo

Martin Hadsell do Nascimento

Rita de Cácia Santos Souza

Lucas Aribé Alves

(Parecerista de acessibilidade)

www.editoracriacao.com.br

PERCEÇÃO & MUNDO DA VIDA COMPARTILHADO:

A maré do Apicum do bairro
Coroa do Meio em Aracaju-SE



Márcio Menezes do Nascimento
Saulo Henrique Souza Silva



Criação Editora
Aracaju | 2023

Copyright 2023 by
Márcio Menezes do Nascimento
Saulo Henrique Souza Silva

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, com finalidade de comercialização ou aproveitamento de lucros ou vantagens, com observância da Lei de regência. Poderá ser reproduzido texto, entre aspas, desde que haja expressa marcação do nome dos autores, título da obra, editora, edição e paginação. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.619/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código penal.

Projeto gráfico:
Adilma Menezes

Fotografias:
Márcio Menezes do Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

N729d Nascimento, Márcio Menezes do; Silva, Saulo Henrique Souza
Percepção & Mundo da Vida Compartilhado: A maré do Apicum do bairro Coroa do Meio em Aracaju-SE / Márcio Menezes do Nascimento; Saulo Henrique Souza Silva.-- 1. ed.-- Aracaju, SE: Criação Editora, 2023.
71 p.; 15x21 cm.
Inclui bibliografia.
ISBN. 978-85-8413-403-8

1. Meio Ambiente. 2. Preservação-Sergipe. 3. Maré do Apicum. I. Título. II.Márcio Menezes do Nascimento

CDD 377.372.357
CDU 504.06,37

APRESENTAÇÃO

Este *e-book* é um produto técnico que faz parte da pesquisa intitulada “*PERCEPÇÃO AMBIENTAL: A CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO COMPARTILHADO*”, desenvolvida pelo mestre Márcio Menezes do Nascimento e o seu orientador, o Professor Dr. Saulo Henrique Souza Silva, junto ao Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional Para Ensino das Ciências Ambientais, Associada da Universidade Federal de Sergipe (PROFCLAMB-UFS). O livro retrata a percepção da realidade da comunidade denominada Maré do Apicum, no bairro Coroa do Meio, cidade de Aracaju, estado de Sergipe. O que o leitor e a leitora encontrarão no material aqui coletado, e na letra do texto que perfaz este livro, é fruto não apenas da pesquisa acadêmica, mas das vivências compartilhadas por anos na localidade.

Apesar de bastante degradado, o meio ambiente que este livro retrata é um verdadeiro manancial da vida, em plena zona sul da cidade, lá vivem diversas espécies em meio à interferência de poluentes oriundos de bairros que estão no entorno da localidade. Os recursos da região tam-

bém estão na base econômica de uma parcela significativa da comunidade que possui a pesca como forma de sobrevivência. Ao trazer essa realidade para o centro de nossas atenções, descrevemos uma série de técnicas e procedimentos metodológicos como recursos qualitativos para pesquisas de base fenomenológica e colaborativa.

Dessa forma, esperamos que a publicação deste *e-book* possa ajudar na tarefa de conscientização do poder público para junto com a comunidade local estabelecer medidas que possam ajudar na despoluição e conservação do ecossistema da Maré do Apicum.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I	
FENOMENOLOGIA E MEIO AMBIENTE	19
1.1. A Percepção ambiental e a formação da Maré do Apicum	21
1.2. A percepção da Maré do Apicum: as vivências do mundo da vida	25
CAPÍTULO II	
TÉCNICAS COLABORATIVAS	45
2.1. Tempestade de Ideias (brainstorming ou chuva de ideias)	46
2.2. Entrevistas	48
2.2.1. Entrevista Semiestruturada	49
2.2.2. Entrevista Não-Estruturada (conversas)	51
2.3. Mapeamento Colaborativo	52
2.3.1. Mapa do momento atual (variante)	55
2.4. Árvore de problemas	57
2.5. Matriz de priorização de problemas	58
2.6. Diagrama de Venn	59
2.7. Fotografia	62
2.7.1. Conexões virtuais: compartilhando o mundo da vida da maré do apicum	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	68

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Esquema teórico do processo perceptivo.....	21
Figura 02. Formação paleogeográfico do bairro Coroa do Meio.....	22
Figura 03. Limite territorial do manguezal do bairro Coroa do Meio.....	24
Figura 04. Manguezal.....	25
Figura 05. Ecossistema.....	26
Figura 06. Sol.....	27
Figura 07. Apicum.....	28
Figura 08. Resistência.....	29
Figura 09. Nutrientes.....	30
Figura 10. Mudanças.....	31
Figura 11. Pesca.....	32
Figura 12. Cultura.....	33
Figura 13. Marés.....	34
Figura 14. Urbanização.....	35
Figura 15. Paisagem.....	36
Figura 16. Rua.....	37
Figura 17. Muros.....	38
Figura 18. Crepúsculo.....	39
Figura 19. Lixo.....	40
Figura 20. Esgoto.....	41
Figura 21. Descaso.....	42
Figura 22. Descarte.....	43
Figura 23. Mapa colaborativo.....	53
Figura 24. Árvore de problemas.....	57
Figura 25. Matriz de priorização de problemas.....	59
Figura 26. Diagrama de Venn.....	60
Figura 27. Diagrama de relações.....	62

INTRODUÇÃO

Este livro tem por objetivo refletir sobre a percepção ambiental de mundos da vida socialmente compartilhados a partir da abordagem fenomenológica. Por meio dessa orientação, descrevemos o modo como percebemos e compreendemos, mas também dialogamos, sobre a situação do ecossistema da Maré do Apicum, no bairro Coroa do Meio, em Aracaju-Sergipe. A partir da compreensão da realidade desse meio ambiente, também estruturamos, como um dos objetivos desse trabalho, uma série de técnicas que podem ser empregadas em pesquisas de características colaborativas. Por conta disso, utilizamos a abordagem fenomenológica, aquela descrita por Edmund Husserl, como uma forma de trazer a pesquisa para a realidade, se inserir nela e com ela. Não se trata, entretanto, de um material cansativo e denso, característica das análises mais teóricas. Ao contrário, a ideia aqui é transportar quem acessar este livro para a realidade vivida e compartilhada pela comunidade.

Sobre isso, a escritora e professora Maria Lúcia de Arruda Aranha, no seu livro *História da Educação*, define a fenomenologia como: “[...] uma filosofia e um método que tem como precursor Franz Brentano (final do século

XIX). Mas foi Edmund Husserl (1859-1938) quem desenvolveu e formulou suas principais linhas [...]” (ARANHA, 1989. p.220). A fenomenologia tem como conceito básico a noção de intencionalidade e, neste sentido, busca a superação das tendências racionalistas e empiristas difundidas a partir do século XVII, bem como da fragmentária ciência positivista.

Enquanto o racionalismo procura acentuar o valor da razão representacional no processo de conhecimento e o empirismo centraliza a proeminência da experiência que parte das sensações provocadas pelo objeto exterior, a fenomenologia busca a superação da dicotomia entre o racionalismo e o empirismo. Por isso, em razão da intencionalidade da consciência, “[...] contrariamente aos racionalistas, não há pura consciência, separada do mundo, mas toda consciência tende para o mundo; toda consciência é consciência de alguma coisa [...]” (*Ibid.*, p.220). Em crítica ao empirismo, a fenomenologia afirma que não há objeto em si possuidor de qualidades sensíveis, porque é sempre o sujeito que dá significado ao mundo. A fenomenologia se opõe ao positivismo através do conceito de intencionalidade em contraposição à visão de mundo objetivista e supostamente neutra. Se o positivismo acredita na possibilidade de um conhecimento científico neutro, despojando a subjetividade que se faz na realidade vivida, a fenomenologia defende a restauração da ciência e a “*Humanização*”, propondo novas relações indissociáveis entre sujeito-objeto e homem-mundo (*Ibid.*, p.220).

De acordo com Husserl, em *A crise das ciências europeias e a fenomenologia*, a fenomenologia visa uma descrição precisa e sistemática dos fenômenos, indo além das interpretações prévias e dos pressupostos teóricos. O método fenomenológico é chamado de redução fenomenológica, que envolve a suspensão das crenças e preconceitos para voltar-se diretamente para a experiência em sua pureza. Por meio desse método, busca-se a apreensão intuitiva dos fenômenos em sua essência, livre de suposições e pré-noções. Também conhecida como *epoché*, a redução que o filósofo alemão retoma dos céticos gregos diz respeito à suspensão de todos os pressupostos e crenças prévias, a fim de que possamos direcionar nossa atenção para as vivências em si, sem sermos influenciados por teorias, julgamentos ou opiniões preestabelecidas. Trata-se de uma atitude de deslocar as atenções das nossas convicções para o exame direto das experiências da consciência. A fenomenologia de Husserl é uma abordagem filosófica voltada para a compreensão da experiência humana em sua forma pura e imediata, tal como é vivenciada pela consciência. O objetivo central é descrever fenômenos (objetos, eventos, estados mentais) que surgem na consciência, livres de suposições teóricas, vieses ou explicações prévias (ZILLES, 2007). Na obra *Investigações lógicas*, Husserl defende que os diversos atos da percepção de si adentram nas circunstâncias das representações do eu, ou seja, esses ou aqueles de seus sentimentos, como nos desejos e atividades corporais entre outros. Assim, as percepções externas ora entra no interior, ora entra no exterior, ora tal parte, ora

outra, “[...] Como vemos num dos casos o objeto percebido é o eu, no outro, é a casa” (1988, p.167). É por conta disso a ideia husserliana de redução ao que ele mesmo denominou de *Lebenswelt* (mundo da vida).

Em *A crise da humanidade europeia e a filosofia*, Husserl afirma que “[...] a *epoqué* não é o recurso de um realista escrupuloso, mas o método para o acesso à experiência transcendental por vocação rigorosamente filosófica [...]” (2002, p. 32). Por mundo da vida Husserl não entende o mundo de nossa atitude natural, na qual todos os nossos interesses teóricos e práticos são dirigidos aos entes do mundo. Para a fenomenologia, devemos nos ocupar exclusivamente com o próprio mundo, palco da vida, das manifestações do cotidiano, ou seja, do trivial, “[...] como todo lugar para nós a permanente consciência da existência universal, do horizonte universal de objetos reais, efetivamente existentes” (*Id. Ibid.*, p.32). O objeto da investigação fenomenológica sobre o mundo não é somente o ser do mundo quanto seu sentido; mas a atitude fenomenológica direcionada ao universo da subjetividade que se insere no mundo existente e dá sentido comunitário ao mesmo. Assim, “a ciência do mundo da vida é a ciência da subjetividade, a ciência do universal como da preexistência (*Vorgegebenheit*) do mundo como fundamento de toda e qualquer objetividade” (*Id. Ibid.*, p.32). Para o autor, o interesse teórico da atitude fenomenológica é aquele que se dirige unicamente ao universo subjetivo que nos dá o mundo existente.

De acordo com Husserl, “a ciência do mundo da vida é a ciência da subjetividade, a ciência do universal como da preexistência (*Vorgegebenheit*) do mundo como fundamento de toda e qualquer objetividade” (2002, p. 32). E para recuperar o mundo da vida, aquele das experiências pré-científicas originárias de onde são historicamente constituídas as próprias ciências, será preciso recolocar a subjetividade transcendental no centro da reflexão. Segundo Husserl, “o universo de idealidade das ciências modernas nasce no próprio mundo da vida, pois é constituído a partir das formas sensíveis das coisas na experiência cotidiana” (*Ibid.*, p. 33). É a partir da imaginação que podemos desenhar as formas geométricas ideais puras, as quais com o tempo, erroneamente, passou-se de formas não reais e idealizadas para serem consideradas como objetivas. Para Husserl, “foi a tal pretensão ontológica que lá atrás, desde Galileu, nos primórdios da ciência [...], que desconhece o caráter metodológico de sua atividade com a pretensão de captar com os seus instrumentos o mundo tal como é na verdade, por detrás do véu de nossa experiência cotidiana subjetiva e relativa” (*Id. Ibid.*, p.33). Ao contrário, o mundo da vida para Husserl é o mundo experimentado, ou seja, vivenciado, rico e complexo. Constituído pela materialidade histórica, pela cultura, pelas relações sociais intersubjetivas, é o que autor chama de *Lebenswelt*:

O mundo da vida, no sentido de mundo experimentado pelo homem, significa uma realidade rica, po-

livalente e complexa, que o próprio homem constrói. Mas, ao mesmo tempo, o *Lebenswelt* é constituído pela história, linguagem, cultura, valores... Quando se fala de experiência é ingênuo querer reduzi-la à empíria sensível do mundo físico (HUSSERL, 2002, p.33).

Em suma, esse mundo rico, vivente, complexo e polivalente, ou seja, o mundo da vida, que o homem constrói, enquanto vivência, tudo que se pode ver e abarcar com o sentido da visão, são cores, texturas, paisagens, movimentos e até mesmo os cheiros. O *Lebenswelt* de Husserl é aquele constituído de cultura, linguagem, valores e história.

Diversas correntes filosóficas aplicam o método fenomenológico, dentre elas o existencialismo, no qual o principal expoente da corrente filosófica foi o francês Jean-Paul Sartre (1905-1980). Segundo Aranha, no seu texto *O existencialismo é um humanismo*, Sartre expõe a diferença entre o ser das coisas e dos animais e aquele do ser do homem, “[...] Por si só o homem é um ser capaz de projetos. O que caracteriza o homem fundamentalmente é a liberdade pela qual ele próprio constrói sua existência” (ARANHA, 1989.p.221). A influência do método fenomenológico e da filosofia existencialista nas discussões contemporâneas sobre a metodologia nas humanidades adentram as concepções pedagógicas; muitas foram influenciadas, reconhecendo que o educando é o criador da sua própria essência. E que a atribuição do professor reside no despertar o aluno para que este seja agente da sua liberdade, “[...], comba-

tendo as forças alienantes da cultura que desumanizam e levam para a vida inautêntica.” (*Ibidem*. p.221). Segundo Merleau-Ponty, famoso filósofo fenomenólogo francês, “a fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela, resumem-se em definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo [...]”. A filosofia fenomenológica para Merleau-Ponty é a reposição da essência das existências, e não somente compreensão do mundo através das facticidades. Ainda segundo o filósofo francês, no seu livro: *Fenomenologia da Percepção*, existe o anseio de tornar a filosofia numa ciência exata, “mas é também uma filosofia para a qual o mundo já está sempre ‘ali’, antes da reflexão, como uma presença inalienável, [...]” (MERLEAU-PONTY, 1999, p.01).

O filósofo brasileiro Urbano Zilles, ao traduzir a obra de Edmund Husserl, *A Crise da Humanidade Europeia e a Filosofia*, descreve a origem do termo fenomenologia. Segundo Zilles, “a palavra —fenômeno é antiga na história da filosofia ocidental. A palavra —fenomenologia agrupa a palavra ‘fenômeno’ e ‘logos’, significando etimologicamente o estudo ou a ciência do fenômeno” (2022, p.11). Assim, para este autor, por fenômeno, em um sentido mais amplo, é tudo o que aparece, que se manifesta ou se revela. Ainda segundo Zilles, a palavra fenômeno tem o sentido anteriormente relacionado aos fenômenos físicos, “[...] primeiro os gregos usaram o termo para a manifestação do ser numa íntima unidade entre o ser e aparecer [...]” (*Ibid.*, p.11). Todavia, com o tempo passou a ser entendido por fenômeno a aparência enganosa,

o oposto à realidade. De acordo com o autor, a dissociação entre aparência e o ser ainda que não tenha sido aceita por pensadores como Aristóteles e São Tomás de Aquino, na filosofia moderna, essa dissociação começava a vigorar no fenomenismo de D. Hume, pois “para quem o fenômeno, único objeto de nosso conhecimento, está separado da coisa em si” (ZILLES, 2007, p.11).

Por isso, a fenomenologia entra como essa prática que permite fundamentar uma consciência unificada do mundo, porque, para a fenomenologia, o mundo do cientista e do pesquisador é o mesmo mundo compartilhado por todos. Para transportar nossos leitores para a região do mangue do bairro Coroa do Meio, em Aracaju-SE, utilizamos os mais diversos expedientes sensoriais, como fotos, vídeos, mapas, destaque ao vocabulário local, ilustrações. Em outras palavras, apresentamos as cores, os sons, as palavras, a fauna, a flora, os recursos hídricos, a espacialidade do território, a paisagem em geral; se pudéssemos, traríamos também os cheiros e outras indicações dessa vida comunitária. Dessa forma, esperamos que a publicação deste livro possa encorajar a tarefa de conscientização do poder público para em colaboração com a comunidade local estabelecer medidas que possam ajudar na despoluição e conservação da Maré do Apicum.

Para dar cabo desses objetivos, no capítulo I, o leitor encontrará uma reflexão sobre o emprego da fenomenologia para a discussão ambiental, momento onde enfatizaremos nossas vivências e percepções acerca da Maré do Api-

cum. No capítulo II, abordaremos uma série de técnicas de pesquisa de campo que podem ser empregadas para projetos em comunidades, sobretudo aqueles que visam incluir a percepção comunitária no desenvolvimento e nos resultados da pesquisa.

CAPÍTULO I

FENOMENOLOGIA E MEIO AMBIENTE

É levando isso em conta que essa abordagem da fenomenologia que livro dispõe de várias técnicas para apreensão da realidade local, as quais podem ser empregadas através da mediação entre participantes, em um processo ativo e reflexivo quanto à realidade. E a realidade da qual essa pesquisa tem por mundo vivido é aquele da Maré do Apicum do Bairro Coroa do Meio. Para transportar nossos leitores para a região do mangue do bairro Coroa do meio, em Aracaju-SE, utilizamos as mais diversas estratégias sensoriais, como fotos, vídeos, mapas, destaque ao vocabulário local, ilustrações. Apresentamos esse mundo da vida compartilhado, a espacialidade do território, a paisagem em geral constantemente modificada. Ao trazer essa realidade ao centro de nossas atenções, descreve uma série de técnicas e procedimentos metodológicos como recursos qualitativos para coleta e organização de informações a serem utilizadas em pesquisas de base fenomenológica e/ou participativa. Sobre isso, segundo Gil (2008, p.14), “nas pesquisas realizadas sob o enfoque fenomenológico, o pesquisador preocupa-se em mostrar e esclarecer o que é

dado”. Não procura explicar mediante leis, e nem deduzir com base em princípios, mas considera imediatamente o que está presente na consciência dos sujeitos. O que realmente é importante para o pesquisador é o conceito subjetivo dos participantes e não necessariamente o mundo objetivo existente. Assim,

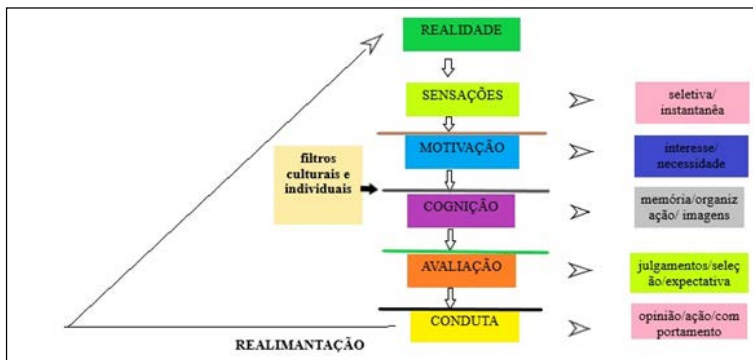
O intento da fenomenologia é, pois, o de proporcionar uma descrição direta da experiência tal como ela é, sem nenhuma consideração acerca de sua gênese psicológica e das explicações causais que os especialistas podem dar. Para tanto, é necessário orientar-se ao que é dado diretamente à consciência, com a exclusão de tudo aquilo que pode modificá-la, como o subjetivo do pesquisador e o objetivo que não é dado realmente no fenômeno considerado (GIL, 2008, p.14)

Na perspectiva fenomenológica, “[...], a realidade não é tida como algo objetivo e passível de ser explicado como um conhecimento que privilegia explicações em termos de causa e efeito [...]” (GIL, 2008, p.14). Portanto, a realidade é compreendida como o que surge da intencionalidade da consciência direcionada para o fenômeno. É a percepção de uma realidade comunitariamente compreendida, porque é socialmente interpretada e tal consciência é o pano de fundo da linguagem social.

1.1. A PERCEPÇÃO AMBIENTAL E A FORMAÇÃO DA MARÉ DO APICUM

Por percepção, podemos compreender o processo mental onde o indivíduo interage com o seu meio ambiente, através dos órgãos sensoriais e principalmente cognitivos. Mesmo existindo diversas acepções sobre o sentido de “Percepção Ambiental”, podemos destacar que o mais importante é a relação dos indivíduos com o meio ambiente, como cada pessoa o percebe e com ele se relaciona; como a cultura atua nessas relações com o meio (CUNHA & LEITE, 2009). Sobre isso, segue uma ilustração pensada a partir do livro *Percepção Ambiental: a experiência brasileira*, organizado pelos professores Vicente del Rio e Livia de Oliveira,

Figura 01. Esquema teórico do processo perceptivo

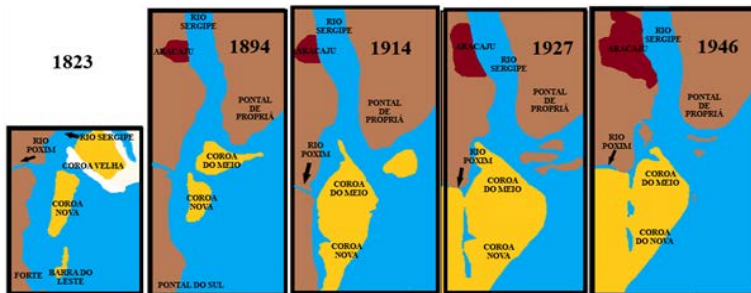


Fonte: Modificado de Vicente Del Rio (1996, p. 3-22.).

Na figura 01 podemos observar que a percepção é influenciada por uma diversidade de filtros culturais e individuais,

como sensações, motivação, cognição, avaliação e conduta, que se retroalimentam. Segundo o geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan (1980, p.284), “[...] A cultura e o meio ambiente determinam em grande parte quais os sentidos são privilegiados [...]”. Assim, a cultura é como um filtro que enxerga o mundo de diferentes prismas e ponto de vista; adquirimos a cultura no meio familiar, escolar e dentro do trabalho; as pessoas observam o mundo e sentem de formas completamente diferentes. Entretanto, para Tuan, “o indivíduo transcende a influência penetrante da cultura. Todos os homens compartilham atitudes e perspectivas comuns, contudo a visão que cada pessoa tem do mundo é única e de nenhuma maneira é fútil” (TUAN, 1980, p.285). De qualquer forma, o que está na base social da maneira como o indivíduo compreende as coisas são as vivências, que são frutos dessa cultura comunitária, produzida pela interação da sociedade com sua paisagem circundante. Sobre isso, vejamos a ilustração seguinte com a história paleogeográfica da região:

Figura 02. Formação paleogeográfico do bairro Coroa do Meio



Configurações da desembocadura do rio Sergipe ao longo do tempo e a formação do bairro Coroa do Meio. Fonte: modificado de SANTOS, (2012).

Sobre a figura 2, podemos pensar como o geógrafo brasileiro Antonio Christofolletti, em seu livro *Geomorfologia*, “as formas de relevo litorâneo podem resultar tanto da ação erosiva como da deposição, que caracterizam as costas escarpadas e as costas baixas ou planas” (CHRISTOFOLLETTI, 1980, p.133). Ainda de acordo com Christofolletti, os processos responsáveis na formação do relevo das costas são variados, os fatores ambientais que mais atuam nesse processo são: o geológico, climático, o biótico e os fatores oceanográficos. A formação das coroas arenosas, de acordo com a reconstrução observada na figura 02, tem relação direta com a interação entre a corrente fluvial e as correntes costeiras que resultou na sedimentação das coroas arenosas e da restinga do bairro Coroa do Meio e Atalaia.

Como podemos divisar na figura 03, a comunidade da Maré do Apicum e o manguezal do Apicum, ou mangue da Coroa do Meio, estão localizados no bairro Coroa do Meio, entre a planície de Maré e as dunas e interdunas das praias do bairro Coroa do Meio e do bairro Atalaia. Uma área alvo da especulação imobiliária e com elitismo crescente haja vista estar localizada próxima à região turística mais importante da capital sergipana.

Figura 03. Limite territorial do manguezal do bairro Coroa do Meio

Fonte: Elaborado pelo autor

Pela figura 03 acima, percebe-se que o manguezal fica numa área intermarés, algo que ajuda na formação do solo. A sua foz deságua no rio Sergipe. Tanto as planícies de Maré como as dunas da Coroa do Meio e da Atalaia estão ameaçadas pela especulação imobiliária. Esse verdadeiro santuário em degradação precisa ser recuperado e conservado, é um patrimônio ambiental da cidade. Como o leitor poderá divisar segundo as imagens que revelação nossa percepção ambiental da região.

1.2. A PERCEPÇÃO DA MARÉ DO APICUM: AS VIVÊNCIAS DO MUNDO DA VIDA

O mangue é um ambiente costeiro de transição. Para as comunidades que moram próximo, é do mangue que retiram o seu sustento e lazer. As fotografias que os leitores encontrarão ao longo desta seção são frutos das vivências durante esses anos de pesquisa na localidade da Maré do Apicum e retratam as características do lugar, a fauna, a flora, os problemas ambientais, a beleza da paisagem. Como podemos perceber na figura 04:

Figura 04. Manguezal



Foto: Márcio Menezes do Nascimento

Na figura 04, o manguezal tem uma aparência saudável, todavia, é um engano, a poluição que encontramos no manguezal da Coroa do Meio não é perceptível quando

a maré está cheia, mas na maré baixa, onde podemos encontrar resíduos sólidos como plásticos de embalagens e toda sorte de resíduos urbanos domésticos. Porém, apesar de bastante degradado, esse ecossistema ainda é um verdadeiro manancial da vida, como podemos observar na figura 05:

Figura 05. Ecossistema



Foto: Saulo Henrique Souza Silva.

Como pode ser comprovado na figura 05, o mangue é visitado constantemente por diversas espécies de criaturas como as garças e os patos selvagens, que compartilham os alimentos oriundos do rio Poxim. O mundo da vida, onde todas as criaturas compartilham o mesmo meio ambiente, os seres humanos e os animais marinhos que vem para o mangue tanto para se alimentar, quanto para procriar.

A região, além guardar a riqueza da fauna e da flora possui uma iluminação belíssima onde que ressalta ainda mais as belezas do lugar, destacando as cores e possibilitando um brilho especial em suas águas que cortam o bairro. Essa descrição é uma percepção que podemos verificar na figura 06, a qual dá destaque ao papel de nosso astro rei no embelezamento da região, além de favorecer a produção de nutrientes que sustentam todo o ecossistema.

Figura 06. Sol



Foto: Saulo Henrique Santos Silva

O mangue é um ecossistema-aberto, composto por dois tipos de ambientes: (i) ambiente de entrada— a im-

portação de elementos: luz, nutrientes, sementes, etc.— e (ii) ambiente de saída— exportação de elementos: nutrientes, sementes, etc, que se retroalimentam.

A paisagem da região também pode ser caracterizada como em constante transformação haja vista ser um ecossistema de transição, conforme figura 07:

Figura 07. Apicum



Foto: Márcio Menezes do Nascimento

A figura 07 mostra a planície de maré do rio Poxim, trata-se de uma zona de transição entre a água das marés e a terra firme, podemos notar que esse local não é colonizado pelo mangue.

A espécie *homo sapiens* compartilha por muito tempo esse tipo de ecossistema com várias outras espécies de animais, dentre elas, as aves. A Garça branca-grande (*Aldea alba*) e a Garça azul (*Egretta caerulea*). A Garça branca-grande, em toda sua majestosa beleza, pode ser precisamente divisada na figura 08:

Figura 08. Resistência



Foto: Márcio Menezes do Nascimento

Além das garças, compartilhamos também o ambiente manguezal com seres que são quase imperceptíveis para nós, como, por exemplo, os peixes e os crustáceos

(Guaia-muns, Caranguejos, Siris, Aratus e Camarões). A Garça-branca bem que poderia ser um símbolo do manguezal da maré do Apicum, ela é muito presente em toda extensão no curso inferior do rio Poxim.

Em nossas imersões na região do manguezal, podemos perceber que poucas pessoas da comunidade que passam pelos corredores e canais do rio Poxim e conhecem efetivamente a complexidade desse ambiente. Geralmente os pescadores e as marisqueiras são quem têm veículos aquáticos passíveis de adentrarem pelo emaranhado de canais que formam essa região.

Figura 09. Nutrientes



Foto: Saulo Henrique Souza Silva

Por ser um ambiente muito salino, poucas espécies de árvores sobrevivem nesta região de transição. Classificadas como Floresta Paludosa Marítima, são quatro as espécies dessas árvores identificadas nos manguezais de Sergipe:

Rhizophora mangle, *Lagunculária racemosa*, *Avicennia germinans*, *Avicennia schaueriana* e *Conocarpus erectus*. Podemos notar na figura 09, que uma boa quantidade de sedimentos e folhas em suspensão na água do rio Poxim, no curso inferior. Essa carga de sedimentos em suspensão formam as planícies de maré, provocando também o assoreamento do talvegue do rio.

A região que é constantemente modificada pela sua geografia natural, também é amplamente transformada pela ação antrópica, seja nas pavimentações e organizações das moradias feitas nos últimos anos pelo poder público, quanto pela ação isolada de grupos e indivíduos. Essas transformações podem ser comprovadas pelo que retrata a figura 10:

Figura 10. Mudanças



Foto: Márcio Menezes do Nascimento

As mudanças na paisagem nas periferias do manguezal da Maré do Apicum foram significativas, anteriormente não existiam pavimento asfáltico, nem calçadas e as casas eram todas de madeira e em cima de palafitas. A figura 10 representa esse momento presente do bairro; na próxima, figura 11, é possível constatar que a pesca artesanal ainda resiste na localidade e constitui parte significativa da renda de diversas famílias residentes no local. Mesmo com muitas dificuldades, o mundo da vida se faz presente no rio Poxim:

Figura 11. Pesca



Foto: Saulo Henrique Souza Silva

É milenar a relação das populações que viveram anteriormente à chegada dos europeus com os corpos d'água e ambientes aquáticos no Brasil, assim como em ambiente de transição como: manguezais, lagoas, e restinga. Na figura 11 está retratada uma dos meios de sobrevivência da

comunidade que é a pesca artesanal, além do lazer e da troca de saberes e fazeres entre os pescadores.

O rio é o lugar das relações sociais e materiais entre os moradores e os visitantes ocasionais do mangue. E essa antiga relação tem deixado seus rastros ao longo dos tempos formando um verdadeiro material de interesse arqueológico que ajuda a contar a história da localidade, da comunidade e de sua cultura, como podemos perceber pela figura 12:

Figura 12. Cultura



Foto: Márcio Menezes do Nascimento

O que podemos compreender pela imagem acima, fig. 12, são os restos materiais de uma embarcação usada para atividades pesqueiras contemporâneas, mas que formará em breve um sítio arqueológico, testemunho de atividades

humanas que irão compor um registro arqueológico do seu tempo e da sua cultura material para gerações futuras. Desde o surgimento dos primeiros *Homo sapiens*, a humanidade vem se apropriando e se consolidando nos ambientes flúvio-marinhos. Os povos originários, por exemplo, conviveram milhares de anos nesses ambientes onde tiravam partes da sua subsistência dos manguezais.

Os barcos de pesca das comunidades são herdeiros das antigas pirogas desses povos e dos ensinamentos técnicos dos habitantes que aqui viveram e que ensinaram aos europeus quais os peixes que poderiam pescar, quais crustáceos eram bons para comer. Essa intensa atividade de pesca e a relação da comunidade cultural com o rio estão retratadas também na figura 13:

Figura 13. Marés



Foto: Márcio Menezes do Nascimento

Quem vive da pesca tem um ritmo totalmente diferente do ritmo de quem trabalha no comércio ou na indústria, é o ritmo das marés. São as marés que informam qual a hora que devem esperar, ou a hora que devem trabalhar. São as marés que ditam o momento de ir para a água ou não. É completamente diferente a vida do pescador daquela de quem trabalha na cidade. Assim, a comunidade de pescadores partilha as suas experiências e socializam-se enquanto esperam a chegada da maré alta para irem pescar.

Foi em razão dessa profícua relação com esse ambiente que se formou a comunidade ao longo da orla do rio, com a formação de uma comunidade ampla que modificou a paisagem natural e que também modifica a si mesma constantemente. Como afirma Milton Santos (1980, p. 25), “[...], a paisagem é um palimpsesto, um mosaico, mas que tem um funcionamento unitário [...]”. Esse o tema da figura 14, onde é retratada parte da ocupação urbana da região.

Figura 14. Urbanização



Foto: Márcio Menezes do Nascimento

Na figura 14, podemos observar que a paisagem natural era formada apenas o mangue, depois as casas simples e de madeira ocuparam as margens do rio, as chamadas palafitas, agora temos casas e prédios de alvenaria. É como o grande geógrafo brasileiro Milton Santos escreveu, “[...] A natureza natural não é trabalho. Já o seu oposto, a natureza artificial, resulta de trabalho vivo sobre trabalho morto. Quando a quantidade de técnica é grande sobre a natureza, o trabalho se dá sobre o trabalho. É o caso das cidades, sobretudo as grandes” (SANTOS, 1980, p. 24). Esse fenômeno também está retratado na figura 15, onde o leitor poderá ter em mente a paisagem completa da região, onde a cultura humana se mesclou ao ambiente natural do mangue formando uma unidade:

Figura 15. Paisagem



Foto: Saulo Henrique Souza Silva

As transformações das margens do rio Poxim aconteceram em poucas décadas. Ao longo desse tempo, surgiram avenidas e ruas asfaltadas, edifícios residenciais, casas, bares e pequenos comércios no lugar das palafitas e ruas lamacentas. Essa metamorfose indica que a paisagem não é estática, mas muda constantemente.

Na sequência de imagens, podemos identificar o contraste entre o lado do mangue que abriga a comunidade da Maré do Apicum e a região mais abastada que abriga casas de classe média alta. Essa ideia está retratada também na sequência de figuras 16, 17 e 18, nas quais podemos divisar a rua, os muros, prédios, as margens do rio e o pôr do sol do outro lado do bairro:

Figura 16. Rua



Foto: Márcio Menezes do Nascimento

O pôr do sol num outro canto do bairro Coroa do Meio, como descreve a figura 16, próximo ao Shopping Riomar, é uma área mais abastada e menos povoada. A diferença de infraestrutura entre o mundo compartilhado das pessoas de classe mais baixa e das pessoas de uma classe média alta é evidente nessa imagem. O tratamento dado pelos órgãos municipais ao lado mais “rico” do bairro Coroa do Meio fica muito claro. Essa parte do bairro é mais limpa, mas organizado, enquanto a outra parte, a popular, é mais desfavorecida. Nessa parte do bairro, a especulação imobiliária também é grande, ela comporta grandes centros de empreendimentos, além de clínicas e hospital particular. Assim, como retrata a figura 17:

Figura 17. Muros



Foto: Márcio Menezes do Nascimento

Aqui o mangue ainda está presente, como vemos ao fundo, espremido entre o concreto, o asfalto, os prédios do outro lado da margem e os muros que representam a especulação imobiliária da região; mas a beleza do pôr do sol está lá. Também podemos observar o sol se despedindo lentamente e o céu sendo tingindo de vermelho, compartilhando o mundo da vida e da percepção visual para todos, sejam eles ricos ou pobres. É isso que demonstra a figura 18 onde o despedir do sol é visto da região onde reside a comunidade de pescadores:

Figura 18. Crepúsculo



Foto: Márcio Menezes do Nascimento

Apesar das transformações, o mundo da vida continua a compartilhar espaços e lugares, ruas, avenidas e bares, estes bastante frequentados tanto por moradores, como por

pessoas de outros bairros e até mesmo alguns turistas que aparecem no local. Isto porque esse ponto do bairro Coroa do Meio tem um excelente potencial turístico e, caso houvesse investimento público, poderia ser transformado em um ponto de turismo comunitário e ecológico, mas infelizmente até agora está abandonado pelo estado e pelo município.

Por conta dessa situação de quase abandono, a região tem sofrido com imensa degradação, onde o descaso está visível à luz do dia. Tal situação está retratada na sequência pelas figuras 19, 20, 21, 22.

Figura 19. Lixo



A partir do que retrata a fotografia acima, a educação ambiental deveria ser constante entre os moradores e visitantes da região; a participação da comunidade no combate à degradação ambiental é importantíssima, juntamente

com os agentes públicos envolvidos na fiscalização de parques, praças, ruas e avenidas.

A percepção que podemos constatar ao refletir sobre a figura 19 é a mesma que aparece na figura 20, onde a ausência de um sistema de esgotamento sanitário e de tratamento dessas águas contribui de forma significativa para a poluição ambiental, algo que inviabiliza o equilíbrio do ecossistema da região da Maré do Apicum.

Figura 20. Esgoto



Foto: Marcio Menezes do Nascimento

A fotografia acima demonstra o descaso e a falta de ação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Aracaju. Será que através do setor de Educação Ambiental, que é um dos responsáveis pela operacionalização da política de educação ambiental no município, não poderia haver uma ação que fosse além das palavras vazias? A participação da

comunidade e do município, de todos os atores envolvidos e responsáveis, será fundamental para uma verdadeira mudança na realidade da comunidade.

O descaso, tanto de pessoas que jogam os resíduos sólidos nas margens do manguezal, quanto do poder público que não realiza uma ação de tratamentos dos esgotos despejados na região, que não faz o seu trabalho de fiscalizar e de pôr em prática um trabalho constante de educação ambiental, são elementos para se pensar a degradação no entorno do manguezal.

Figura 21. Descaso



Foto: Saulo Henrique Souza Silva

O abandono, conforme figura 21, pode ser visto pelo descaso com um lugar que cumpriria uma função bastante importante para a conservação do ecossistema que é o Museu do Mangue, nunca inaugurado. Para provocar uma discussão sobre os desejos da comunidade que nunca foram ouvidos, nun-

ca perguntaram para a comunidade se seria bom para eles um “Museu do Mangue” naquele local. Esse local é um exemplo de que sem a participação de toda comunidade engajada em um projeto cultural tão importante, esse projeto não irá muito adiante; como nunca passou da construção de prédios que estão abandonados e completamente degradados.

Figura 22. Descarte



Foto: Márcio Menezes do Nascimento

É muito triste esse descaso que temos com o meio ambiente, em caso específico com o mangue da região do bairro Coroa do meio em Aracaju-Sergipe, como destaca a figura 22. Nós, seres humanos, precisamos da natureza em tudo, para se alimentar, para se vestir, para a manutenção da vida, mas não temos cuidado com o meio ambiente que garante o suporte para a diversidade da vida.

Foi a partir dessas vivências do nosso mundo da vida que pensamos em desenvolver aqui técnicas colaborativas

que possam ser empregadas por pesquisas de base fenomenológica e/ou participativa. As técnicas aqui descritas são pensadas para a utilização nos estudos de campo em comunidades nas quais exista uma relação fundamental entre a sociedade e seu território, semelhante ao que ocorre na Maré do Apicum. No próximo capítulo, exploraremos essas técnicas colaborativas, na medida em que o mundo se torna cada vez mais interconectado e as organizações buscam maneiras eficazes de trabalhar em grupo. Essas técnicas desempenham um papel cada vez mais importante na melhoria da comunicação e colaboração entre indivíduos e grupos. Vale ressaltar que, em nossa abordagem, as comunidades em questão deverão ter a palavra final quanto à adoção dessas técnicas colaborativas.

Portanto, no próximo capítulo, abordaremos técnicas como a Tempestade de Ideias, Árvore de problemas, Matriz de prioridades de problemas, e muitas outras técnicas projetadas para promover a criatividade e a soluções de problemas de forma colaborativa. Essas técnicas, cabe ressaltar ao leitor, não foram empregadas para trabalhar com a comunidade da Maré do Apicum porque parte significativa desta pesquisa foi realizada durante a pandemia de Covid 19, o que inviabilizava o convívio social. Porém, exploraremos como essas técnicas podem ser personalizadas e adaptadas às necessidades específicas de uma dada comunidade, tornando-as atraentes e relevantes para os seus membros.

CAPÍTULO II

TÉCNICAS COLABORATIVAS

As técnicas colaborativas aqui descritas neste *e-book* são uma série de recursos que podem ser utilizados para alcançar informações sobre uma dada comunidade; elas são ferramentas de reflexões sobre as condições ambientais e sociais locais, como também permitem o aprendizado e o fortalecimento dos comunitários. Nesse sentido, “a utilização adequada dessas técnicas, dentro de um processo de investigação, planejamento e ação, desencadeia uma série de mudanças de atitudes individuais e de grupo” (DRUMOND et al, 2009.p. 31). Tais ferramentas podem ser aplicadas em diversas fases do processo de investigação das condições socioambientais, de acordo com as hipóteses e tópicos desejados, de forma que, o planejamento e o monitoramento se adaptem às mudanças ocorridas durante o processo, tanto no meio rural como no meio urbano.

Segundo Souza Minayo e Costa (2018), podemos considerar a hipótese de que essas técnicas fazem um esboço das estratégias de campo e são determinantes no funcionamento da pesquisa educacional e como prática teórica. Mas, qual é a relação entre a fenomenologia e as técnicas colaborativas e participativas? Sobre isso, e explicando de

forma simples, a fenomenologia tenta demonstrar que o ser humano deve ser o âmago do processo do conhecimento. Os fenômenos do mundo fazem sentido através da consciência do ser humano, pois ela é doadora de significado e sentido para tais eventos (Cf. SURDI, 2008).

Essas técnicas também trazem consigo a influência do método de Paulo Freire, no seu livro *Educação Como Prática de Liberdade*, para quem “as entrevistas revelam anseios, frustrações, descrenças, esperanças também, ímpeto de participação como inicialmente certos momentos altamente estéticos da linguagem do povo” (FREIRE, 1967, p.112). Assim, segundo Paulo Freire, as palavras geradoras devem sair de levantamentos de vocabulários informais com as pessoas da área alvo. Podemos assim fazer uma adaptação das técnicas participativas existentes como:

2.1. TEMPESTADE DE IDEIAS (BRAINSTORMING OU CHUVA DE IDEIAS)

Conhecida no Brasil como Tempestade de Ideias é uma técnica desenvolvida e popularizada pelo escritor e publicitário Alex Paickney Osbon. Segundo Souza Minayo & Costa, ainda nos anos de 1940, Osborn (1963), salientava que esse processo interativo de grupo não estruturado, gerava melhores resultados em contrapartida às pessoas que trabalham individualmente.

Esta técnica é uma ferramenta por meio da qual todos os membros de um grupo são estimulados a expressar seu

ponto de vista sobre um determinado tema. Podemos utilizar uma ampla gama de cenários como o levantamento de opiniões sobre a praticabilidade de processos participativos, no ensino da Educação Ambiental começando com palavras geradoras, além de poder ajudar na investigação, ou no planejamento, ou em monitoramento e na avaliação em processos de ensino não formal.

Segue uma sequência de ações que ajudam a compreender o passo a passo da técnica de Tempestade de Ideias.

- Verificar os procedimentos gerais para aplicação de ferramentas.
- Introduzir o tópico a ser discutido através da formulação de uma pergunta que seja chave, que não seja sugestiva, mas provocativa, feita pelo facilitador.
- Pedi aos participantes que se manifestem, com críticas ou ideias, e escreva em fichas ou quadros, também pode ser comunicada de forma oral. O uso dessas fichas incentiva a manifestação de opiniões que, normalmente, não seriam expostas por inibição, particularmente quando as ideias podem gerar ou alimentar conflitos. Elas também facilitam a participação de todos os membros, impedindo que a discussão seja dirigida somente por poucas pessoas; quando as manifestações são orais, a boa condução do facilitador é essencial para maximizar a participação de todos. Nessa etapa, todos os participantes se expressam em relação à pergunta-

-chave, mas as diferentes opiniões não são colocadas em discussão.

- Na utilização de fichas, fixá-las em local visível a todos; fichas com ideias duplicadas devem ser removidas, com a concordância dos participantes.
- Discussão, principalmente acerca de opiniões diferentes, até que um grau de consenso seja alcançado.
- Pode ser utilizado como ferramenta para chegar ao objetivo de planejar, após um consenso, iniciar um exercício mais estruturado de planejamento.

2.2. ENTREVISTAS

As técnicas de entrevistas, semiestruturadas ou não-estruturadas, têm o objetivo de investigar, monitorar e avaliar de forma aberta e informal. Essas entrevistas são diálogos, podem ser individual ou pequenos grupos, que permitem discutir questões específicas sobre o uso de recursos naturais e outros fatos que se considerem importantes para o projeto. Na fenomenologia, a necessidade de ouvir os anseios, os sonhos e os desejos das pessoas, um mundo compartilhado é o mundo que compartilhamos com o próximo. Esse mundo é revelado nas conversas de roda, entre amigos, familiares e em toda comunidade. Seguem algumas reflexões de como podemos compreender o significado e o uso dessas entrevistas.

2.2.1. Entrevista Semiestruturada

A Técnica de Entrevistas Semiestruturada é indicada quando o pesquisador não terá mais uma nova chance para entrevistar outra pessoa. Não perdendo a qualidade da entrevista não-estruturada, todavia é baseada em um roteiro, ou seja, uma lista de perguntas e tópicos que deve ser abordada numa certa ordem. Pode ser registrada com um gravador ou com anotações. Segundo o *Guia do Diagnóstico Participativo* (2021, p.14), “[...]. É interessante, neste caso, ter mais de um entrevistador por entrevista. Pode ser realizada com informante-chave, com grupos, individualmente, entre outros [...]”.

A essência da entrevista semiestruturada é fazer um conjunto de questões e tópicos que abordam certas hipóteses que a equipe de trabalho levantou. As entrevistas são realizadas em sessões informais nas quais somente algumas questões são predeterminadas. A maior parte surge durante a entrevista, de acordo com as respostas dos informantes. É uma das principais ferramentas utilizadas em diagnósticos. Inúmeras informações podem ser obtidas durante as conversas com todos os setores envolvidos. Aliados ao levantamento de dados secundários, os resultados das entrevistas podem fornecer a base para as demais etapas do diagnóstico. O seu emprego nas primeiras etapas do trabalho também ajuda na construção de relações de confiança entre os envolvidos. Empregadas com outras ferramentas, as entrevistas semiestruturadas podem ser úteis

para o aprofundamento de questões levantadas durante as discussões. Segue o passo a passo de seu emprego:

- Verificar os procedimentos gerais para a aplicação das ferramentas.
- Realizar levantamento do vocabulário conforme o objetivo da investigação, o que definirá o perfil das pessoas ou grupos a serem entrevistados; esses tópicos podem ser modificados no decorrer da pesquisa, ajustando-os às novas necessidades de cada etapa.
- Realizar um levantamento de grupos de interesse, informantes chaves e outras pessoas que se deseja abordar; entrevistas com pescadores, marisqueiras sobre a fauna e flora, como também outros aspectos.
- Identificar os locais e o melhor período do dia para o desenvolvimento das entrevistas.
- Desenvolver as entrevistas evitando tomar notas até que sejam estabelecidas relações de confiança. Caso necessário, é importante solicitar permissão aos informantes para que os dados sejam anotados; também devem ser evitadas questões indutivas, que podem direcionar as respostas dadas. O entrevistador deve também evitar opiniões sobre o assunto discutido, pois as pessoas podem aceitá-las passivamente ou incluí-las em seu discurso, mesmo que não acredite ou desconheça.
- A forma como as perguntas são feitas também podem contribuir para o processo e também po-

dem causar diferentes reações no entrevistado: Perguntas abertas: “qual é a sua opinião sobre...?” Perguntas estimulantes: “como conseguiu ter uma horta tão verde?” Perguntas dignificantes: “você, que tem tanta experiência na pesca e..., o que pode me dizer em relação a...?” Perguntas sobre eventos-chave: “como conseguiram recuperar a força depois do defeso?” “Quais técnicas tradicionais que o Sr ou a Sr(a) usa?”.

- Para facilitar o aprofundamento das informações, devem ser utilizadas perguntas auxiliares como: O quê? Quando? Onde? Por quê? Como? Quem? Durante a preparação para as entrevistas é aconselhável que se dedique tempo praticando boas perguntas com os membros da equipe (evitando as perguntas indutivas) e avaliando as respostas obtidas, buscando distinguir o que é um fato, uma opinião ou um rumor.

2.2.2. *Entrevista Não-Estruturada (conversas)*

Podemos aqui aplicar a técnica freireana na entrevista não-estruturada, no seu livro *Educação Como Prática da Liberdade*, Freire defende que “[...] As entrevistas revelam anseios, frustrações, descrenças, esperanças também, ímpeto de participação, como igualmente certos momentos altamente estéticos da linguagem do povo [...]” (FREIRE, 1967, p. 112). Esse tipo de entrevistas é indicado para

os trabalhos de longo prazo, quando se tem muito tempo disponível para a aplicação. A técnica permite que as informações obtidas se aproximem da realidade. Segundo o *Guia do diagnóstico participativo*, “[...], o entrevistado vai ficando mais à vontade e as informações mais completas. Neste tipo de entrevista, o entrevistador aproxima-se mais do universo do entrevistado. [...]” (2021.p. 13).

2.3. MAPEAMENTO COLABORATIVO

Compartilhar o mundo através de um elemento gráfico é possível por meio da utilização de mapas colaborativos, por meio dos quais podemos identificar os elementos geográficos da comunidade, por exemplo, onde fica o rio, por onde ele passa, onde está localizado o píer dos pescadores, qual a localização da escola, do posto de saúde da comunidade, onde fica a sua casa, qual é o caminho para escola. Por essa razão, esses mapas podem servir como ponto de partida para as discussões sobre as causas dos problemas. Para o mapa ser elaborado, é necessário desenhar a propriedade, localizando as atividades que são desenvolvidas, enquanto se discute sobre ela.

Por essa técnica, compartilhamos o mundo sensorial através da visão e dos signos, sejam elas palavras ou de elementos gráfico; é essa orientação que está retratada na figura 23.

Figura 23. Mapa colaborativo

Fonte: [https:// www.capta.org.br](https://www.capta.org.br). sem data.

A figura 23 traz um exemplo desse tipo de mapa; essa técnica tem o objetivo de auxiliar na investigação, monitoramento, avaliação e planejamento. O desenho de mapas tem como objetivo a visualização espacial de recursos naturais, infraestrutura, tipos de uso do solo, relações de poder, etc., fornecendo a percepção do meio ambiente pelos participantes, uma vez que as informações visualizadas em imagens ou mapas podem ser melhores compreendidas do que aquelas inseridas em tabelas, documentos, gráficos ou mesmo apresentadas oralmente. Tal técnica é baseada na coleta de informações, e na percepção e conhecimento que os indivíduos e grupos têm do espaço em que vivem. Segundo o *Guia do diagnóstico participativo*, “[...] Durante a elaboração do mapa pelos participantes, vários questionamentos podem ser feitos, sobre as potencialidades e limitações, entre várias outras questões” (2021, p. 14).

Destaca-se a importância da equipe de diagnóstico que deve estar sempre promovendo a construção do mapa e as discussões dos temas. Os membros da equipe devem anotar as informações que surgirem durante o emprego da técnica. Sobre isso, uma equipe multidisciplinar é fundamental para poder registrar e compreender de forma complexa as diferentes perspectivas e contextos vividos. O processo de construção de um mapa e as discussões agregadas a ele fornecem base de análise sobre aspectos ambientais e sociais da localidade. Os mapas podem ser desenhados diretamente em objetos disponibilizados pelo facilitador ou disponíveis no local da reunião, como folhas, pedras, galhos e flores, o que permite uma maior flexibilidade para as mudanças na disposição de símbolos durante o processo de sua construção. Sobre isso, segue um detalhamento de como proceder durante tal elaboração.

Os mapas podem ser dispostos fazendo uso de quadros, ou de outros recursos considerados apropriados; podendo ser utilizadas também bases cartográficas, fotografias aéreas e croquis para serem interpretados e modificados pelo grupo. No entanto, a possibilidade de utilização de fontes cartográficas dependerá do nível de entendimento e interpretação da comunidade sobre esses recursos. A equipe de trabalho deve estar certa de que as pessoas conseguem identificar os locais e recursos naturais presentes em tais representações gráficas. Para viabilizar esses conhecimentos, é possível a realização de oficinas de noções geográficas, uma vez que possibilitaria a familiarização

dos participantes com imagens de satélite, mapas, curvas de nível, entre outros elementos, o que, futuramente, pode viabilizar o monitoramento da área por certas pessoas ou grupos.

A elaboração de mapas é um exercício de longa duração, cuja complexidade varia de acordo com a área e a profundidade das discussões a serem abordadas. Conforme exposto a seguir, diferentes tipos de mapas podem ser elaborados, dependendo dos objetivos da aplicação da ferramenta.

2.3.1. Mapa do momento atual (variante)

Esta técnica pode ajudar no levantamento de recursos físicos, biológicos e socioeconômicos, podendo servir de base para a discussão sobre o zoneamento da unidade de conservação. Além de permitir o levantamento de conflitos de toda ordem devem ser, como os relacionados à propriedade de terra, ao acesso e uso dos recursos naturais e a áreas de lazer, processos de eutrofização decorrentes do uso do solo, deposição de resíduos, contaminação da água, incidência de focos de incêndio, entre inúmeros outros. Após a identificação dos problemas, são discutidos os meios para que eles sejam resolvidos. Na expressão desses conflitos, o papel do facilitador como é bastante importante para que o exercício tenha resultados positivos e não contribua para acentuar ainda mais os pontos de discordância. É importante que os participantes tenham conhecimento dos limi-

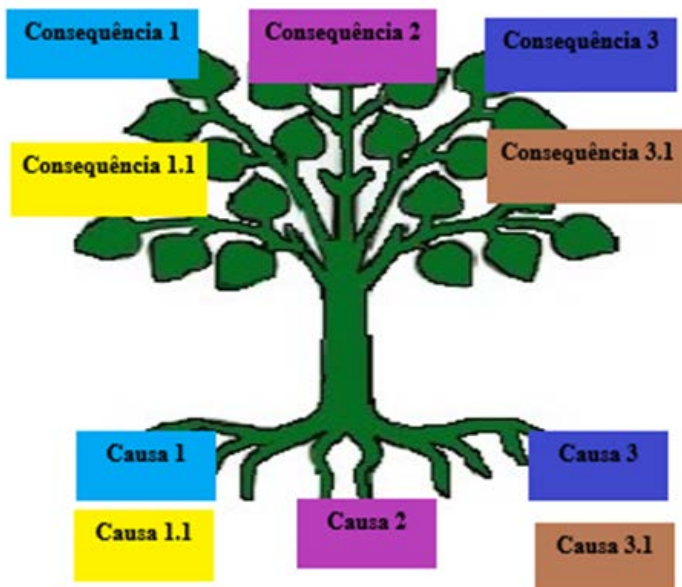
tes existentes e que não sejam criadas expectativas irreais com relação à resolução dos problemas. Sobre isso, segue uma sequência de ações que podem ser empregadas no desenvolvimento dessa técnica:

- Verificar os procedimentos gerais para aplicação das ferramentas.
- Pedir aos participantes que construam um mapa da unidade da comunidade, do seu bairro, da região em que vivem, dos rios, ou outra área, de acordo com os interesses do projeto. Os participantes escolhem qual característica será representada por qual material, por exemplo, folhas podem identificar matas nativas; capim, o pasto; pedras, as montanhas; e assim por diante. O papel do facilitador é de fundamental importância, organizando as ideias e estimulando a participação.
- Os participantes devem copiar em papel o mapa construído, com legenda. Esse desenho lhes pertence, caso haja interesse. Os nomes dos autores do mapa devem ser incluídos. Deve-se fotografar o mapa e, se necessário, fazer uma cópia para a equipe de trabalho.
- Para finalizar o mapa do momento atual, pode-se solicitar aos participantes que interpretem a situação construída e levantem os problemas revelados ou outros ainda não explorados anteriormente. Assim, será construído outro mapa, denominado agora de Mapa de problemas e soluções.

2. 4. ÁRVORE DE PROBLEMAS

A “árvore de problemas” é uma ferramenta utilizada para analisarmos e compartilharmos as informações com comunidade, trazendo os problemas que mais importante para a comunidade alvo. Essa técnica permite estabelecer a relação causa-efeito de um problema previamente determinado, seja no mapa da comunidade, na caminhada transversal ou na utilização de outras ferramentas. As raízes da árvore e folhas representam os efeitos, como segue na figura abaixo:

Figura 24. Árvore de problemas



Modificado do Diagnóstico Rural Participativo, (2006)

A finalidade da árvore de problemas é analisar um problema a fundo, com a finalidade de estabelecer as suas causas primárias. Assim, essas causas primárias serão o ponto de partida para a busca de soluções. Para tanto, é importante começamos elaborando um desenho com uma árvore e pondo o problema identificado no tronco da árvore. Durante a discussão em grupo, serão preenchidos os cartões com as possíveis causas (raízes) e efeitos (galhos) do problema. Fixando as tarjetas nos galhos, enquanto ao mesmo tempo, se discute sobre as relações de causa e efeito sobre o problema, caso necessário, trocando-se os cartões de lugar. O ponto de maior clímax é o debate final, que discute qual das causas podem ser eliminadas ou controladas pela comunidade.

2.5. MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO DE PROBLEMAS

A matriz de priorização de problemas é a ferramenta que tem por objetivo priorizar e identificar os principais problemas e desafios a serem superados pela comunidade. Os problemas podem ser levantados nas entrevistas individuais ou durante alguma atividade em grupo, exemplo, a chuva de ideias, o grupo faz uma lista de sugestões de problemas, cada participante contribui com uma sugestão.

Segue um modelo na figura 25:

Figura 25. Matriz de priorização de problemas

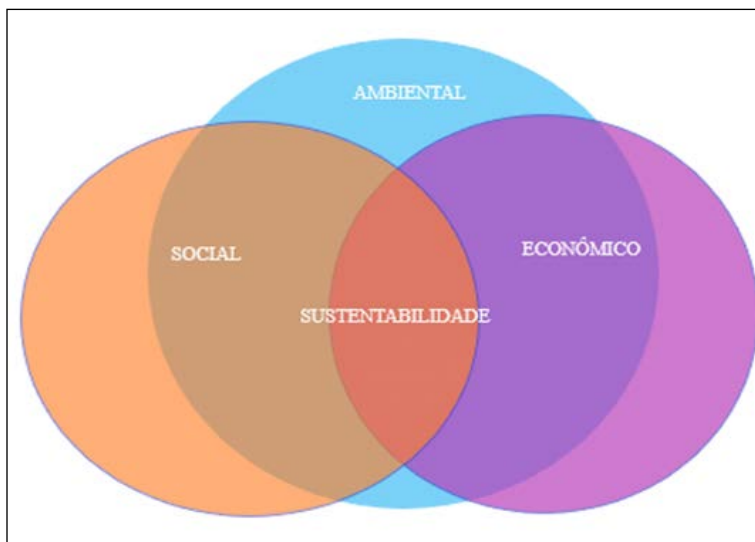
Problemas	Quantidade de voto	Prioridade
Falta d'água	30	1º
Falta de esgoto	12	2º
Falta do recolhimento do lixo	9	3º
Poluição no mangue	7	4º

Fonte: Elaborado por Márcio Menezes do Nascimento

Depois da confecção da lista de problemas que foram detectadas pela comunidade, o grupo fará uma votação de qual desses componentes é a maior prioridade para ser resolvido. Cada pessoa deve justificar o seu voto. O quadro da figura 25, disposta acima, é uma estratégia para um maior aprofundamento nas discussões e organização das prioridades.

2.6. DIAGRAMA DE VENN

O Diagrama de Venn pode ajudar na investigação, monitoramento e avaliação. Eles são elaborados visando conhecer os diferentes segmentos sociais, formais ou informais, e sua participação no tema que está sendo avaliado. O grau de proximidade e os conflitos existentes entre esses grupos também podem ser avaliados, assim como a necessidade da organização de grupos para enfrentar um determinado problema detectado.

Figura 26. Diagrama de Venn

Fonte: Modificado do Manual de Técnicas Participativos da ARPA

As discussões que permeiam a construção do diagrama, como está na figura 26, podem permitir averiguar as possibilidades de atuação de cada um dos segmentos em processos de cooperação. Com essa técnica podemos observar a percepção das pessoas em relação ao mundo que compartilham e entender sobre o conhecimento que elas têm dessas interseções de diferentes áreas como: social, ambiental, econômico e da sustentabilidade. Colocando-as em primeiro lugar na produção do conhecimento e no compartilhamento dos vários pontos de vista.

Há várias formas existentes para elaborar o diagrama de Venn, e depende de como queira trabalhar; com uma

ou outra forma, o importante é julgar qual a forma adequada mais ao tema tratado e aos participantes envolvidos em sua construção. Aqui, vamos pensar na elaboração de um diagrama em círculos concêntricos de mesmo diâmetro, onde se possa averiguar o grau de atuação dos grupos sobre determinada área ou tema tratado. Sobre isso, segue os passos abaixo:

- Verificar os procedimentos gerais para a aplicação das ferramentas.
- Recortar círculos de papel do mesmo tamanho, que irão representar os grupos formais ou não formais.
- Estabelecer a relação existe entre os problemas, soluções e a localidade, a partir das variantes selecionadas, como podemos ver no exemplo da figura 26

Na figura 27, apresentamos uma variante do diagrama de Venn, é o diagrama das relações, que consiste em Desenhar círculos concêntricos no chão, com barbante ou giz, por exemplo, e dispor, no centro, o tema que está sendo tratado — por exemplo, uma unidade de conservação.

Figura 27. Diagrama de relações



Fonte: Modificado do Manual de Técnicas Participativos da ARPA

Como podemos ver na figura acima, a distância do centro significa a atuação sobre o tema tratado, ou seja, quanto mais distante do centro, menor a atuação. Por fim, mencionaremos brevemente a utilização da fotografia como uma técnica colaborativa.

2.7. FOTOGRAFIA

O uso da fotografia é fundamental em pesquisas dessa natureza, como já enfatizamos no primeiro capítulo deste livro. É importante também utilizá-las a partir do olhar dos próprios moradores. Para isso, basta solicitar que os

moradores fotografassem com os seus celulares ou com máquinas fotográficas o seu lugar, ou seja, o seu espaço de convivência, separando entre temas, como o espaço natural ou o seu meio urbano. Conforme Ferrara (1999), no artigo *Percepção Ambiental e Cidadania*, “[...], seria possível flagrar o modo como se relacionavam com o meio ambiente e o que nele conseguiam perceber e valorizar” (FERRARA, 1999. p. 71). Ainda de acordo com o autor, a fotografia enfatiza o caráter do signo e da linguagem da percepção ambiental informal; ao contrário do modo como tem sido analisada por alguns estudiosos, a fotografia não congela a realidade ambiental, mas é um recurso altamente informativo e representativo. A fotografia pode ser usada não de modo aleatório, mas sendo direcionada através de palavras geradoras, como nos exemplos dispostos em seguida.

2.7.1. Conexões virtuais: compartilhando o mundo da vida da maré do apicum

As descrições abaixo possuem *hiperlinks* que direcionarão o leitor para a página na plataforma Instagram onde as fotos estão armazenadas. Esse perfil da rede social é dedicado exclusivamente a esta pesquisa e, ao clicar no local indicado na descrição, abrir-se-á o acesso ao conjunto de fotografias e outros materiais digitais que compõe as visitas técnicas e revelam a percepção ambiental desse mundo da vida compartilhado.

- Barcos de pescas ancorados no manguezal da Maré do Apicum: barcos pesqueiros ancorados numa pequena enseada entre a vegetação do manguezal da Maré do Apicum. [Clique aqui](#)
- A morte de um barco de pesca que foi descartado dentro da Maré do Apicum, sendo posteriormente colonizado pelo manguezal, ressignificando um artefato cultural. [Clique aqui](#)
- Barcos de pesca no pequeno e singelo píer do manguezal da Maré do Apicum. [Clique aqui](#)
- Barcos e o rio. Discretamente ancorados no rio Poxim, atrás da Associação dos Pescadores. [Clique aqui](#)
- Pequeno píer e alguns barcos de pesca no Manguezal da Maré do Apicum. A pesca era uma prática muito comum, com a urbanização e a poluição do rio Poxim muitas espécies de peixes do rio têm desaparecido. Contudo, ainda existem muitos pescadores que continuam sobrevivendo da pesca. A maioria dos pescadores parte para pescaria no alto-mar. [Clique aqui](#)
- Passeio com guarda-corpos, margem direita do Rio Poxim. Uma fotografia capturada na margem direita do Rio Poxim revela um cenário sereno e encantador, onde a natureza e a intervenção humana se unem harmoniosamente. O protagonista dessa imagem é um amplo passeio à beira do rio, acompanhado de elegantes guarda-corpos que

delineiam o caminho, proporcionando segurança sem comprometer a visão deslumbrante da paisagem aquática. [Clique aqui](#)

- Descarte de resíduos sólidos urbanos, neste caso um sofá dentro do manguezal da Maré do Apicum. Infelizmente sem um programa de educação ambiental contínua por parte das instituições e agentes públicos para a população local se sensibilizar que a melhor coisa é proteger a natureza e que não devemos descartar os resíduos sólidos no mangue. [Clique aqui](#)
- Mapa da área de estudo, bairro Coroa do Meio, Aracaju-Sergipe. [Clique aqui](#)
- A cerca. Numa tentativa de proteger o manguezal do bairro Coroa do Meio, mas ao mesmo tempo tirando a liberdade da comunidade de ir e vir, a PMA, tentou cercar o mangue, mas infelizmente não deu muito certo, roubaram os arames da cerca, a comunidade ainda continua jogando resíduos sólidos nas imediações e dentro do manguezal. [Clique aqui](#)
- Vista do cais dos barcos de pesca da Associação dos Pescadores do bairro Coroa do Meio/ Aracaju-SE. [Clique aqui](#)
- Infelizmente o mangue está cheio de resíduos sólidos. Por favor, não joguem lixo no mangue. [Clique aqui](#)
- Planície fluvial. [Clique aqui](#)

- Barcos de pesca a espera da maré alta, em algum lugar da Maré do Apicum, no bairro Coroa do Meio. [Clique aqui](#)
- *E-book* sobre o manguezal da maré do Apicum, no bairro Coroa do Meio, E uma proposta a toda comunidade do uso de técnicas colaborativas simples. [Clique aqui](#)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com efeito, são esses os resultados deste produto técnico educacional produzido durante o mestrado em ensino de ciências ambientais vinculado ao PROFCIAMB/Associada UFS. Como foi mencionando desde o início, a orientação da pesquisa fenomenológica, com o uso de fotografias, ilustrações e a elaboração de técnicas colaborativas. Dessa fora, o leitor e a leitora pode não apenas captar o mundo da vida da Maré do Apicum como também ter exemplos de procedimentos que podem ser utilizados na para trabalho com comunidades em situação de risco socioambiental.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1989.

ANTUNES, Jefferson et al. **Diagnóstico Rápido Participativo como método de Pesquisa em Educação**. Artigo. In: Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 03, p. 590-610, nov. 2018.

CUNHA, Alecsandro Santos da; LEITE, Eugenio Batista. **Percepção Ambiental: Implicações para a Educação Ambiental**. Artigo. Sinapse Ambiental, setembro de 2009.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Geomorfologia**. São Paulo: Edgard Blucher, 2ª Edição, 1980.

DRUMOND, Maria Auxiliadora; Giovanetti, Livia; Queiroz, Artur; e colaboradores. **Técnicas e Ferramentas Participativas para a Gestão de Unidades de Conservação** (2ª Ed.). GTZ, 2009.

FERRAZ, José Maria et al. **DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO SOCIO ECONOMICO AMBIENTAL: metodologias para agricultura familiar**. José Maria Gusman Ferraz, Marlise A. Bassani, Miguel Angelo da Silveira. EMBRAPA, 2005. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1021116/diagnostico-participativo-socio-economico-ambiental-metodologias-para-agricultura-familiar>>. Acesso em 11/02/2023.

FILHO, Aroldo C. F. Andrade. ANDRADE, Alison de Menezes. **Controle Social: Ferramenta Para o Exercício da Cidadania**. Artigo. Revista Multidisciplinar e de Psicologia, V.13, nº 44, p. 945-961,

2019. Disponível em: <<http://idonline.emnuvens.com.br/id>>. Acesso em 11/02/2023.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática de Liberdade**. Editora PAZ E TERRA LTDA, 1967.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIA DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO. FLACSO BRASIL. 2ª Edição, 2021.

GUIA DE ELABORAÇÃO DE PEQUENOS PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS PARA ORGANIZAÇÕES DE BASE COMUNITÁRIA. SITE. Disponível em: <<https://capta.org.br/como-fazer-o-diagnostico/ferramentas-de-diagnostico-rural-participativo/>>. Acesso em 15/02/2023.

HOLZER, Werther. **Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente**. Revista Território, ano II, n.3. jul./dez. 1997.

MARETTI, Cláudio C. **Desafios e Oportunidades para a Co-Gestão**. Artigo. Universidade de São Paulo, 06 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/271853442_Desafios_e_Oportunidades_para_a_Co-Gestao/link/54d53e2docf2970e4e6485f4/download>. Acesso em 09/02/2023.

MENEZES, Suzaneide Ferreira da Silva et al. **Diagnóstico Rural Participativo (DRP) uma ferramenta necessária para investigação/intervenção: Experiência do Projeto CAJUSOL no território do Seridó (RN)**. Suzaneide Ferreira da Silva Menezes, Márcia Egina Câmara Dantas, Maria Clara Torquato Salles, Paulo Cezar Filho, Alyana Carla do Nascimento Duarte, José Laercio Bezerra de Medeiros. Ipea, CODE, 2011. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo59.pdf>>. Acesso em 09/02/2023.

MERLEAU-PONTY, Maurice, 1908-1961. **Fenomenologia da Percepção**/ Maurice Merleau-Ponty:[Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura]. 2- Edição- São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FISCAL -PNEF. Controle Social – Cidadania exercida pelo povo uma contribuição para o entendimento do Orçamento Público através da educação fiscal. Disponível em: <<http://www.fazenda.rj.gov.br/portal/instituicao/educacao-fiscal.portal>>. Acesso em 11/02/2023.

QUINTAS, José Silva. **Pensando e Praticando a Educação no Processo de Gestão Ambiental: uma concepção pedagógica e metodológica para a prática da educação ambiental no licenciamento**. 2. ed. rev. e aum. Brasília: IBAMA, 2006.

SANTOS, Milton. **METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO, fundamentos Teórico e metodológico da Geografia**. Hucitec. São Paulo, 1988.

TONNEAU, Jean-Philippe et al. **DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO NORDESTE: UM MÉTODO DE DIAGNÓSTICO E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVOS**. Artigo. Jean-Philippe Tonneau, Ghislaine Duque, Paulo Diniz. *Raízes*, Campina Grande, vol. 22, n.2, p.29-39, jul./dez. 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. Editora DIFEL S.A., 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo, 1983.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo: Um Guia Prático**. Brasília, março de 2006.

ZILLES, Urbano. **Fenomenologia e teoria do conhecimento em Husserl**. Revista da abordagem Gestáltica, XIII(2): p.216-221, jul. – dez. 2007.



Márcio Menezes do Nascimento é Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional Para Ensino das Ciências Ambientais (Associada/UFS), é Bacharel em Arqueologia e licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).



Saulo Henrique Souza Silva é Doutor em Filosofia e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional Para Ensino das Ciências Ambientais (Associada/UFS)



UFS-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ- REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE NACIONAL
PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que esta dissertação chega ao seu fechamento, é decisivo refletirmos sobre as metas iniciais e os caminhos percorridos, considerando tanto os desafios, como as oportunidades que delinearam a nossa pesquisa. O objetivo geral desta pesquisa foi explorar a percepção ambiental de uma maneira interdisciplinar, focando nas complexidades intrínsecas à essa relação. O enfoque dado nos objetivos específicos foi direcionado para aplicação da percepção ambiental na identificação dos desafios ecossistêmicos do bairro Coroa do Meio, especificamente nas comunidades ao redor do manguezal da Maré do Apicum, ressaltando sua importância como ferramenta indispensável na coleta de dados socioambientais. Todavia, a pandemia de Covid-19 trouxe restrições para a pesquisa, o envolvimento direto dos moradores nesse processo.

A compreensão sobre educação ambiental, percepção ambiental e cidadania são conceitos largamente discutidos na bibliografia acadêmica. A educação ambiental desempenha um papel fundamental na preparação de cidadãos para o desenvolvimento de uma percepção ambiental mais apurada para a tomada de ações mais responsáveis relacionadas ao meio ambiente e a cidadania. É através da educação ambiental crítica que comunidades carentes como a comunidade da Maré do Apicum, localizada no bairro Coroa do Meio, podem adquirir conhecimentos, habilidades e valores que possibilite o entendimento da interdependência entre o ser humano e o meio ambiente e o reconhecimento das suas ações no contexto mais amplo.

Algumas maneiras pelas quais a educação ambiental pode preparar cidadãos para uma percepção ambiental mais aguçada, com a capacidade de selecionar alternativas de ações indispensáveis para exercer a cidadania, são elas:

1. Sensibilização: é uma forma de promover a conscientização das questões ambientais, como as mudanças climáticas, o problema do descarte de resíduos sólidos no meio ambiente, a extinção da biodiversidade, o esgotamento dos recursos naturais, através da educação ambiental, ou até mesmo na escolha de candidatos a cargos públicos que sejam preocupados com as questões ambientais.

2.Conhecimento: ao compreender tanto os processos e sistemas naturais, como os processos que atuam para a perpetuação das desigualdades sociais, as pessoas são mais capazes de entender como as suas ações afetam o meio ambiente e como as decisões individuais se encaixam no contexto mais amplo.

3.Habilidades: A educação ambiental crítica pode orientar a cidadania socioambiental e ser uma ferramenta para se entender que cada pessoa pode ser um sujeito de transformação da realidade-mundo. Com habilidades na identificação dos problemas e conflitos socioambientais locais, além de tornar os temas ambientais, como ponto de partida para uma discussão muito mais ampla sobre a crise do modelo atual da sociedade de consumo.

4.Valores e atitudes: Através da educação ambiental as pessoas podem desenvolver valores e atitudes de respeito à natureza e a busca de ações participativas, pautadas na construção de uma sociedade baseada no entendimento de que sustentabilidade, democracia, autonomia, equidade e emancipação são valores indissociáveis às pautas ambientais.

5.Pensamento crítico: A educação ambiental promove o pensamento crítico, capacitando os indivíduos a avaliar informações, questionar discursos, analisar questões complexas, estimular a solidariedade, promover a construção de novos modelos de sociedade e promover novas questões e reflexões.

6.Participação cidadã: Ao entenderem como suas ações afetam o meio ambiente e a sociedade, a comunidade pode se envolver mais ativamente em iniciativas de cidadania que busca a melhoria na qualidade ambiental e social.

7.Advocacia e transformações: A educação ambiental pode inspirar pessoas a se tornarem defensoras do meio ambiente, a influenciar políticas públicas e a promover transformações significativas em suas comunidades.

Em suma, a educação ambiental não apenas aumenta a sensibilização e a conscientização, além disso, prepara os indivíduos a tomarem decisões com uma maior clareza e responsabilidade em relação ao meio ambiente e a cidadania. Desempenhando um papel essencial na formação de cidadãos conscientes e atuantes que contribui para um futuro na construção de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas. Nesta dissertação, é explorada uma intrincada teia de conceitos que se entrelaçam para formar uma compreensão profunda e holística da relação entre a comunidade da Maré do Apicum e o seu meio ambiente. Sob o ponto de vista da metodologia fenomenológica de Husserl, mergulhamos nas complexidades da percepção ambiental, que como uma lente multifacetada, através da qual percebemos o mundo ao nosso redor, dando assim, significados para aquilo que percebemos.

A metodologia fenomenológica nos permitiu não apenas examinar como o ser humano vivencia e interpreta o seu meio ambiente, mas como essas percepções podem moldar as suas ações, atitudes e conexões emocionais. Aprofundando esse entendimento, embarcamos na “*Topofilia*” de Yi-Fu Tuan, que reconhece o poder emocional dos lugares e a ligação íntima que os seres humanos têm com o ambiente que nos cerca. Portanto, é no contexto da Maré do Apicum, a interseção entre percepção ambiental, direito à cidade e cidadania, que fica evidente, uma comunidade que luta não apenas contra os desafios ecológicos, mas contra as desigualdades urbanas e o racismo ambiental, afetando a sua qualidade de vida. A questão do lugar de memória e a falta de interesse do poder público de reativar o Museu do Mangue, que poderia desempenhar um papel crucial para toda comunidade, tanto como um implemento do turismo local, que além de beneficiar toda cidade iria beneficiar os moradores, como uma base de apoio para associação dos pescadores do bairro Coroa do Meio, com cursos de extensão da Universidade Federal de Sergipe. Podendo atuar nesses cursos o Departamento de Museologia, Engenharia de Pesca e Turismo.

Somente através da educação ambiental transformadora, é que podemos vislumbrar um caminho para a capacitar as próximas gerações a se tornarem agentes de mudança. A educação não pode apenas limitar a transmissão de conhecimento, como o próprio Paulo Freire dizia: “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não se pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (FREIRE, 1967, p. 97). Ao concluir esta dissertação, fica evidente a interligação entre a fenomenologia, percepção ambiental e os desafios ecossistêmicos que os moradores da comunidade da Maré do Apicum enfrentam. Necessitando uma abordagem holística mais ampla para uma maior compreensão das várias relações entre a comunidade e o meio ambiente. Durante essa pesquisa, aprofundamos as perspectivas dos residentes da Maré do Apicum. Procurando revelar como eles percebem e interagem com o seu ambiente, e como essas percepções moldam suas ações e atitudes em relação à sustentabilidade.

A percepção geral dos resultados obtidos na pesquisa revelou a complexidade desse tema em relação às possibilidades que o método fenomenológico pode oferecer. Pois, é o olhar de quem vivencia aquela realidade, que sabe melhor do que ninguém dos seus problemas de falta de acesso a serviços públicos, falta de saneamento básico, ou a falta de assistência ambulatorial de um posto de saúde municipal. A abordagem fenomenológica permite que os problemas e as soluções sejam vistos através das perspectivas dos próprios moradores, levando em consideração as suas preocupações e necessidades. Desta forma, a pesquisa fenomenológica

contribui para uma criação de soluções mais contextualmente relevantes e autênticas. No entanto, um aspecto crucial que emergiu é a necessidade de uma fiscalização mais eficaz em relação ao descarte de resíduos sólidos e de ações mais concretas por parte dos órgãos públicos. A presença de um ecoponto em uma área mais abastada do bairro Coroa do Meio, em detrimento das necessidades da comunidade da Maré do Apicum, destaca-se a importância de abordagens mais justas e equitativas na gestão ambiental municipal.

Ressaltamos a necessidade de políticas públicas e ações que estejam alinhadas com as percepções e necessidades das comunidades. Assim sendo, a participação efetiva dos agentes públicos como a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMA), Empresa Municipal de Serviços Urbanos (EMSURB), Empresa Municipal de Obras e Urbanização (EMURB) , para garantir a equidade e o acesso igualitário a serviços e recursos, sendo fundamental importância para o estabelecimento de uma relação harmoniosa entre a comunidade da Maré do Apicum e o meio ambiente.

Vale destacar, todavia, que a pesquisa foi realizada em meio a um período único. A pandemia de Covid-19, que impôs restrições significativas, incluindo a impossibilidade de realizar entrevistas presenciais com os moradores da comunidade da Maré do Apicum. Essa limitação causou um impacto no escopo e na profundidade desta pesquisa, uma vez que a falta de interações pessoais pode ter deixado lacunas na compreensão das percepções individuais e compartilhadas dos moradores. Contudo, a pesquisa se reforçou para superar estas barreiras e assim capturar uma visão abrangente da relação entre os moradores da comunidade e o seu ambiente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fernanda Cordeiro de. **A história da devastação dos manguezais aracajuanos.** / Fernanda Cordeiro de Almeida. Dissertação, fevereiro de 2008, São Cristóvão, Sergipe. Disponível em; https://antigo.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/CadernodeDebates9.pdf> Acesso em: 31 de janeiro de 2022.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**/ Maria Lúcia de Arruda Aranha. - 1. ed. – São Paulo: Moderna, 1989.
- ARROYO, Miguel G. **Paulo Freire: o outro paradigma pedagógico?** Artigo. Educação em Revista. 2019.35p.
- BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. Diário Oficial da União de 16/07/2020. pág. nº 1. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14026&ano=2020&ato=cfaATWE9EMZpWT417>. Acesso em 01/02/2023.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: Ética do humano-compaixão pela Terra.** Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro. 1999. pág.199.
- BOSI, Ecléa. **MEMÓRIA E SOCIEDADE; lembranças de velhos.** Universidade de São Paulo.1979.
- COLOSSO, Paolo. **Disputas pelo direito à cidade: mais novos personagens**/Tese. Paulo Colosso. Orientador: Celso F. Favaretto. São Paulo.2019. 327p.
- CUNHA, Alecsandro Santos da; LEITE, Eugenio Batista, **Percepção Ambiental: Implicações para a Educação Ambiental.** Sinapse Ambiental, setembro de 2009.
- DIAS, Edson dos Santos. **OS (DES)ENCONTROS INTERNACIONAIS SOBRE MEIO AMBIENTE: DA CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO À RIO + 92 -EXPECTATIVAS E CONTRADIÇÕES.** Artigo. Presidente Prudente, n.39. v.1, p.06-33.jan. /jun. 2017.
- DINIZ, Dora Neuza Leal. **Aracaju: A construção da imagem da cidade.** Dissertação - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- DRUMOND, Maria Auxiliadora; Giovanetti, Livia; Queiroz, Artur; e colaboradores. **Técnicas e Ferramentas Participativas para a Gestão de Unidades de Conservação** (2ª Ed.). GTZ. 2009.
- DUARTE, Thiago Lima Santana; REZENDE, Viviane Almeida. **Degradação dos manguezais de Aracaju/SE(Brasil): impactos socioeconômicos na atividade de catador do caranguejo-uçá (Ucides cordatus).** Revista Brasileira de Meio Ambiente, v.7, n.1, pp.86-97, 2019.

FREIRE, Paulo (1921-1997). **Política e educação: ensaios**/ Paulo Freire. -5. ed.-São Paulo, Cortez, 2001.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves; **ARACAJU: UMA REVISÃO DOS ESTUDOS URBANOS**. Geonordeste, Ano XI, nº 01, 2000.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota; **OS DIREITOS DE CIDADANIA NO NORDESTE BRASILEIRO**. Rev. de Ciências Sociais, Fortaleza, 121-145 p. 1981/1982.

HERCULANO, Selene; **RACISMO AMBIENTAL, O QUE É ISSO?** Rio de Janeiro: Projeto Brasil, 2006. Disponível em: https://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/Racismo_3_ambiental.pdf.

HUSSERL, Edmund (1859-1938); **INVESTIGAÇÃO LÓGICA: sexta investigação: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento**/ Edmund Husserl; Seleção e Tradução Zeljko Loparié e André Maria Altino de Campos Loparié – São Paulo: Nova Cultura, 1988.

HUSSERL, Edmund; **A Crise da humanidade e a filosofia** / Edmund Husserl; introd. e trad. Urbano Zilles. -2º Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **AS MACROTENDÊNCIAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA**. Ambiente & Sociedade. São Paulo. v. XVII, n.1. p.23-40. jan.-mar.2014.

LEFEBVRE, Henri, 1901-1991. **O direito à cidade**. Tradutor: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro.2001.

LOUREIRO. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL TRANSFORMADORA**. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE 2004, Brasília, 2004.

LOUREIRO. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: contribuições e desafios**. UNESCO, 2007.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier; **Ecologia Política, Justiça e Educação Ambiental Crítica: Aliança contra-hegemônica**. Artigo. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. II, n.1, p.53-71, jan./abr. 2013.

KUHNEN, Ariane. **MEIO AMBIENTE E VULNERABILIDADE A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE RISCO E O COMPORTAMENTO HUMANO**. Artigo. Geografia (Londrina), v. 18, n.2, 2009. Disponível em:<http://uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/> Acesso em 07/03/2023.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente**. Artigo. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MARIN, Andréia Aparecida. **Percepção Ambiental dos Moradores do Município de Jardins/MS**. Tese. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2003.

MARIN, Andréia Aparecida. **Pesquisa em Educação Ambiental e Percepção Ambiental**.

MELAZO, Guilherme Coelho; **PERCEPÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA REFLEXÃO SOBRE AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS E AMBIENTAIS NO ESPAÇO URBANO**. Artigo. Olhares & Trilhas, Uberlândia, Ano VI, n.6, p.45-51, 2005.

MERLEAU-PONTY, Maurice, 1908-1961. **Fenomenologia da Percepção**/ Maurice Merleau-Ponty: [Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura]. 2- Edição- São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NASCIMENTO, Clesley Maria Tavares; CRUZ, Maria Lúcia da; **RESÍDUOS SÓLIDOS: presença e ameaça no espaço geográfico**. GeoTextos, vol.13, n. 2, dezembro de 2017. 283-206p.

NETO, José Alves Bezerra; SILVA, Nicole Príncipe Carneiro da; NASCIMENTO, Paulo Sergio de Rezende. **ANÁLISE E MAPEAMENTO DE REGIÕES DE DESPEJO DE EFLUENTES NO RIO POXIM POR MÉTODOS DE GEOPROCESSAMENTO NA CAPITAL SERGIPANA**. Atena Editora. 2019

NUNES, Carla A. Silva; ANGELIM, Yanne. **DESTRUTIVIDADE AMBIENTAL: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E SUA ACENTUAÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**. - São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2020.

O PATRIMÔNIO NATURAL NO BRASIL - (IPHAN) Instituto do Patrimônio Histórico. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 2004. Disponível em, http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Patrimonio_Natural_no_Brasil.pdf Acessado em 16/01/2023

ONATE, Alberto Marcos. **Ficção na filosofia de Edmund Husserl**/ Alberto Marcos Onate. - Dados Eletrônicos. Porto Alegre: Editora FI: EDIUCRS, 2016.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009, 136p.

RIO, Vicente Del; Cidade da Mente, **Cidade Real. Percepção Ambiental e Revitalização na Área Portuária do RJ**. 2 ed. São Paulo: Estúdio Nobel, 1999.

SANTOS, Milton. **METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO, fundamentos Teórico e metodológico da Geografia**. Hucitec. São Paulo 1988.

SANTOS, Milton; **ESPAÇO & MÉTODO**/ Milton Santos. -São Paulo: Nobel, 1985

SANTOS, Geisedrielly Castro dos; **Dinâmica da Paisagem Costeira da Coroa do Meio e Atalaia – Aracaju -SE**. Dissertação. São Cristóvão (SE), 2012.

SANTOS, Mário Jorge Silva. **A (ré) produção da segregação socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju: Interfaces da ação do Estado e do Capital**. Tese, Universidade Federal de Sergipe - São Cristóvão, SE. 2018.

SANTOS, Vera Maria dos; ARAÚJO, Hélio Mário de. **Geografia de Sergipe**. Manuscrito. CESAD. São Cristóvão 2012.

SAUVÉ, Lucie (2005); **Uma Cartografia das Correntes em Educação Ambiental**. In: M. SATO; I.C.M. CARVALHO (Org). EDUCAÇÃO AMBIENTAL-PESQUISA E DESAFIOS. 26 de agosto de 2021. Porto Alegre: Artmed. P. 17-44.

SCIFONI, Simone. **Os Diferentes significados do Patrimônio Natural**. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v.10, n.3.p.55-78, 2006.

SCIFONI, Simone. **A Construção do Patrimônio Natural**. São Paulo: FFLCH, 2008, 199p. Inclui bibliografia 1. Patrimônio Natural 2. Políticas de Preservação da Natureza 3. Turismo

TEXTOS PARA A HISTÓRIA DE SERGIPE. Diana M. Diniz (Coordenadora do projeto), Beatriz Dantas, Lealda A. Santos, Maria de A. Gonçalves, Maria da Glória S. Almeida; Terezinha Alves de Oliveira. Aracaju/ BANESE. Universidade Federal de Sergipe, 1991.

Tunai-Fu (1930-), **Topofilia Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. Editora DIFEL S.A. 1980.

TUAN, Yi-Fu (1930-) **Espaço e lugar; a perspectiva da experiência/ Yi Fu Tuan**; tradução de Livia de Oliveira - São Paulo, 1983.

VASCONCELOS, L. S. SANTOS, D. G. FARIAS, A. M. S. M. **Impactos ambientais no processo de ocupação do bairro Coroa do Meio, em Aracaju/Sergipe**. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 17., 2018, Foz do Iguaçu. Anais... Porto Alegre: ANTAC, 2018.

ZILLES, Urbano. **Fenomenologia e teoria do conhecimento em Husserl**. Revista da abordagem Gestáltica-XIII (2): p.216-221, jul. – dez. 2007.